

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS**



**Literacia de Informação. Paradigma de Desenvolvimento de
Competências de Informação na Formação Docente em Angola**

Victor Manuel Bastos

**Mestrado em Ciências da Documentação e Informação
(Biblioteca)**

NOVEMBRO de 2010

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS**



**Literacia de Informação. Paradigma de Desenvolvimento de
Competências de Informação na Formação Docente em Angola**

Victor Manuel Bastos

**Trabalho Destinado à obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Documentação e
Informação (Biblioteca)**

**Orientação: Professor Doutor Paulo Farmhouse Alberto
Dr^a Maria Margarida Barbosa de Carvalho Pino**

**Mestrado em Ciências da Documentação e Informação
(Biblioteca)**

NOVEMBRO de 2010

ÍNDICE	ii
ÍNDICE DE QUADROS	v
ÍNDICE DE FIGURAS	vi
ÍNDICE DE TABELAS	viii
ÍNDICE DE GRÁFICOS	x
AGRADECIMENTO	xii
RESUMO	xiv
ABSTRACT	xv

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO	1
1.1 Tema	2
1.2 O objecto de estudo.....	4
1.3 Motivação e importância do tema da literacia de informação na concepção deste estudo.....	8

CAPÍTULO II

A LITERACIA DE INFORMAÇÃO: UM PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE INFORMAÇÃO DE PROFESSORES (BENGUELA/ANGOLA) – DEFINIÇÃO DE CONCEITOS	14
2.2 Definição dos conceitos de informação, literacia básica, literacia dos media, literacia de informação, metaliteracia e transliteracia	15
2.2.1 Definição do Conceito de Informação	15
2.2.2 Literacia ou literacias? Matriz de definição de literacias .	19
2.2.3 Literacia dos Media. A sua importância em Literacia de Informação .	22

2.2.1 Literacia de Informação. Definição e tentativa de desambiguação do conceito, face à sua riqueza polisémica	32
--	----

CAPÍTULO III

LITERACIA DE INFORMAÇÃO: FILOSOFIA, TEORIA E PRÁTICA	44
3.1 A filosofia da Literacia de Informação. Sinopse introdutória	45
3.2 Teoria da literacia de informação: Guias, padrões, indicadores e avaliação de competências em informação	49
3.3 A prática da literacia de informação: análise e discussão de modelos centrados na intervenção de bibliotecários e bibliotecas: Elizabeth DUZDIK (2003) e José J. LAU (2007)	60
3.3.2 Modelos de Literacia de Informação não-baseados na biblioteca	65
3.4 Sinopse sobre o estado da arte da literacia da informação em Portugal	80
3.5 Literacia de informação: conclusões	83

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	89
4.1 O contexto e as considerações sobre a vertente metodológica	90
4.2 Escolha da Metodologia de Investigação	92
4.3 Análise e discussão dos resultados	96
4.4 Conclusões	115

BIBLIOGRAFIA	121
---------------------------	-----

ANEXOS	126
---------------------	-----

ANEXO I

PROJECTO DE LITERACIA DE INFORMAÇÃO: LITIN-FO4ALL-AO	127
---	-----

ANEXO II	
EXEMPLAR DO INQUÉRITO BÁSICO SOBRE LITERACIA DE INFORMAÇÃO	165
ANEXO III	
LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS	169
ANEXO IV	
LISTA DE ENTIDADES QUE NOS ÚLTIMOS 15 ANOS ADVO- GARAM A LITERACIA DE INFORMAÇÃO	172
ANEXO V	
MATRIZ DE PESQUISA	174

ÍNDICE DE QUADROS

	Pág.
Quadro 1	26
Quadro 2	81
Quadro 3	83-84

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
Figura 1	2
Figura 2	29
Figura 3	50
Figura 4	52
Figura 5	53
Figura 6	54
Figura 7	58
Figura 8	62
Figura 9	65
Figura 10	66
Figura 11	67
Figura 12	68
Figura 13	69
Figura 14	70
Figura 15	71
Figura 16	75
Figura 17	78

ANEXOS

Figura 1	132
Figura 2	133
Figura 3	134

ÍNDICE DE TABELAS

	Pág.
Tabela 1	96
Tabela 2	97
Tabela 3	97
Tabela 4	98
Tabela 5	98
Tabela 6	99
Tabela 7	100
Tabela 8	101
Tabela 9	101
Tabela 10	102
Tabela 11	103
Tabela 12	104
Tabela 13	106
Tabela 14	107
Tabela 15	108
Tabela 16	109
Tabela 17	110
Tabela 18	111
Tabela 19	112
Tabela 20	113
Tabela 21	114

ANEXOS

Tabela 1	141
Tabela 2	145
Tabela 3	146
Tabela 4	148
Tabela 5	148
Tabela 6	150
Tabela 7	158
Tabela 8	159
Tabela 9	160
Tabela 10	161
Tabela 11	162

ÍNDICE DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráfico 1	96
Gráfico 2	97
Gráfico 3	97
Gráfico 4	98
Gráfico 5	99
Gráfico 6	100
Gráfico 7	101
Gráfico 8	102
Gráfico 9	103
Gráfico 10	104
Gráfico 11	105
Gráfico 12	106
Gráfico 13	107
Gráfico 14	108
Gráfico 15	109
Gráfico 16	110
Gráfico 17	111
Gráfico 18	112
Gráfico 19	113
Gráfico 20	114

Se vi **mais longe**, foi por estar de pé sobre **ombros** de **gigantes**.

(Isaac Newton)

AGRADECIMENTO

O termo deste trabalho reflecte a trajectória do processo lento e laborioso que medeia entre a sua origem, desenvolvimento e, necessariamente, a sua conclusão, não definitiva. Este produto é obra de um colectivo, excepto, no que tange às suas insuficiências, lacunas e imperfeições. Estas são da responsabilidade exclusiva do seu autor.

Este trabalho não se concluiria sem a intervenção, a diferentes níveis, de orientadores, mentores, colaboradores e amigos. Todos e cada um tiveram um papel importante, diferenciado e, por isso, todos são dignos de creditação e agradecimento.

Começamos por agradecer ao Professor Doutor Paulo Farmhouse Alberto, e à Dra. Maria Margarida Barbosa de Carvalho Pino, tutor e co-tutora, respectivamente, toda a disponibilidade e o capital de confiança indispensável para o bom andamento da investigação. Por condicionalismos institucionais, coube à co-tutora Dr^a Maria Margarida Barbosa de Carvalho Pino, acompanhar de perto o processo de desenvolvimento e conclusão deste estudo. Daqui resultou uma relação de trabalho extremamente estimulante e positiva que consistiu num acompanhamento sistemático do trabalho do tutorando. Esta interacção, possibilitou um diálogo aberto que contribuiu para a estruturação e remanejamento do texto, esclarecimento de dúvidas, cedência de documentos de apoio, ajuda e discussão de aspectos da pesquisa. Agradecemos-lhe o esforço, a disponibilidade e a competência, todas importantes para a realização e conclusão desta pesquisa.

Ao Professor Doutor Carlos Paulo Crawford do Nascimento, agradecemos atenções e amabilidades que possibilitaram o “nicho ecológico” óptimo para a investigação e conclusão deste trabalho. Ao Dr. Eduardo Oliveira, agradecemos a “expertise magistra” indispensável à supervisão da elaboração estatística; as qualidades humanas e pedagógi-

cas com que nos cativou para a Estatística, o instrumento de suporte indispensável à investigação, e ainda, a disponibilidade dispensada a este trabalho com sacrifício pessoal. Ao Professor Doutor Joaquim dos Vultos agradecemos a amizade, o interesse, o acompanhamento e encorajamento assíduo, fundamental no combate à “procastinação”. Aos Drs. Miguel Lopes e Stefano Maugeri, agradecemos as competências especializadas em desenvolvimento, infografia e em grafismo informático, respectivamente. Ao Governo da Província de Benguela, aos colegas angolanos da Direcção Provincial de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Directores Escolares dos Instituto Médio Industrial de Benguela, Escola do Magistério Primário, Escola 10 de Fevereiro, Puniv e Centro Universitário de Benguela e ex-alunos que tornaram possível o trabalho de terreno participando como respondentes ao Inquérito Básico Sobre Literacia de Informação. Ao Instituto de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), ao Dr. António Lopes Alves, Presidente do Projecto Solidário da Fundação Projovem, agradecemos o apoio económico, que permitiu a materialização da investigação de terreno e a formação dada, *in situ*. Finalmente, agradecemos à UNESCO, sector de Informação e Comunicação pela disponibilização graciosa de documentação de referência nesta área de trabalho, nomeadamente, a permissão para usar e adaptar o seu modelo de inquérito básico de literacia de informação à realidade a estudar, e ainda, às seguintes organizações profissionais: ALA, ACRA, ANZIIL pelos seus guias de orientação (Guidelines), aos Professores Doutores Elisabeth DUZDIK (Brasil) e José Jesus LAU (México), agradecemos a influência das suas obras, estímulo permanente à nossa reflexão. Se, por incúria ou lapso de memória - nunca por desrespeito -, falhámos na atribuição de créditos devidos, pedimos desculpa.

A Sociedade da Informação e do Conhecimento, em que vivemos, caracteriza-se pelo primado da Informação e pelas competências necessárias à sua aquisição, domínio, usufruto e controlo.

A evolução contínua das tecnologias da informação e comunicação (TIC), o crescimento da produção da informação e a pluralidade de meios e suportes em que esta se expressa, determinam a necessidade de formação de cidadãos competentes no domínio da informação.

Em meados dos anos setenta, Paul ZURKOWSKI postulou, proactivamente, a emergência da Informação como matéria de estudo e capacitação necessários para “sobreviver e competir com sucesso na Sociedade da Informação”. Criou o conceito de Literacia de Informação e pugnou pela sua implementação institucional nos Estados Unidos da América. Desde então, a literacia de informação foi assumida como um paradigma de estudo e investigação para fundamentar a filosofia, teoria e prática que constituem a sua natureza epistémica. Criaram-se modelos, padrões, indicadores, objectivos, métodos estratégias e recursos e procedeu-se à implementação e avaliação do Paradigma: Literacia de Informação.

Actualmente, é considerado competente em literacia de educação, *todo aquele que aprendeu a aprender. Esta capacidade resulta do facto de saber como é organizado o conhecimento, como encontrar e usar a informação, de tal forma que, outros possam com ele aprender. Trata-se do sujeito preparado para aprender ao longo da vida, porque pode, sempre, encontrar a informação necessária para realizar qualquer tarefa ou tomar uma decisão fundamentada.* (ALA, 1989).

Aplicado à formação de professores, em Angola, deste Paradigma de ensino-aprendizagem afigura-se como uma metodologia útil para o desenvolvimento de competências de informação transversais ao currículo.

Conceitos: Informação. Literacia. Literacia de informação. Competência em Informação. Literacia dos Media. Transliteracia. Metaliteracia.

The Information Society and Knowledge, in which we live is characterized by the primacy of Information and the expertise necessary for its acquisition, mastery and control. The continuing evolution of information technologies and communication (ICT), the growth in production of information and plurality of media, and format in which it is expressed, determines the need for training of citizens in the sphere of information.

In the mid-seventies Paul ZURKOWSKI postulated, proactively, the emergence of information as matter of study and training necessary to "survive and compete in the information society", and created the concept of Information Literacy and fought for their institutional implementation in the United States of America.

Since then, information literacy was assumed as a paradigm for study and research to support the philosophy, theory and practice that constitute the epistemic nature of information itself. Models were created, standards, objectives, methods, strategies and resources, and proceeded to the implementation and evaluation of the process called: Information Literacy.

Currently, it is considered information literate, anyone who has learned to learn. This capability stems from how knowledge is organised, how to find and use information, so the others can learn, with it. In this way, subject is prepared for lifelong learning as he can always find the information to perform any task or to make any effective decisions (ALA, 1989).

Applied to Teacher training, in Angola, this paradigm of teaching and learning it is useful as a methodology for developing skills in cross-training to be applied to the curriculum

Concepts: Information. Literacy. Information Literacy. Media Literacy. Transliteracy. Metaliteracy. Information Competence.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

The illiterate of the 21st century will not those who cannot read or write, but, those who cannot learn, unlearn and relearn”.

Alvin TOFFLER, The Shock of the Future

1.1 – O Tema

Literacia de Informação é o tema, que propomos tratar. O contexto da literacia de informação inclui o processo de ensino-aprendizagem da Informação nas várias vertentes: “A política institucional, os recursos e as infra-estruturas de tecnologia da informação e comunicação, os professores, os bibliotecários, os parceiros de tecnologia da informação e o currículo”¹. Os objectivos são a criação e o desenvolvimento de competências, capacidades e práticas necessárias para viver e competir na Sociedade da Informação, aprendendo, continuamente, durante todo o ciclo de vida.

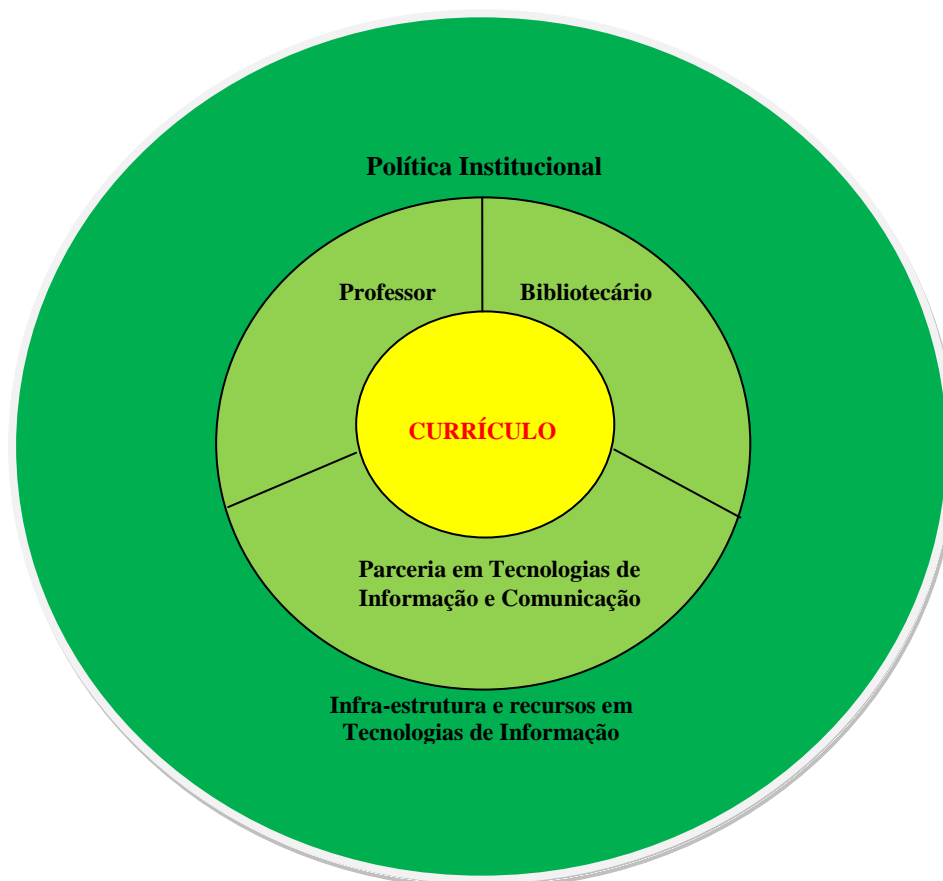


Fig. 1 Modelo de Literacia de Informação de sucesso. BRUCE in op.cit. p. 49

¹ BRUCE, Christine (2003) Seven Faces of Information Literacy – Towards inviting students into new experiences. QUT, 2003.

Desde meados dos anos setenta, com Paul ZURKOWSKI², que a literacia de informação ou infoliteracia, começou por ser uma preocupação e, pouco depois, uma proposta institucional, face aos desafios que o desenvolvimento científico-tecnológico endossou à indústria produtora de informação dos Estados Unidos da América (EUA), na década de setenta.

Em 1974, Paul ZURKOWSKI, então bibliotecário e, simultaneamente, presidente da Information Association Industry (IIA), redigiu o relatório citado na nota de rodapé número 2.

Na sua qualidade de presidente da IIA, e enquanto redactor do mencionado relatório, expressou objectivamente os sinais e os desafios previsíveis na esfera da sua actividade: bibliotecas e indústria produtora de informação. Propôs acções estruturantes que se revelaram indispensáveis para a revitalização e valorização dos profissionais de informação e para formar os futuros utilizadores da informação.

Com sentido prospectivo, antecipou mudanças rápidas e profundas nos domínios das bibliotecas e indústria de informação. Com propriedade, chamou a atenção para o impacto da evolução das tecnologias da informação na sociedade americana, em geral, e nas bibliotecas, em particular.

Antevendo as consequências sociais do impacto tecnológico apontou aos poderes públicos a indispensabilidade de preparar os cidadãos (bibliotecários, educadores, políticos e educandos) para adquirirem as competências necessárias à sobrevivência na Sociedade da Informação³.

² ZURKOWSKI, P. "Information services environment relationships and priorities". National Commission of Libraries and Information Service, Washington D.C. 1974. Bibliotecário e Presidente da Associação da Indústria de Informação (IIA/USA).

³ - Idem

1.2 – O objecto de estudo.

No prólogo do seu relatório “The Goal: Achieving Information Literacy”⁴, o autor debruçou-se sobre uma temática que, desde 1974, se revelou crucial para a emergência e o desenvolvimento da literacia de informação. Desde então, a Literacia de Informação, ainda que, de forma irregular, não parou de se desenvolver, crescendo, até aos nossos dias. Pela sua importância pioneira, o posicionamento do autor do documento pode sintetizar-se nos aspectos seguintes:

- a) – Apresentação da situação em que pode ocorrer superabundância de informação, quando a informação disponível excede a nossa capacidade para a usar e avaliar. Sustenta que se trata de uma condição universal e indica razões:
1. As necessidades de procura de informação diferem de acordo com o tempo e a finalidade, mas crescem de forma exponencial;
 2. Existe uma multiplicidade de fontes e de vias de acesso à informação que resultam numa aproximação caleidoscópica empreendida pelas pessoas, que desorienta, onera e complexifica a utilização da informação;
 3. Cada vez mais, o ser humano tem que lidar com equivalentes de informação diversificados e em crescimento contínuo. Remetendo para o estudo das condições de criação de uma política institucional, materialização de infraestruturas e a instituição da literacia de informação.

⁴ - ZURKOWSKI, Paul, in op.cit.

Segundo Mike EISENBERG⁵ “Most information has been produced in the last 30 years than in the previous 5000”⁶

Num quadro temporal limitado, - anos setenta - referindo-se ao formato comercial da publicação, o autor utiliza a analogia de “um prisma de informação” reunindo “luz” (ideias e conceitos) produzindo uma variedade de funções “refractadas” (edição, codificação, impressão, microfilmagem, planificação, etc.) e à redução do espectro de produtos, serviços e sistemas para responder às necessidades caleidoscópicas do utilizador”⁷.

A aplicação da informática e do uso do computador, seus aplicativos e periféricos nos serviços de biblioteca, tratamento da informação bibliográfica (classificação, catalogação e indexação), aquisição e empréstimo, pesquisa, disponibilização de conteúdos de informação e gestão de sistemas de informação e recuperação de informação, afiguravam-se como realidades irreversíveis. Tal conjuntura recomendava, de forma premente, a articulação de esforços entre bibliotecas e informática e a formação adequada dos trabalhadores e utilizadores das bibliotecas e dos sistemas de gestão de informação bibliográfica. A necessidade das bibliotecas, com um formato milenar, se ajustarem à mudança tecnológica integrando o computador exigia o desenvolvimento de competências e habilidades, bem como mudança de práticas profissionais, para possibilitar a utilização eficaz e eficiente dos computadores e aplicações informáticas concebidas para o funcionamento das bibliotecas.

Em última análise, a implementação destas práticas de mudança deveria conduzir os bibliotecários ao desenvolvimento consciente da necessidade da sua própria formação, bem como, a formação dos utilizadores, e, conseqüentemente, habilitar a biblioteca para

⁵ - EISENBERG, Mike (2009). Information Literacy The Most Basic of Basics.

⁶ - Reuters Magazine (1997, March/April)

⁷ - Ibidem.

a prestação de novos serviços de maior amplitude e de apoio centrado na utilização eficaz e eficiente das bibliotecas, conseqüentemente, com maior índice de satisfação do utilizador.

Contudo, e contrariamente ao desejável, as recomendações e propostas de ZURKOWSKI não tiveram, em 1974, o acolhimento geral e a repercussão desejáveis para a implementação generalizada da literacia da informação ou infoliteracia, quer se tratasse do ensino a nível formal, informal ou profissional. Todavia, tais esforços, criaram e delimitaram um espaço de gestação e desenvolvimento do conceito de literacia de informação e da sua teoria e prática. Naturalmente, depois de ZURKOWSKI, o conceito continuou a crescer e a desenvolver-se em diferentes propostas e práticas individualizadas, que actualmente, ainda ocorrem, um pouco por todo o mundo. Esta dinâmica tem ajudado a configurar um “paradigma” consensual quanto à fundamentação teórica e prática, estratégica e evolutiva da temática do ensino formal, informal, profissional e alfabetizante em literacia de informação. O desenvolvimento de competências de informação, indispensáveis, para competir com êxito e sobreviver na sociedade onde a informação assume, cada vez mais, importância decisiva, pelo que cabe instuí-la como ferramenta de aprendizagens de banda larga utilizável durante toda a vida (Longlife Learning Tools).

É, exactamente, pelo valor potencial que a literacia de informação possui, como paradigma de ensino útil, desde o nível do pré-primário ao pós-doutoramento e, durante toda a vida, como ferramenta de aprendizagem permanente e de formação contínua, que se institui como a aprendizagem indispensável para viver e competir com sucesso na Idade da Informação.

Foi devido a este tipo de potencialidade do ensino da literacia de informação que escolhemos o nosso tema de investigação para aplicar num País que dele carece (Angola).

Os objectivos da escolha contém reais possibilidades de permitir melhorias substanciais no seu sistema de ensino, formação de professores e desenvolvimento pessoal, social dos cidadãos angolanos. A situação de carência de bibliotecas, formação bibliográfica, centros de documentação, monografias, revistas e obras de referência, bem como a formação de especialistas, abre um espaço privilegiado para a aplicação do paradigma de literacia de informação.

Aprender e fruir do conhecimento, para usá-lo como ferramenta de trabalho durante toda a vida e de como tal paradigma pode ser implementado e inserido no currículo formal constitui um desafio e um estímulo para a realização deste estudo.

Como acontece com a emergência de novos paradigmas, a literacia de informação, como filosofia de ensino-aprendizagem para a aquisição de novas competências, habilidades e atitudes e, conseqüentemente, de novos saberes e práticas no domínio da informação, indispensáveis no século XXI, interessou a muitos sectores da sociedade. Bibliotecários e bibliotecas, media, marketing, publicidade, investigação científica, análise política e análise de conteúdo, são alguns dos sectores de vanguarda. A sua ressonância e impacto deram origem a teorias e linhas de investigação diversas, polémicas e, como é frequente, também, tornou-se matéria de controvérsia e de confusão, sobretudo, entre os utilizadores laicos.

A presente investigação procurou clarificar alguns dos “mal entendidos” sobre o conceito de literacia de informação. Ao redigir este trabalho, postula-se que o esforço desenvolvido pode constituir um modesto contributo, para uma compreensão mais laica e generalista da temática da literacia de informação e da sua importância cuja aceitação é irrecusável.

1.3 Motivação e importância do tema da literacia de informação na concepção deste estudo.

Duas estadias em África (1981-85 e 1999-2007), em Moçambique⁸ e Angola⁹, respectivamente, como formador de formadores permitiram confrontar o rendimento dos professores em formação com carências em formação bibliográfica, fontes bibliográficas e documentais, equipamento pedagógico e didáctico, e sobretudo, a falta de bibliotecas apetrechadas e equipadas com meios informáticos. A observação de situações idênticas em Moçambique (1981-85) e Angola (1999-2007), cruzada com as potencialidades de aprendizagem dos alunos e os resultados finais obtidos, conduziu-nos à formulação de uma hipótese ainda não testada: *A exposição dos alunos à alfabetização de informação, com aquisição de competências, capacidades, práticas de pesquisa de informação, poderia determinar melhor rendimento académico na formação dos professores e maior sucesso na formação dos alunos de gerações futuras (people empowerment)?*

Esta problemática, cuja preocupação, começámos a reflectir e aprofundar, desde 1981, começou a assumir a forma de uma hipótese heurística que determinou o estudo deste tema. Em grande parte, impôs-se-nos a procura de formação especializada, através da matrícula no Mestrado de Ciências da Documentação e Informação (2007-2009). Esta formação pós-graduada teve uma importância fundamental, na medida em que nos remeteu para uma nova abordagem: a necessidade de criação e desenvolvimento de

⁸ - Curso de Formação de Professores, Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1981-1985.

⁹ - Cursos de Formação de Professores do Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela, Centro Universitário de Benguela e Centro Universitário do Kwanza Sul, 1999-2007.

competências de informação na formação docente. Simultaneamente, deu-nos a conhecer autores, experiências e contextos práticos de implementação de modelos de literacia de informação, que acreditamos serem aplicáveis, depois de estudados e uma vez adaptadas à realidade do público a trabalhar. O conhecimento resultante da pós-graduação determinou a escolha da literacia de informação como tema desta dissertação.

Ainda durante a missão de cooperação em Moçambique, no Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação (INDE, 1981-82), já atentos às necessidades e potencialidades da formação docente em “Informação” procurou-se, através do Instituto do Livro e do Instituto de Investigação Científica Tropical, da Fundação Calouste Gulbenkian, da Porto Editora e da Editora do Instituto Piaget obter ofertas de fontes bibliográficas. A nossa reflexão como formador de formadores, postulava que mais fontes bibliográficas de estudo e de consulta e instrução bibliográfica adequada, poderiam ajudar, qualitativamente, a formação dos quadros de educação e dos seus alunos futuros. E, daí, passarmos ao estudo e concepção de um modelo de formação específico.

Após pesquisa aturada, selecção do material quanto à sua pertinência e fiabilidade da fonte, reflexão do material colectado, foi produzida a versão zero do projecto LITINFO_AO, Dezembro de 2009.

Em Maio de 1999, já requisitados pelo Instituto Superior de Ciências de Educação de Benguela, (ISCED), da Universidade Agostinho Neto, conseguimos obter uma oferta significativa de fontes bibliográficas, (2500 volumes, mil duzentos e cinquenta títulos), cedidos pelos: Instituto de Investigação Científica Tropical, Fundação Calouste Gulbenkian e Porto Editora. Junto da Biblioteca Nacional, na pessoa da Doutora Fernanda Campos (Subdirectora), obtivemos a oferta 3 CD-ROM da parametrização PORBASE 4.0, com os quais nos propúnhamos ligar em rede as bibliotecas do ISCED de Benguela,

a biblioteca da Administração Municipal de Benguela e, finalmente, a biblioteca da Administração Municipal do Lobito.

O transporte contentorizado das fontes bibliográficas e manuais de referência foi oferecido pelo Instituto de Cooperação Portuguesa (Julho de 1999).

Com a chegada a Benguela, em Julho de 1999, só em Agosto do mesmo ano, foi possível entregar a oferta do material bibliográfico ao Dr. Dumilde Rangel, Governador da Província de Benguela, na Delegação Provincial de Cultura, com as presenças do Dr. Gualdino, Consul-Geral de Portugal em Benguela, docentes, alunos e comunicação social.

Imediatamente, após a recepção, o material da oferta foi entregue ao Instituto Superior de Ciências de Educação de Benguela, na pessoa do seu Director Dr. Benedito Pinheiro. Alguns dias depois, foram entregues às “bibliotecas” do ISCED, da Autarquia de Benguela e da Autarquia do Lobito, três CD-ROM com a parametrização do PORBASE 4.0, gentilmente cedidas pela sub-Directora Dr^a Fernanda Campos da Biblioteca Nacional Portuguesa, com intenção expressa de permitir a articulação de actividades entre a Biblioteca Nacional e as mencionadas bibliotecas angolanas, bem como, o acesso *online* ao catálogo da BNP, a partir do estabelecimento de uma rede para comunicação online.

O aumento súbito da afluência de leitores à “biblioteca” do ISCED, actuou como um sinal positivo de suporte à hipótese acima formulada e como encorajamento para continuarmos a conseguir angariar mais ofertas de fontes bibliográficas. Simultaneamente, incentivou-nos a prosseguir, refinando a reflexão de algumas hipóteses e apontando para a necessidade de conhecer experiências de implementação de literacia de informação bem sucedidas noutros países.

Todavia, a necessidade de fazer muito mais do que estava a ser feito, para solidificar a supramencionada hipótese, indicou-nos a necessidade novas abordagens e metodologias.

Em 2001, foi-nos solicitada, pela Direcção do ISCED de Benguela, a organização de um seminário de formação sobre regras normalizadas de citação bibliográfica (Norma Portuguesa 405 e as normas de citação da APA). O seminário foi organizado para cinquenta alunos finalistas do Instituto Superior de Ciências de Educação (Cursos de Geografia e História), em fase adiantada de redacção da tese de licenciatura. No acto de avaliação da actividade do Seminário foi possível recolher, por um lado, a satisfação dos participantes pela mudança operada no seu conhecimento. Por outro lado, registámos com agrado e alguma preocupação, a insatisfação relativa à curta duração da acção de formação, (3 dias, somente, dizia-se... embora se tenha trabalhado uma média diária de cinco horas, perfazendo um total de quinze horas). Era, diziam-nos: “ a primeira experiência de ensino desta matéria” e a satisfação dos formandos, deu-nos o encorajamento para prosseguir. Foi como corolário deste conjunto de circunstâncias que nasceu a ideia de desenvolver, a prazo, o Projecto de Literacia de Informação.

A longa observação e reflexão empreendida, (1999-2007), sobre a carência de fontes bibliográficas, documentais e de equipamento de tecnologia da comunicação e informação e os seus efeitos no rendimento dos alunos foi-se constituindo como um problema que, uma vez estudado, era susceptível de solução. Durante o Curso de Mestrado iniciámos o estudo da Literatura sobre Literacia de Informação, que pesquisámos, afanosamente. A leitura foi enriquecendo e estruturando a nossa reflexão e clarificando o nosso pensamento sobre o tema escolhido. Paulatinamente, e com apoio, começou a ser redigido o Projecto de Literacia de Informação. Simultaneamente, fez-se a adaptação do

questionário da UNESCO “Inquérito Básico Sobre Literacia de Informação” à realidade angolana. Entretanto, fizeram-se contactos prévios com as autoridades provinciais de Benguela, em 2009, no sentido de aferir o interesse pelo projecto.

Em 2009, com aprovação das estruturas governamentais da Província de Benguela (Governo Provincial e Direcção Provincial de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia), foi requerido em nome um visto nominal de trabalho para o efeito. Viajámos para Benguela (18.01.2010) e apresentámos às Autoridade Educativas de Benguela o Projecto Literacia de Informação (21.01.2010). Ministrámos o Inquérito Básico Sobre Literacia de Informação a 300 professores, em exercício. Uma vez tratada a informação recolhida no inquérito, analisadas as reacções do público-alvo à apresentação do projecto; as várias acções de formação cruzadas com as expectativas plasmadas nas respostas ao inquérito, emergiu a percepção clara, de que em Benguela ou em qualquer outro local, a implementação de projectos similares, corresponde a necessidades reais de desenvolvimento sustentado pessoal, inter-individual, social e nacional em competências de informação, indispensáveis para viver, competir e prosperar na Sociedade de Informação.

Como corolário da experiência de formação e de investigação de terreno vivida entre Janeiro e Fevereiro de 2009, da longa reflexão empreendida entre 1999 e 2007 e os resultados do tratamento do Inquérito, emergiram novas questões que se plasmam neste trabalho.

- Como diagnosticar o conhecimento que o público-alvo tem sobre literacia de informação?
- Como implementar ou aprofundar o conhecimento sobre literacia de informação para iniciados absolutos e para iniciados com algum conhecimento?

- Como aprofundar a experiência daqueles que têm algum conhecimento e iniciar a grande maioria do público-alvo num terreno inóspito, inteiramente desconhecido, como, a literacia de informação, recorrendo ao trabalho, estudo e contextos da vida quotidiana?
- Como cativar o interesse pela literacia de informação de um público-alvo que não conhece o assunto?

A experiência docente desenvolvida no ISCED, no Centro Universitário de Benguela e no Pólo Universitário do Kwanza Sul, entre 1999 e 2007, possibilitou um capital de observação, experiência e conhecimento da realidade local, que em certa medida, oferece alguma garantia de capacidade operacional na expectativa de implementação do Projecto de Literacia de Informação e na tentativa da sua absorção-piloto, faseada, e posterior inserção no currículo escolar.

Para garantir a melhor aceitação, implementação e sucesso do Projecto de Literacia de Informação proposto, continuamos a estudar, a investigar, a enriquecer e a ajustar o modelo que concebemos e que adaptámos à realidade local. *A posteriori*, proporemos uma experiência piloto na perspectiva de sua integração curricular, a partir do draft do projecto que se encontra nos Anexos.

CAPÍTULO II

A LITERACIA DE INFORMAÇÃO: UM PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE INFORMAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES (BENGUELA/ANGOLA) – DEFINIÇÃO DE CONCEITOS.

(...Information literacy (is not)... teaching a set of skills but rather a process that should transform both learning and the culture of communities for the better).

Patricia Breivik. 2000, Foreword, Information Literacy Around the World, edited by Bruce, C and Candy P. Charles Sturt University

2.2 Definição dos conceitos de informação, literacia básica, literacia dos media, literacia de informação, metaliteracia e transliteracia.

2.2.1 Definição do Conceito de Informação

Na economia deste trabalho, o termo informação é assumido como um **conceito polissémico** ligado, intimamente, às noções de *restrição, comunicação, controlo, dados, forma, instrução, conhecimento, significado, estímulo, padrão, percepção e representação de conhecimento*.

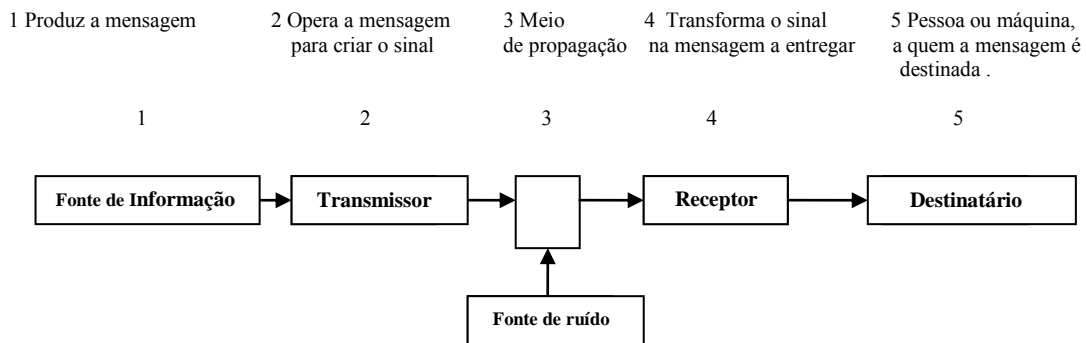
De que se trata, ao certo, quando falamos em Informação? Trata-se de um conceito polissémico, i.e., de um recurso que admite várias definições de acordo com o formato e o meio usado para a armazenar e distribuir, bem como, as disciplinas que a definem. **CASE**¹⁰ (2002), forneceu uma definição mais ampla do conceito de informação. Na obra citada o termo é sinónimo de:

- Experiência subjectiva (limitada ao domínio do sujeito)
- Experiência humana acumulada (transgeracional)
- Fonte que pode fornecer uma miríade de dados
- Fonte de diferentes formatos, armazenamento, meios de transferência, e métodos variados de distribuição
- Pessoas: família, amigos, tutor, mentores, discípulos
- Instituições: profissionais do serviço nacional de saúde ou instituições de apoio.

¹⁰ CASE, D. (2002). Looking for Information: A Survey of Research on Information Seeking, Needs and Behavior. New York: Academic Press.

A **INFORMAÇÃO**, em Shannon & Weaver¹¹,

É “Aquilo que reduz a incerteza”.



2 – INFORMAÇÃO é o resultado do processamento, manipulação e organização de *dados*, de tal forma que represente uma modificação (quantitativa ou qualitativa) no conhecimento do sistema (pessoa, animal ou máquina) que a recebe.

3) - INFORMAÇÃO, enquanto *mensagem*,¹² **conjunto** de dados imbuído de forma e aplicado para se tornar informação significativa. Informação é o estado de um sistema de interesse (curiosidade). Mensagem é a informação materializada. Informação é a qualidade da *mensagem* que um *emissor* envia para um ou mais *receptores*. A Informação é sempre *sobre* alguma coisa (tamanho de um parâmetro, ocorrência de um evento etc.). Vista desta maneira, a informação não tem de ser precisa. Ela pode ser verdadeira ou falsa, ou apenas um som (como o de um beijo). Mesmo um ruído inoportuno feito para inibir o fluxo de comunicação e criar equívoco, seria, sob esse ângulo, uma forma de informação. Todavia, em termos gerais, quanto maior a *quantidade* e a estrutura de informação na mensagem recebida, mais precisa ela é.

10- SHANNON, C.; WEAVER, D (1948). “A Mathematical Theory of Communication”. Bell System Technical Journal.

¹² GILBERTO, Teixeira in www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?

4 – INFORMAÇÃO, como *padrão*.

Informação é qualquer *padrão* representado. Esta visão não assume nem exactidão, nem que partes comuniquem entre si, directamente, mas em vez disso, assume uma separação entre o obje(c)to e sua representação, bem como o envolvimento de alguém capaz de entender o relacionamento. Logo, este ponto de vista parece exigir uma mente consciente. Considere-se o seguinte exemplo: a estatística económica representa uma economia, todavia de forma não precisa. O que é, geralmente, denominado como dados em computação, estatística e outros campos, são formas de informação neste sentido. Os padrões electromagnéticos numa rede de computadores e dispositivos periféricos estão relacionados a algo além do padrão em si mesmo, tais como caracteres de texto para serem exibidos e entradas de teclado. Sinais, signos e símbolos estão também nesta categoria. Por outro lado, de acordo com a semiótica, dados são símbolos com uma sintaxe determinada e informação são dados com uma determinada semântica. Pintura e desenho contêm informações ao nível em que representam algo, tal como, uma miscelânea de objectos sobre uma mesa, um retrato ou uma paisagem. Em outras palavras, quando um padrão de alguma coisa é transposto para o padrão de alguma outra coisa, o último é a informação. Este tipo de informação ainda assume algum envolvimento da mente consciente, seja da entidade que constrói a representação, ou da entidade que a interpreta.

5) – INFORMAÇÃO, enquanto estímulo sensorial, é vista, com frequência, como um tipo de estímulo para um organismo ou para um dispositivo que dela carece para funcionar. (idem).

6) – **INFORMAÇÃO e DADOS.** As palavras, informação e dados, são permutáveis em vários contextos, todavia, não são sinónimos. Para Adam **GADONSKI** (1993), dados significa tudo o que pode ser processado e que descreve um domínio físico ou abstracto.

7) – **INFORMAÇÃO**, como propriedade física, a *Informação* tem um papel bem definido em *física*. O exemplo disto inclui o fenómeno da *armadilha quântica*, onde partículas podem interagir sem qualquer referência à sua separação ou à velocidade da luz. (Ib.).

8) – **INFORMAÇÃO**, como registo ou registos, constituem uma forma especializada em informação. Essencialmente, registos são informações produzidas como subprodutos de actividades comerciais ou transacções, ou, conscientemente, como um registo (ib.).

Com o apoio de **J. LAU**¹³ conclui-se que *“A informação é uma fonte vital para as economias mundiais e, certamente, o componente básico da educação. A informação é o elemento vital para a mudança científica e tecnológica. Coloca vários desafios aos indivíduos em diferentes aspectos da vida: estudo, trabalho, cidadania, etc. O volume de informação produzida, actualmente, quantidade, complexidade e variedade de suportes e formatos, requer pessoas capazes de a avaliar e validar, verificando a sua fiabilidade e exequibilidade”*.

¹³ LAU, Jesus (2006). IFLA Guidelines on Information Literacy for Lifelong learning. Universidad Veracruzana / DGB / USBI VER. Boca del Río, Veracruz, México

Afigura-se-nos que a informação, por si só, não torna os cidadãos mais conhecedores, nem sequer, mais competentes em literacia de informação. Não obstante, a informação é, certamente:

- Um elemento essencial para a criatividade e a inovação
- Um recurso basilar para o pensamento humano e a aprendizagem
- Um recurso chave para formar cidadãos mais conhecedores
- Um factor que permite aos cidadãos atingir melhores resultados nas suas vidas académicas e no que concerne ao trabalho à saúde e lazer.
- É um recurso de importância capital para o desenvolvimento sócio económico dos Países.¹⁴

2.2.2 Literacia ou Literacias? Matriz de definição de Literacias (literacia básica, tecnológica, digital, visual, icónica, informática e outras).

2.2.2.1 A Definição de Literacia Básica.

No último quartel gerou-se uma inflação lexical em torno do conceito literacia – os investigadores HARRIS & HODGES, (1995), identificaram 19 conceitos - alguns ataques dos meios académicos, a diversidade de propostas e de posturas são alguns elementos que concorrem para a dificuldade, longamente sentida, em definir o conceito de literacia e, nomeadamente, o de literacia de informação. Todavia, existe um consenso considerável para definir a *Literacia básica como o conjunto das competências e capacidades operacionais ler, escrever e contar*. Não obstante, existe uma tendência para ver

¹⁴ - Idem

as literacias como conceitos em desenvolvimento contínuo. Daí, o desenvolvimento da ideia inicial da literacia como um direito universal, o direito de ser capaz de ler e escrever. A literacia depende da informação, mas a informação cresce a taxas exponenciais e lidar com esta realidade assume contornos de problema. A mera capacidade de ler e de escrever está a evoluir para a capacidade de ler, escrever, e a desenvolver capacidades de compreender, absorver, assimilar, e digerir imagens transmitidas electronicamente com a capacidade adicional para comunicar estas imagens electrograficamente (**Ross & Bailey** 1994: 32-3).

Hipoteticamente, a proposta de definição de literacia de **BOHLA**, devido à sua abrangência, excede a de **ROSS & BAILEY** do capítulo anterior, mas não encerra a questão da definição de literacia.

“É a capacidade da pessoa para codificar e descodificar, suavemente, sem esforço e com compreensão, um vivo e crescente sistema de transformações simbólicas da realidade, incluindo palavras, números, notações, esquemas, diagramas, e outros sinais, inscritos em papel ou outra superfície bidimensional (tecido, celulóide ou ecrã de computador), que se tornaram todos parte da linguagem visual de um povo e, assim, acabaram por ser colectiva e democraticamente partilhados tanto pelos especialistas como pelos não especialistas (tendo-se tal habilidade tornado parte dos normais requisitos sociais, económicos, políticos e culturais de uma sociedade”). **BOHLA, H. S.** (1984).

A definição do conceito de Literacia, de **BOHLA**, mesmo tendo em conta, a sua síntese brilhante, supra citada, não configura uma situação resolvida. Vários autores apontam conceitos diversos de literacia e a dinâmica da internet parece contribuir com outras

modalidades de literacia que, se por um lado, enriquecem o conceito de literacia, por outro lado, complexificam a sua compreensão e operacionalização.

Alguns autores, abordados e com foco nas telecomunicações, electrónica, comunicações móveis, informática, artes gráficas, fotografia, cinema, mundo digital, etc., apresentam novos conceitos de literacia aos quais é necessário dar atenção e procurar estabelecer o tipo de relação que podem ter com a literacia de informação.

ROSS & BAILEY (1994: 32-3) postulam: “ A literacia depende da informação. A mera capacidade de ler e escrever está a traduzir-se e a evoluir para o desenvolvimento de capacidades de compreender, absorver, assimilar e digerir mensagens transmitidas electronicamente com a capacidade adicional para comunicar estas imagens electrográficamente”¹⁵.

Seguramente, há dúvidas que a literacia define, em primeira instância, o processamento de competências de literacia de leitura e escrita, a assinatura (KAPLAN, 1995) ou alfabética (DIEPENBROCK, 1997).

Estas medidas são “propostas sociais e individuais que apontam para o alargamento da aplicação da literacia” KAPLAN (1995), e, por isso, há que ter presentes as dinâmicas de divulgação e inclusão que são necessárias delinear e implementar, para garantir a oportunidade de acesso generalizado do cidadão aos benefícios da exposição à informação, em resposta às necessidades da sociedade da informação, na construção da instrução para as várias literacias.

¹⁵ - In Information Literacy? Seeking clarification. First published School Libraries worldwide. 4(1) 1998: 59-72.

Republished and adapted The information literate school community: best practices. Henri & Bonano (eds.) Waga waga : CIS, Charles Sturt University 1999, pp 43-54.

Existe uma proposta de **ROSS & BAILEY** no sentido de que parece chegado o momento de encarar a redefinição da literacia e, conseqüentemente, da literacia de informação, nos termos de uma nova (super?) literacia: “*que é electrónica, conduzida pela imagem, apela a muitos sentidos, é emocional, comunica à distância, é multicultural, colaborativa, artística e interactiva*”.

Neste novo quadro parece emergir uma preocupação genuína que consiste na necessidade de olhar de forma atenta, persistente e em profundidade para o grande quadro da educação. Não interessa quanto é rica ou pobre em informação é a instituição produtora de ensino-aprendizagem num quadro temporal limitado e, por isso, redutor. A transformação de cada sujeito aprendente num agente com competências e capacidades autónomas para aceder à informação e aprender ao longo da vida, parece ser o único resultado aceitável e indisputado da literacia da informação como conceito matriz das competências conferidas pelas literacias básica e dos *media*.

2.2.3 Literacia dos Media. A sua impotência em Literacia de Informação.

2.2.3.1 O que deve entender-se por Media e Literacia dos Media (Media Literacy)?

media

É um termo genérico para materiais de biblioteca não impressos (filmes, tiras fotográficas, diapositivos, gravações de áudio e vídeo, CD-ROMs, ficheiros de dados em linguagem-máquina, software de computador, etc. As microformas não são consideradas *media* porque são reproduções de documentos impressos.

A pessoa responsável pela gestão da colecção dos *media* e equipamento associado é o especialista em *media*.

Resenhas de títulos de *media* recentemente publicados, são indexados anualmente por tipo de *meio* em Media Review Digest. Sinónimo de audiovisuais. Num sentido mais geral, material, em qualquer formato que comporta e comunica o conteúdo da informação.

Também se refere, coletivamente, a todos os canais através dos quais a informação é de amplo espectro, incluindo rádio, televisão, cabo e Internet. A massa de meios de informação disseminada para o público, para o maior público possível (e alguns diriam que o menor denominador comum), com um olhar atento sobre os lucros a ser feitos a partir de publicidade, como no caso de grandes redes de televisão comerciais. Embora os produtores desse fluxo unidirecional de informações possam usar a pesquisa para revelar as características dos seus ouvintes ou telespectadores, os indivíduos que recebem a sua mensagem permanecem em grande parte anónimos. Os média (jornais, revistas, noticiários, sites de notícias, etc) especializaram-se em fornecer as últimas informações sobre eventos actuais, com ou sem comentário, geralmente sem a intenção de entreter. O directório de informação sobre média impressa e televisiva está disponível no directório Gale de Publicações e Media Broadcast, uma série anual de referência disponível na maioria dos meios académicos e grandes bibliotecas públicas.¹⁶

2.2.3.2 Literacia dos Media (Media Literacy)

Num mundo fortemente caracterizado pela influência dos *media* abundam propostas de definição do conceito de *literacia dos media* (**media literacy**). O conceito, apesar da sua existência prolixa, possui uma definição fortemente partilhada:

“ A literacia dos media é a *capacidade de aceder, analisar, avaliar e comunicar mensagens numa ampla variedade de formas.*”¹⁷ Posteriormente, a definição foi ampliada

¹⁵ REITZ, Joan M. ODLIS – Online Dictionary for Library and Information Science.

¹⁷ Aspen Media Literacy Leadership Institute, 1992.

enfatizando as competências e a sua importância para a cidadania e a democracia¹⁸. O Canadá desenvolveu uma definição de literacia dos media que nos parece mais abrangente, mais apelativa e realista, na medida em que, centraliza a intervenção do sujeito¹⁹.

A Salzburg Academy for Media and Global Change (EUA) desenvolveu um curriculum para os seus estudantes baseado em seis princípios: *Identificar, analisar, compreender, defender, promover e motivar*, para o exercício da literacia dos media. A Salzburg Academy for Media and Global Change é na actualidade, um pólo importante de investigação em Literacia de Informação. Nos Estados Unidos da América, universidades, escolas, departamentos estatais de educação, instituições empresariais, associações de nível nacional, estadual, local; programas, currícula, blogs, sites, etc., constituem fontes de estudo, investigação, produção, disseminação e ensino no domínio da literacia de informação. Ainda que a “galáxia da literacia de informação” seja de criação recente, - anos 90 na Grã-Bretanha e Estados Unidos da América, - há experiências de ensino da literacia de informação na Europa (Rússia e Inglaterra) que surgiram nos anos vinte e trinta do século XX.

¹⁸ "Media Literacy is a 21st century approach to education. It provides a framework to access, analyze, evaluate and create messages in a variety of forms--from print to video to the Internet. Media literacy builds an understanding of the role of media in society as well as essential skills of inquiry and self-expression necessary for citizens of a democracy" (Thoman and Jolls, 2005, p. 190).

¹⁹ "Media literacy is concerned with helping students develop an informed and critical understanding of the nature of mass media, the techniques used by them, and the impact of these techniques. More specifically, it is education that aims to increase the students' understanding and enjoyment of how the media work, how they produce meaning, how they are organized, and how they construct reality. Media literacy also aims to provide students with the ability to create media products." (Media Literacy Resource Guide, Ministry of Education Ontario, 1997)

A literacia dos *media* como tema e problema conheceu nas décadas de 80 e noventa do século XX, uma expansão e desenvolvimento a que quase nenhum Continente é, actualmente, alheio. Nomeadamente, a África do Sul, pós-apartheid, é dos expoentes africanos de maior envolvimento e dinamismo na implementação do ensino da literacia dos media (media literacy). O que em nossa opinião está patente no grafismo sul-africano do mundial de futebol de 2010, e nos seus currícula de ensino e literacia de informação.

Não obstante, a definição de literacia dos *media* apresenta alguma dificuldade, porque a diferença de postura de autores, teóricos, escolas e demais interessados no que tange ao interesse e finalidades, apresenta divergências que não são facilmente sanáveis. Todavia, não é desejável prosseguir sem documentar a questão da definição da literacia dos média através de uma matriz de definição que se apresenta na página seguinte, por comodidade de leitura e compreensão.

MATRIZ DE DEFINIÇÕES DE LITERACIA DOS MEDIA²⁰

Literacia de Computador	Literacia Digital	Tecnologia Educativa	Literacia de Teconologia de Informação e Comunicação	Literacia de Informação	Literacia dos Media	Literacia Tecnológica	Segurança na Internet
Habilidade para usar o computador e o software que o acompanha para execução de tarefas práticas.	É mais do que a habilidade técnica para operar com sucesso ferramentas digitais; compreende uma variedade de competências cognitivas que são utilizadas na execução de tarefas em ambientes digitais, tais como: navegar na Web, decifração de interfaces de utilizador, trabalho com bases de dados, e comunicação em salas de chat.	Aproximação sistémica ao ensino e aprendizagem que promove o ensino inovador para modernizar e melhorar o conjunto da escola. A educação tecnológica combina o equipamento tecnológico para suporte dos padrões curriculares local, estadual e nacional e a inclusão das competências do séc. XXI nas actividades curriculares.	A literacia em tecnologia de informação e comunicação (TIC) consiste na habilidade de usar a tecnologia para construir os conhecimentos e competências do século XXI, de suporte ao ensino aprendizagem no século XXI.	Define-se como a capacidade de saber quando a informação é necessária, ser capaz de identificar, localizar, avaliar e usar de forma eficaz e eficiente a informação para resolver a tarefa ou o problema em causa.	A literacia dos média é aproximação do séc. XXI à educação. Ela providencia a moldura para aceder, analisar, avaliar e criar mensagens de formas variadas - desde a impressão ao vídeo na internet. A literacia dos media constrói a compreensão do papel dos média na sociedade, bem como, as capacidades essenciais de inquirir e auto-expressar a necessária capacidade dos cidadãos de uma Democracia.	É a capacidade de apropriação da tecnologia de forma adequada e responsável para comunicar, resolver problemas, aceder, gerir, integrar, avaliar e criar informação para melhorar a aprendizagem em todas as áreas e adquirir competências para aprender ao longo da vida e as capacidades para o séc. XXI.	Na indústria dos computadores, refere-se às técnicas que asseguram que a informação nos computadores não pode ser lida ou comprometida por entidades não autorizadas. A maior parte da medidas envolve a encriptação dos dados e passwords. A encriptação de dados é a tradução de dados em formas ininteligíveis sem mecanismos de decifração. A password é uma palavra ou frase secreta que dão acesso ao usuário a um programa ou sistema.
National Forum on Information Literacy	Eshet-Alkali & Amichai-Hamburger	State Educational Technology Directors Association	Parceria para as competências do século XXI	National Forum on Information Literacy	Center for Media Literacy	State Educational Technology Directors Association	Webopedia

Quadro nº1 Definição do conceito de Literacia dos Medias.

²⁰ - <http://www.setda.org/web/guest/toolkit2007/medialiteracy/definitionmatrix>, acedido em 05-07-2010

2.2.3.3 A Importância da educação para a Literacia dos Media

BUCKINGHAM (2003), referindo-se à importância da educação para os media, começou por definir o papel central que os media têm nos processos social, económico e de economia política das sociedades do nosso tempo nos seguintes termos:

“The media are major industries, generating profit and employment; they provide us with most of our information about the political process; and they offer us ideas, images and representations (both factual and fictional) that inevitably shape our view of reality. The media are undoubtedly the major contemporary means of cultural expression and communication: to become an active participant in public life necessarily involves making use of the modern media. The media, it is often argued, have now taken the place of the family, the church and the school as the major socializing influence in contemporary society” (Buckingham, 2003, p. 5).(vide redes sociais)

Se entre nós a literacia para os *media* não parece exteriorizar grandes resultados no que tange ao seu ensino e produto final, tal constatação não autoriza a inferir a sua falta de importância no quotidiano nacional. Entre nós, o consumo de produtos e serviços multimédia, nomeadamente, computadores portáteis, modems de banda larga, telemóveis, leitores de DVD's portáteis, reprodutores de música mpeg, máquinas fotográficas digitais, aparelhos receptores de televisão equipados com a componente televisão terrestre digital (TTD) são uma realidade. Tal como é real o acesso de 45,5 %, dos portugueses à Internet, segundo estudo recentemente publicado. Não obstante, fica-nos a impressão que o seu estudo, investigação, produção, distribuição, ficam bastante aquém da dinâmica de consumo. Pessoalmente, postulamos que a sociedade, na sua grande maioria, ainda não tem consciência da importância que a literacia para os media (educação para os media) tem, quer em termos sociais, quer na vida individual. Pensamos no mundo rural dos países em desenvolvimento, os biliões de iletrados e de todos aqueles que servindo-se, impreparadamente, dos media ainda não desenvolveram a consciência social e pessoal da sua

importância. No que diz respeito à formação de professores no nosso país, a crise económica e a ausência manifesta, por parte dos nossos governantes, de uma discussão sobre a Educação para os Media (Media Literacy) e a necessidade do estabelecimento de uma política correctiva de tal laxismo é de importância para todos nós. Constitui uma carência que corresponde a uma “lacuna pedagógica” severa. Os decisores políticos e alguns empresários e empresas do domínio das TIC permanecem crenes, de que a distribuição de milhares de computadores, sem a correspondente literacia, em programas como o E-Escola ou o E-Escolinha constitui a base da construção em Portugal de uma Sociedade da Informação e do Conhecimento, com técnicos competentes e cidadãos letrados em informação e próspera em empresas especializadas na produção de conteúdos.

2.2.3.4 Cinco conceitos nucleares da Literacia dos Media.

O Centro de Santa Monica, California, criou estes cinco conceitos nucleares de literacia dos medias, a partir dos Canada’s eight “Key Concepts” for media literacy (Pungente, 1989) as a guide.

- Todas as mensagens dos media são construídas
- As mensagens dos media são construídas usando linguagem criativa com as suas regras próprias
- Sujeitos diferentes experienciam diferenciadamente a mesma mensagem de media
- Os médias estão embebidos de valores e pontos de vista. A maior das mensagens dos media são construídas para produzir lucro / ganhar poder. (Thoman & Jolls, 2005, p. 186)
- A maior parte das mensagens dos media são construídas para produzir lucro / ganhar poder.



Fig. 2 Duas faces da literacia dos media.²¹

A descoberta da dificuldade dos professores em integrarem no ensino dos media – cf. Imagem supra - os cinco conceitos nucleares, levou o Center for Media Literacy a desenvolver em 2002, “Five Key Questions” que deveriam ser utilizados em articulação com “Five Core Concepts”, com a recomendação da sua aplicação a qualquer grau de ensino, após adaptação prévia para as diferentes idades e níveis dos alunos.

2.2.3.5 A Utilização articulada do 5 Conceitos Nucleares / 5

Questões-Chave:

1 Todas as mensagens dos media são construídas. [Quem criou esta mensagem?]

2 As mensagens dos media são construídas usando linguagem criativa com as suas regras próprias. [Que técnicas criativas são usadas para atrair a minha atenção?]

²¹ <http://teachingforthefuture.com/> acedido em 07-07-2010

3 Sujeitos diferentes experienciam a mesma mensagem de Media diferenciadamente. [Como podem diferentes sujeitos compreenderem esta mensagem, em relação a mim, de forma diferente?]

4 Os médias estão embebidos de valores e pontos de vista. [Que estilos de vida, valores, pontos de vista estão representados na mensagem dos media ou nela omitidos?]

5 A maioria das mensagem dos media são construídas para produzir lucro / ganhar poder. [Porque foi esta mensagem enviada?]

A razão de ser da criação e aplicação curricular destes 5 conceitos nucleares associados às 5 questões-chaves são fundamentados por **THOMAN & JOLLS** (2005, p.192)²²

“Este conceito reconhece que os textos dos media são construídos por autores. O produto final, não é um produto natural ou um texto objectivo, mas antes, um construção a partir de vários elementos criados por autores (escritores, fotógrafos, directores, produtores, etc.). Na criação do texto são incluídas muitas decisões, e a audiência vê o resultado final. Contudo, a audiência não vai poder ver as ideias que foram rejeitadas pelo caminho, e que poderiam ter intermináveis modificações/variações no texto de media. Ao perguntar quem criou a mensagem, os estudantes estão em condições de conceptualizar ambos, o elemento por detrás do texto de media e o processo pelo qual, o texto media foi montado como uma unidade.”

Assim, por um lado, as questões ligadas ao ensino-aprendizagem da construção, análise, crítica, produção e difusão de mensagens de *media*, são importantes. A origem, autoria, conteúdo, valor e a finalidade das mensagens dos *media* pressupõe outros tipos de aprendizagem ligados à avaliação da qualidade e probidade das fontes, têm, por seu lado, a importância correspondente. A intencionalidade, finalidade e rentabilidade da produção de mensagens de *media*, através do seu conteúdo explícito ou implícito, exige

²² This concept acknowledges that media texts are constructed by authors. The final product is not a natural or objective text, rather, it is made up of various elements that was created by authors (writers, photographers, directors, producers, etc.). Many decisions go into the creation of a text, and the audience sees the end result. The audience does not, however, get to see the ideas that were rejected along the way, which could have produced endless variations on the media text. By asking who created the message, students are able to conceptualize both the human element behind the media text and the process of actually piecing a text together (Thoman & Jolls, 2005, p. 192).

Thomas, E., & Jolls, T. (2005). Media literacy education: Lesson from the center for media literacy. In G. **Schwartz & P.U. Brown** (Eds.), *Media literacy: Transforming curriculum and teaching* (Vol. 104, 2005, pp. 180-205). Malden. MA: National Society for the Study of Education.

capacidades e competências específicas para lidar competentemente com o efeito e a influência social de tais produtos.

Nas sociedades actuais, a omnipresença da produção de *media*, “serve a diferentes amos e senhores”. Segundo o autor japonês do “Livro do Chá”, (...O céu da humanidade moderna está, de facto, despedaçado pela luta ciclópica pela riqueza e pelo poder. O mundo anda às cegas na sombra do egoísmo e da vulgaridade. O conhecimento compra-se com uma má consciência e a benevolência pratica-se por amor à utilidade)²³.

A incapacidade de se situar como um “leitor competente” perante o fluxo de mensagens, “em perpétuo movimento”, pode constituir um problema de cidadania muito sério com implicações profundas para a vivência da Cidadania e da Democracia, por parte do cidadão info-excluído. A existência de grandes fluxos de informação disponível, em todas as áreas do conhecimento, desde a educação à saúde, com passagem pela economia, direito e publicidade requer formação específica em educação para os media. A sua inexistência do ponto de vista da formação educativa, ou a depreciação deliberada da sua utilidade educativa e formadora, tornam a participação dos cidadãos na vivência da Liberdade e da Democracia mais difícil e empobrecedora.

A concluir esta secção parece-nos correcto afirmar que, a existência de literacias de índole tecnológica influenciarão, seguramente, a questão das suas relações com a Literacia da Informação, que discutiremos no respectivo capítulo.

²³ - OKAKURA, Kakuzo. O LIVRO DO CHÁ. Edições Cotovia. Lisboa, 2007, p. 18.

2.2.4 Literacia de Informação. Definição e tentativa de desambiguação do conceito, face à sua riqueza polissémica.

O impacto do desenvolvimento científico e tecnológico na área da informação, que ocorreu nos EUA, na década de setenta (1974), conduziu à necessidade de proceder ao estudo dos seus efeitos na Sociedade da Informação a curto e a médio prazo.

De que modo, aquele impacto, se reflectiria, socialmente, tendo em vista o crescimento e produção diversificada da indústria de informação e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nos EUA?

Como seria possível articular estas duas frentes de desenvolvimento que interagiam reciprocamente? Que meios e recursos deveriam ser alocados para garantir o seu desenvolvimento? Que implicações teria sobre a sociedade e os cidadãos o crescimento vertiginoso da produção de informação? Como deveriam ser preparados os cidadãos para viverem e terem sucesso na Sociedade da Informação? Que instrumentos e processos deveriam ser desenvolvidos para tratar, armazenar, conservar, recuperar e distribuir a informação produzida nos diversos suportes, formatos e expressões? Que papel deveriam ter as bibliotecas neste processo?

Inicialmente, o núcleo destas questões foi formulado e sistematizado por Paul ZURKOWSKI²⁴. Infelizmente, o documento de ZURKOWSKI – já citado – bem como outro, seu contemporâneo “A Nation at Risk”²⁵, não mereceram a atenção que lhes seria devida no País em que foram produzidos. Os poderes políticos e os decisores, em geral, não foram capazes de interpretar prospectivamente a importância futura desses dois contributos fundamentais.

²⁴ ZURKOWSKI, P., in op.cit.

²⁵ A Nation at Risk: The Imperative for Educational Reform 1983. Report of American President Ronald Reagan's National Commission on Excellence in Education

O conceito de literacia da informação, por força do progresso científico e tecnológico no sector da informação, tem vindo a desenvolver-se, continuamente, desde 1974 até aos nossos dias. As bibliotecas e suas organizações tutelares, os investigadores-bibliotecários, universidades, educadores, fóruns especializados, a UNESCO, os produtores de conteúdos e as indústrias de informação, as aplicações pedagógicas, sites na internet e blogues constituem o espectro do espaço usado pelos vários protagonistas interessados na definição do conceito de literacia de informação e na sua aplicação em diferentes áreas da vida social.

No que diz respeito ao sector de educação, a sua ligação enquanto conceito, alerta para que ocorreu uma mudança no pensamento educativo, já que a literacia transcende a capacidade de ler e de escrever. Inclusivamente, pode implicar que, a literacia de informação está firmemente embebida nas práticas e realizações da educação na Idade da Informação.

A ser assim, o conceito de literacia da informação deveria e deverá ser parte do discurso natural dos professores, enquanto concebem e desenvolvem unidades curriculares ou discutem temas pedagógicos. Paradoxalmente, este desiderato está muito afastado da realidade da maior parte das escolas e universidades, nomeadamente das portuguesas.

Parece capricho que a literacia de informação continue a desafiar a proposta de uma definição universal e a aceitação de um lugar nas áreas essenciais de ensino-aprendizagem na educação obrigatória. Torna-se necessário afirmar, de forma, a que, não subsista dúvida, que o conceito de literacia da informação merece na actualidade a aceitação largamente consensual na comunidade de investigadores e outros estudiosos desta problemática, bem como dos seus utilizadores.

Talvez, a sua natureza assuma maior consistência transformando, através da mudança, o processo educativo, para conhecer, incorporar, potenciar a sua aplicação e incrementar o uso das tecnologias emergentes, tendo em conta as exigências da sociedade e do tempo que vivemos.

Contudo, apesar do muito que já foi feito e de tudo quanto se sabe, é útil colocar a questão: Porquê, volvidos trinta e seis anos, desde o nascimento do conceito em 1974, a literacia de informação é, ainda, um tema de disputa, de controvérsia, e com implementação, ainda que, em crescendo, tão limitada?

TODD (in **Brooker** 1995: 17-26) forneceu uma perspectiva da situação: “Estabelecer porquê a literacia da informação está a ter “uma infância tão difícil”, implica verificar que as comunidades escolares ainda estão a debater-se com o conceito, vendo-o, com frequência, como uma adenda e não como parte genuína da educação. Parece existir uma lacuna na literatura em termos de teoria da literacia de informação e a prática quotidiana em sala de aula”²⁶.

DANIEL, (1995) e **WILSON**, (1997), referindo-se à situação dos estudantes do ensino superior no que tange ao conceito de literacia de informação, incluindo professores em formação, afirmaram: “mas, permanece uma necessidade real de explorar em quê o conceito de literacia da informação se torna a prática básica ou natural dos professores. Enquanto os professores-bibliotecários conhecem e praticam a literacia de informação, a partir da sua perspectiva profissional e são versados em metodologias e práticas que promovem e prolongam a compreensão da literacia de informação, os professores de sala de aula e os directores de escola, geralmente, não sabem.”

²⁶ - TODD, R. (1995). Information Literacy. In D. BOOKER (Ed.) The learning link : Information literacy in practice (pp. 17-26). Adelaide : Auslib Press.

Actualmente, existem várias propostas de definição para o conceito de literacia de informação oriundas de diferentes países, fontes, teorias e instituições. Curiosamente, retirando pequenos detalhes específicos, mas nem por isso, menos importantes, as principais propostas são amplamente convergentes e consensuais.

Não obstante, e para que tal realidade seja hoje possível, decorreu um longo período temporal e ocorreu uma avalanche de controvérsias, aparentemente insanáveis, que tiveram que ser amplamente discutidas e, finalmente, sanadas.

A reflexão de HENRI e BONANO²⁷ sobre o conceito de literacia de informação, é considerada neste trabalho como um momento sumamente importante, constituiu um marco importante na tentativa de ordenamento e desambiguação do conceito. Graças a estes autores estabelecemos um elenco de questionamentos que tem por objectivo principal abordar as várias tentativas de esclarecimento do conceito de literacia de informação, bem como a sua desambiguação:

- a. Trata-se de uma transfiguração? Um velho conceito que se renova com o discurso da educação aplicável à Idade da Informação?
- b. Ou trata-se apenas de uma visão “embelezada” da compreensão tradicional da Literacia?
- c. A literacia de informação afirmou-se pela transformação profunda de uma crença educacional à luz da compreensão evolutiva da teoria da aprendizagem?
- d. Trata-se de um conceito puro ou de um processo?

²⁷ The information literate school community: best practices. HENRI & BONANO (eds.) Waga waga: CSI, Charles Sturt University, 1999, pp. 43-54.

- e. Trata-se de uma corporização de competências essenciais que assumiram nomes diferentes durante décadas?
- f. Ou será uma nova forma de literacia que se transformou a partir de literacias existentes para complementar as tecnologias emergentes para as quais têm de ser preparados os estudantes da Idade da Informação?
- g. Porquê os bibliotecários, professores, directores escolares manifestam diferentes concepções do conceito de literacia de informação?
- h. Porquê, os saberes e competências que informam a literacia de informação não foram ainda incluídos nos currícula dos sistemas educativos e assumidos nas práticas dos docentes em sala de aula? Será porque a literacia de informação é considerada uma tarefa vocacionada para os professores-bibliotecários e não um conteúdo do currículo geral?

Em boa verdade, o *corpus de literatura* da literacia de informação continua a crescer, por vitalidade própria e com o apoio pedagógico de sectores educacionais de que destacamos os seguintes:

- A formação de professores (**Candy, Crebert & O'Leary** 1994; **Dow & Geer** 1996; **Wright & McGurk** 1996);
- A comunidade escolar de literacia de informação (**Henri**, 1998, **Cooper & Henderson** 1994);
- Aprendentes autónomos (**Stephenson** 1995; **Mayer** 1996);

- A tecnologia de informação (**Johnson & Eisenberg** 1991; **Eisenberg & Johnson** 1996; **Mitchell** 1996; **Mobley** 1996)²⁸.

- A indústria produtora de conteúdos.

- As instituições produtoras de conteúdos, suportes e formatos para armazenamento, conservação, recuperação e distribuição de informação.

A discussão sobre a definição do conceito de literacia de informação é de uma grande prolixidade e riqueza. Países tão diferentes como os EUA, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia, França, Dinamarca, Índia, África do Sul, Filipinas, Brasil, México, China, Espanha e Portugal, de entre outros tem produzido literatura, teorias e experiências no domínio da Literacia da Informação. Instituições como a UNESCO, a ALA, ALIA, ACRL, SCONUL, ANZIL, ASSIST, NCLIS, FNIL²⁹, têm financiado e supervisionado trabalhos nesta área temática, publicando guias de orientação; avaliam e creditam experiências feitas em diferentes países e momentos.

No decurso da prolixa discussão teórica do conceito a evolução tecnológica no domínio das tecnologias de informação e comunicação (TIC/ICT) trouxe novas contribuições para o desenvolvimento e enriquecimento do conceito.

O enriquecimento e revivificação do conceito de Literacia da Informação é, também, tributário, em muitos aspectos, do desenvolvimento técnico e científico, nomeadamente, das ciências da comunicação e informação. O “boom” nas indústrias de informação (anos setenta), o desenvolvimento e interacção das: **telecomunicações**, (redes wireless, Wi-Fi, bluetooth, banda-larga, via satélite); a **informática** (hardware e software); a **electrónica** (nanotecnologia /miniaturização dos componentes electrónicos), **comunicações**

²⁸ - idem.

²⁹ - Vide listagem em Anexos.

móveis (rede de telefonia móvel, telemóvel, PDA, modem, GPS, satélite); a **laicização da Internet**, a **digitalização**, os **sistemas de informação** e a sua **gestão**, quando aplicados às **bibliotecas** e aos **arquivos**, bem como, à **educação**, constituem nas suas relações de interoperabilidade, um campo de diálogo, de interacção e influência recíproca, que é responsável pelo enriquecimento teórico e conceptual do conceito de Literacia da Informação. A interacção das áreas e actividades mencionadas torna o conceito de literacia de informação uma entidade polissémica e, tal carga, tem sido fonte de controvérsia, polémica e de alguma ambiguidade.

Tratando-se de um conceito polissémico, começamos por mencionar uma “singularidade” no domínio da Língua Portuguesa no que tange à sua utilização. De facto, o que se passa entre nós, nos poucos trabalhos conhecidos, e na interacção da comunidade de utilizadores é que não está estabilizada uma utilização consensual do conceito de literacia de informação. Com maior frequência, ocorrem as seguintes expressões: literacia de informação, infoliteracia, literacias, competências de informação, desenvolvimento de competências de informação, alfabetização em informação e, parece que, a utilização múltipla que se faz do conceito não parece impor uma designação consensual. Tal quadro não parece constituir um problema nosso, exclusivamente, enquanto comunidade que trabalha este conceito. Todavia, esta situação denuncia a quase ausência de uma comunidade organizada, dialogante e interactiva no que tange à assimilação do paradigma de literacia de informação, à implementação, aplicação, teorização e prática da literacia de informação, se exceptuarmos casos pontuais no Ensino Universitário, em algumas escolas e Autarquias.

Parafaseando HORTON, Jr. “... A problemática subjacente à definição do conceito de Literacia de Informação não pode ser considerada tarefa de um autor, de uma escola de

pensamento ou tendência de investigação. De facto, tal tarefa ultrapassa e transcende, largamente, os intervenientes³⁰”.

Retomando Abdul Waheed KHAN³¹ “... De forma crescente, o conceito de Literacia de Informação é considerado como crucialmente importante para capacitar as pessoas para lidarem com o desafio do bom uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC)”.

Todavia, a questão fundamental continua a ser a sua postulação epistemológica e não a sua focalização no uso das TIC.

Hoje, mais do que nunca, é irrecusável a existência da “informação” como uma categoria filosófica que atravessa todo o território do “saber” desde a sua fundamentação, reflexão, investigação, experimentação e teorização, incluindo as boas práticas que pressupõe a construção do Conhecimento.

Desta interação múltipla resultaram algumas definições do conceito de literacia de informação, que pouco ou nada se distinguem entre si, excepto em algumas particularidades e especificidades.

Apresentamos, a título de exemplo, alguns dos conceitos de literacia de informação propostos por autores ou instituições a ele ligadas e que cobre o período do seu nascimento, em 1974, até ao presente.

1. No conceito fundador de information Literacy proposto **Paul Zurkowski**, em 1974, usou a frase para descrever the “*techniques and skills*” known by the information literate “*for utilizing the wide range of information tools as well as primary sources in molding information solutions to their problems*”.³²

³⁰ **HORTON Jr.**, Forest W. (2007). Understanding Information Literacy: A Primer. Unesco.

³¹ **KHAN**, Abdul Waheed...

³² - **ZURKOWSKI**, Paul G. “The Information Service Environment: Relationships and Priorities. National Commission on Libraries and Information Service, Nov. 1974

2. A definição mais comum e acolhida pela American Library Association (ALA), data de 1989 *“To be information literate, a person must be able to recognize when information is needed and have the ability to locate, evaluate, and use effectively the needed information. The information literate individuals are those who have learned how to learn”* (pp55-56).³³
3. Doyle, 1990, *“...Conjunto integrado de habilidades, conhecimentos e valores ligados à procura, acesso, organização, uso e apresentação da informação, através do pensamento crítico”*.
4. Jeremy Shapiro & Shelley Hughes (1996) definem literacia de informação como: *“A new liberal art that extends from knowing how to use computers and access information in a critical reflection on the nature of information itself, its technical infrastructure and its social, cultural and philosophical context and impact”*.³⁴
5. The American Association of School Librarians (AASL) uma das instituições precursoras da literacia de informação e a Association for Educational Communications and Technologies (AECT) assumem que a literacia de informação é *“-a capacidade de encontrar e usar informação – a pedra-chave para a aprendizagem ao longo da vida”* (BYERLY/BRODY,1999).
6. Na Declaração Final da Conferência de Praga (2002), a literacia de informação foi descrita como *“key to social, cultural and economic development of nations and communities, institutions and individuals in the 21 st century”* and declared its acquisition as *“part of the basic human right of lifelong learning”*.³⁵

³³ - The American Library Association's (ALA) Presidential Committee on Information Literacy, Final Report, 1989.

³⁴ - (From [6] (<http://www.educause.edu/pub/er/review/reviewarticles/31231.html>), acedido 11.07.2007

³⁵ - <http://portal.unesco.org/ci/en/files/19636/11228863531PragueDeclaration.pdf/PragueDeclaration>”, Sept 2003

7. Em 2002, **Patricia Breivik**, numa definição pela negativa, postulou que: *“Information literacy (is not)... teaching a set of skills but rather a process that should transform both learning and the culture of communities for the better*).³⁶
8. *“ Information Literacy is the adoption of appropriate information behaviour to identify, through whatever channel or médium, information well fitted to information needs, learning to wise and ethical use of information in society”*
(JOHNSTON & WEBBER, 2002)³⁷
9. Alexandria Proclamation UNESCO, 2005. Estabiliza a definição mais usada, actualmente *“...O domínio da informação permite às pessoas, em todos os empreendimentos da vida, procurar, avaliar, utilizar e criar a informação necessária à realização de objectivos pessoais, sociais, profissionais e educacionais.”*³⁸
10. **Christine Bruce** *“The ability to access, evaluate, organise and use information in order to learn, problem-solve, make decisions – in formal and informal learning contexts, at work, at home, and in educational settings ... A key characteristic of lifelong learner – strongly connected with critical and reflective thinking.”*³⁹
11. **Mike Eisenberg**, 2009. *“Information Literacy is one of fundamental building blocs of learning all kinds of knowledge. Information Literacy should be considered on of the fundamental Basic of education in our societies”.*⁴⁰
12. *Information literacy (IL) is the set of skills and knowledge that allows us to find, evaluate, and use the information we need, as well as to filter out the information we don’t need. IL skills are the necessary tools that help us successfully navigate the present and future landscape of information.*⁴¹

36 – Patricia Breivik. 2000, Forword, Information Literacy Around the World, edited by Bruce, C and Candy P. Charles Sturt University.

³⁷ - Jonhston & Webber (2002) “Information literacy: The Social action agenda”. In Booker, D. (Ed.) Information Literacy : The Social Action Agenda : Proceedings of the 5th National Information Literacy Conference. Adelaide; University of South Australia Library. 68-80. ISBN 86803-929-2.

³⁸ - Alexandria Proclamation: A High Level Colloquium on Information Literacy and Lifelong Learning, <http://www.infolit.org/2005.html>. acedido em 11.07.2010

³⁹ - Chistine Bruce (2003). Seven Faces of Information Literacy – Towards inviting students into new experiences. Faculty of Information Technology, QUT, 2003.

⁴⁰ - Mike Eisenberg (2009). Information Literacy The Most Basic of Basics.

⁴¹ - Information Literacy: Essential Skills for the Information Age

Sentetizando, os aspectos fundamentais que se destacam da quase totalidade das definições são:

1. As competências e a habilidade para lidar de forma eficaz e eficiente, com a informação.
2. A consciência da sua existência e da sua necessidade para resolver tarefas, problemas e tomar decisões.
3. A necessidade de formação específica para lidar com a informação, face à sua quantidade, complexidade, volatilidade, validade e credibilidade, a par do seu uso de forma ética e legal.
4. A potencialidade da literacia de informação permitir a aquisição de ferramentas de aprendizagem utilizáveis durante toda a vida (lifelong learning tools), cujo usufruto continuado permite conferir ao sujeito capacidades reais de agir e interagir (empowerment) na Idade da Informação .
5. Autonomização da capacidade de aprender: quando quiser (**whenever**), o que quiser (**whatever**), onde quiser (**wherever**), com recurso a outro grupo de 3 W's a World Wide Web (**WWW**), informado pelas propriedades dos 4R's "**Reading**", (Leitura), "**wRiting**", (Escrita), "**aRithmetic**", (Aritmética) and "**Research**", (Investigação), que no seu conjunto expressam a 4 modalidades de literacia agrupadas no conceito de literacia de informação.
6. Capacidade de desenvolver consciência e conhecimento e a responsabilidade de usar a informação de forma ética e legal, respeitando as leis que regem a origem, autoria e direitos dos produtores de informação.

7. Finalmente a promessa de uma actuação e intervenção mais consentânea com as responsabilidades cívicas e políticas do cidadão informado e apetrechado de competências no domínio da informação, (literate person).

CAPÍTULO III

LITERACIA DE INFORMAÇÃO: FILOSOFIA, TEORIA E PRÁTICA

Where is the Life we have lost in living?

Where is the wisdom we have lost in knowledge?

Where is the knowledge we have lost in information?

T.S. Elliot, "Choruses from the Rock".

3.1 A filosofia da Literacia de Informação. Sinopse introdutória

Esta breve sinopse introdutória destina-se a servir de fundamento circunstanciado do contexto da emergência do conceito de literacia de informação, com Paul ZURKOWSKY, (1974)⁴², num momento de grande desenvolvimento na indústria de informação, nos sectores e serviços seus clientes, como bibliotecas, arquivos, produtoras de conteúdos, e indústria informática com o aparecimento dos primeiros computadores pessoais e, depois, com os computadores portáteis.

Os primeiros computadores pessoais, que começaram a fazer sua história a partir da década de 70, foram coetâneos dos esforços e propostas de ZURKOWSKY.

O nascimento dos computadores pessoais e pouco depois dos portáteis começou com revolução dos “processadores”.

O primeiro microchip, o 4004, foi lançado pela Intel em 71. Pouco tempo depois, o mesmo fabricante lançou um novo processador, que fez sucesso durante muitos anos, o 8080.

Depois da revolução do microchip, o Micral, criado por André Truong e lançado em 1972 pela empresa francesa R2E, pode ser considerado o primeiro computador pessoal, embora ainda faltassem quase dez anos para que a designação nascesse e a máquina se vulgarizasse enquanto tal.

Nos anos seguintes, mas ainda na década de 70, surgiram projectos materializados como os computadores Altair, Atari, Apple I, II, ZX Spectrum,

Por esta altura Bill Gates ajudou, desenvolvendo uma versão do Basic para o Altair.

⁴² In op. Cit.

Em 1976 foi fundada a Apple, por Steve Jobs, após recusa pela Atari e HP do projecto da Apple. Uma frase de Steve Jobs descreve bem a história: “Então fomos à Atari e dissemos : Ei, nós desenvolvemos essa coisa incrível, pode ser construído com alguns dos seus componentes, o que acham de nos financiar? Podemos até mesmo dar a vocês, nós só queremos ter a oportunidade de desenvolvê-lo, paguem-nos um salário e podemos trabalhar para vocês”, eles disseram, não! Fomos então à Hewlett-Packard e eles disseram “Nós não precisamos de vocês, nem terminaram a faculdade ainda”.

A comercialização do Apple I, vendeu pouco mais de 200 unidades, mas abriu caminho para o lançamento de versões mais poderosas. Depois de aperfeiçoado, rapidamente, surgindo então o Apple II. Este sim fez um certo sucesso.

Em 1981, em 12 de Agosto a IBM lançou o modelo 5150 PC, que, de imediato, foi um sucesso de vendas completamente inédito, e acabou por revolucionar o mercado da informática, o das comunicações e da informação, e o resto do mundo com eles.⁴³

Juntando um microprocessador da Intel e um sistema operativo chamado Microsoft, que fora lançado, recentemente, por Bill Gates, os engenheiros da IBM produziram uma máquina aberta, que não tinha segredos tecnológicos.

Esta característica, somada ao baixo custo que a utilização de elementos genéricos permitia, foi decisiva. Em poucos anos, uma série de velhas e novas empresas ligadas ao ramo conseguiram melhorar muito rapidamente a tecnologia. A Microsoft e a Apple tornaram-se referências no campo do software e do hardware, respectivamente.

⁴³ Diário de Notícias de 12 de Agosto de 2006. O computador portátil faz hoje 25 anos, por Filomena Navas.

Um quarto de século depois do aparecimento do primeiro PC, há mais de mil milhões de computadores pessoais em todo o mundo e a cada ano que passa, vendem-se mais 230 milhões. E as coisas não vão certamente ficar por aqui. ⁴⁴

Estes são alguns dos passos fundamentais que permitiram o processo que consideramos “uma verdadeira revolução copernicana” no sentido que I. KANT lhe outorga na CRP. ⁴⁵

A produção, em grande escala, de computadores pessoais (PC's) e a democratização do seu preço e o desejo de usufruto permitiu a milhões de cidadãos aproximarem-se do “ideal da sociedade da informação” – a informação ao alcance de todos. De facto, desde o seu aparecimento até à actualidade, o conceito de literacia de informação foi-se tornando, verdadeiramente, uma ***“filosofia da informação” na medida em que constitui um sistema reflexivo que abrange o fenómeno informação, desde os seus fundamentos, objectivos, métodos, pedagogia e avaliação, incluindo a reflexão sobre a própria “essência” da informação.***

A sua teorização, implementação e avaliação, creditam-no como um novo paradigma de ensino-aprendizagem da informação que postula:

- O processo que começa na consciencialização da existência da informação e necessidade de a utilizar;
- Inclui a capacidade de procurar a informação necessária com a extensão e a pertinência adequada a um fim em vista;
- A avaliação da fidedignidade e validade das fontes da informação;
- Imposição do uso ético-legal da informação;

⁴⁴ - Idem

⁴⁵ - KANT, Immanuel (1781). A Crítica da Razão Pura. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1989.

- Acautela a sua salvaguarda, conservação, recuperação e reutilização quando necessário;
- O ensino de competências e capacidades de domínio da informação e garante novos conhecimentos;
- A garantia da capacidade de operar com a informação durante toda a vida;
- Transforma radicalmente o cidadão num pesquisador activo, eficaz e eficiente (empowerment) com capacidade de pesquisa quase ilimitada (information literate citizen).

Os autores e modelos estudados, quer se trate daqueles que se centram na biblioteca e na instrução bibliográfica, quer os centrados na informação para investigação, resolução de problemas e tomada de decisões; permitem-nos inferir a citada “revolução copernicana” na ruptura com o modelo de ensino-aprendizagem “tradicional”.

A literacia de informação proporciona “a revolução copernicana” na medida em que pretende ultrapassar o modelo pedagógico “tradicional” rompendo com:

- Um espaço-tempo limitado para o processo de ensino-aprendizagem;
- A liderança do “conhecedor-transmissor” (professor);
- A situação passiva do “receptor-desconhecedor” (aluno);
- As idiosincrasias do estatuto e papel do professor, como pólo de um processo “atração-rejeição”, condicionantes do resultado do processo de ensino-aprendizagem.
- A instituição escola como centro único e determinante da transmissão do conhecimento e da selecção do futuro do aluno;
- O modelo de ensino-aprendizagem baseado nas competências básicas, ler, escrever e contar, de formato mnésico-repetitivo, sem grandes perspectivas de ligação da escola à vida, do conhecimento à realidade.

O tradicional “regresso ao essencial”, (back to basics), baseado na literacia básica (ler, escrever e contar), e tão do agrado dos sistemas políticos que subalternizam a educação, permitiu à grande maioria dos cidadãos ganhar a vida com base no domínio daquelas competências. Todavia, na Sociedade da Informação e do Conhecimento baseada no domínio da informação, a literacia básica é o passaporte para o desemprego ou para a aceitação de emprego pouco qualificante, instável e com baixa remuneração.

Segundo DUZDIK⁴⁶ “A informação passou a ser reconhecida como elemento-chave em todos os segmentos da sociedade. A sua importância é tal que *manter-se informado* tornou-se indicador incontestável de actualidade e sintonia com o mundo”.

A questão que se põe, justamente, é como preparar-se para competir, sobreviver e progredir na sociedade da informação? A quem cabe a tarefa de preparar os cidadãos para satisfazerem as exigências da Idade da Informação? Neste papel que responsabilidades cabem às instituições: escolas, universidades, institutos e empresas de formação? E que papel cabe aos professores, bibliotecários, investigadores e formadores?

3.2 Teoria da literacia de informação: Guias, padrões, indicadores e avaliação de competências em informação.

Uma vez aceite que a implementação de um projecto de ensino de literacia da informação pode, seguramente, contar o apoio dos bibliotecários e das bibliotecas, que desideratos têm que ser satisfeitos?

⁴⁶ - DUZDIK, Elisabeth A. (2003). “Information literacy: princípios, filosofia e prática”. Ci. Inf. V.32, Brasília ene./abr., p.2.

Uma vez que estão estabelecidas as relações entre literacia de informação, aprendizagem autónoma e aprendizagem ao longo da vida resta esclarecer os mecanismos essenciais que objectivam o seu ensino bem sucedido?

Para Christine BRUCE, a implementação bem sucedida de um projecto de literacia de informação tem componentes indispensáveis e a interacção desses vários componentes é incontornável.

Literacia de Informação, no modelo de Christine BRUCE⁴⁷

CHAVES PARA A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA



Fig.3. Chaves para a aprendizagem ao longo da vida.⁴⁸

Embora não se trate de um modelo centrado no papel dos bibliotecários e das bibliotecas, mas sim, de um modelo ancorado nas tecnologias de informação, como pode ver-se pelo recurso às literacias da informática e de tecnologia da Informação, não dispensa o contributo da presença de competências bibliográficas. Para esta autora a implementa-

⁴⁷ BRUCE, Christine – The Seven Faces of Information Literacy...

⁴⁸ Id. P. 8.

ção de um programa de literacia de informação destinado a ter sucesso pressupõe a presença de condições, cuja existência, tem que ser efectiva, para o êxito do programa: Interacção sistémica entre as infra-estruturas e recursos em tecnologia de informação, as diferentes parcerias, os instrumentos e práticas, prescritos na política institucional, estruturada num curriculum. Estas são condições *sine qua non* para o sucesso do programa. Assim, nada é deixado ao acaso, o sucesso do paradigma resulta da sua aplicação criteriosa conforme a planificação.

Na próxima secção – a prática da Literacia de Informação – abordaremos o modelo da autora e, com mais detalhe, poder-se-à esclarecer a posição da autora, tomando em consideração a sua docência na Faculdade de Tecnologia da Informação, QUT.

Segundo LAU “Os bibliotecários e as bibliotecas podem ser parceiros de equipa na aprendizagem da literacia de informação/aprendizagem ao longo da vida”⁴⁹.

Conscientes da possibilidade de bibliotecários e bibliotecas serem parceiros indispensáveis na implementação de um projecto de literacia da informação / aprendizagem ao longo da vida, a IFLA descarta a possibilidade de que a responsabilidade seja, exclusivamente, de bibliotecários e bibliotecas.

Seguramente, dentro de uma filosofia que postula o direito universal de acesso dos cidadãos à informação, a atitude da IFLA é realista. Nem todas as bibliotecas existentes e os respectivos bibliotecários, ainda que, trabalhando concertadamente, seriam suficientes para garantir a todos os cidadãos os benefícios da formação em literacia da informação. Não é possível, nem tão pouco é desejável que bibliotecas e bibliotecários tenham o papel exclusivo na formação em literacia de informação, embora se lhes reco-

⁴⁹ - Ibidem

neça uma posição fundamental. Por isso, a IFLA⁵⁰ produziu documentos de orientação, nomeadamente, Guidelines On Information Literacy for Longlife Learning⁵¹. José Jesus LAU, (Chair, Information Literacy Section / IFLA), o redactor da versão final daquele documento, assume a importância dos bibliotecários e das bibliotecas como parceiros no ensino da literacia da informação, como se pode verificar no diagrama que apresentamos a seguir e que foi adaptado da obra mencionada nesta página em nota de roda-pé.

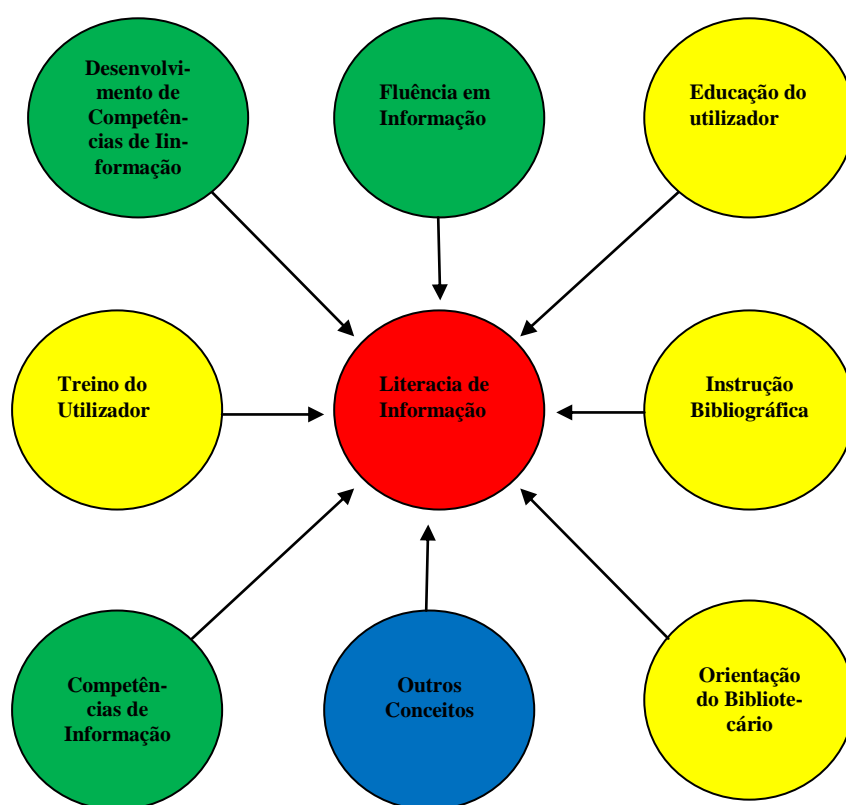


Fig.4 – O Conceito de Literacia de Informação, LAU (2006)⁵²

⁵⁰ - International Associations of Library Association (IFLA)

⁵¹ - LAU, Jesús (2006). Guidelines on information literacy for Lifelong Learning. México.

⁵² - Idem, p. 9

Face ao projecto de desenvolvimento de competências de informação na formação de professores, que concebemos para executar, em Benguela, os modelos centrados na biblioteca parecem-nos mais adequados porque é indispensável criar novas bibliotecas e reactivar algumas existentes e, concomitantemente, formar técnicos e professores-bibliotecários com perfil adequado às necessidades dos aprendentes.

Na obra citada, capítulo I, LAU debate “a necessidade do uso eficaz da informação”⁵³, “as competências de informação”⁵⁴, “as acções das bibliotecas que contribuem para a literacia de informação”⁵⁵. Como se pode ver no diagrama apresentado, os componentes do conceito de literacia de informação da IFLA e do autor são, maioritariamente as acções que envolvem biliotecários e bibliotecas, o que não se verifica na definição de literacia de informação de Christine BRUCE, in op.cit.

No capítulo II, do guia da IFLA, LAU e com a colaboração de Forest Woody **Horton** Jr., estabelece as relações entre a literacia de informação e a aprendizagem ao longo da vida (lifelong learning tools)

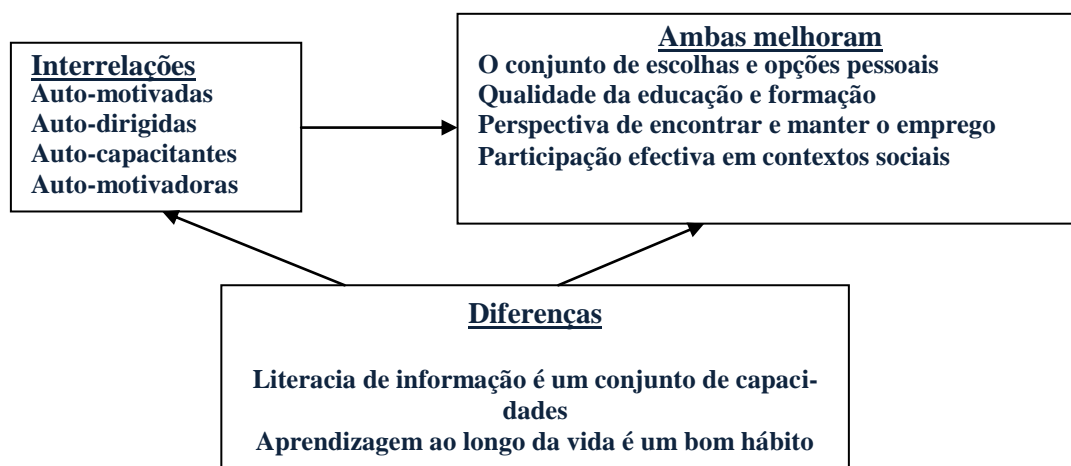


Fig. 5 - Relações entre Literacia de Informação e Aprendizagem Permanente⁵⁶.

⁵³ - LAU, Jesus - Guidelines on Information Literacy for Lifelong Learning. IFLA, 2006, p.6

⁵⁴ - Idem, p. 8

⁵⁵ - Ibidem, p. 8

⁵⁶ - Idem, p. 13

Como se indicou, anteriormente, existem relações entre a literacia da Informação e a aprendizagem ao longo da vida, na medida em que, esta última é uma característica da primeira relacionada com o pensamento crítico e reflexivo⁵⁷. O mesmo tipo de relacionamento e a sua explicação pode ser visto no modelo do Australia and New Zealand Institute for Information Literacy (ANZIIL), aqui apresentado.



Fig. 6 Relações entre Literacia de Informação, aprendizagem autónoma e aprendizagem ao longo da vida. (ANZIIL,2004).

É patente que a literacia de informação é a plataforma que possibilita o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem autónoma e associadas permitem dominar os processos que possibilitam a aprendizagem ao longo da vida.

⁵⁷ - BRUCE, Christine (2003). Seven Faces of Information Literacy – Towards inviting students into new experiences. Faculty of Information Technology, QUT, 2003, p.4.

Outro modelo de ensino de literacia da informação, o de Elisabeth **DUZDIAK**⁵⁸ – discutido na última secção deste capítulo - apresenta três concepções de literacia da informação: Informação, Conhecimento e Aprendizagem.

- Quanto à informação.

Esta primeira concepção coloca a *ênfase na tecnologia da informação* e dá prioridade à perspectiva de abordagem dos lado dos *sistemas*. Centra-se no ensino dos mecanismos de pesquisa e do uso da informação em ambiente electrónico. O importante nesta fase é aprender o domínio das habilidades e conhecimentos instrumentais que possibilitam o acesso à informação através dos conhecimentos de base da informática.

- Quanto ao conhecimento.

Centra-se nos processos cognitivos à semelhança de Carol KUHLETHAU⁵⁹, quanto investigou a necessidade de outras competências de aprendizagem para além da instrução bibliográfica. Associa a competência em informação – pesquisa e uso - à produção e construção do conhecimento envolvendo o uso, a interpretação e busca de significados, na perspectiva orientada para a sociedade do conhecimento. Os sistemas de informação são analisados na medida da sua compreensão por parte do sujeito. A biblioteca constitui um espaço de aprendizagem e o profissional de informação emerge como gestor-mediador do conhecimento nos processos de pesquisa de informação

⁵⁸ - DUZDIAK, E. (2003). “Information literacy: princípios, filosofia e prática.” Ci. Inf. Vol.32 nº1 Brasília Jan./ Apr. 2003. P10. Disponível em «http://www.scielo.br./scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0100-196520030000100003...» Acedido em 2010/7/23.

⁵⁹ - Apud KUHLETHAU, Carol in DUZDIAK, E. (2003). “Information literacy: princípios, filosofia e prática.” Ci. Inf. Vol.32 nº1 Brasília Jan./ Apr. 2003. P10. Disponível em «http://www.scielo.br./scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0100-196520030000100003...» Acedido em 2010/7/23.

- Quanto à aprendizagem.

Identifica e explicita os componentes que sustentam o conceito de literacia de informação:

- o processo investigativo;
- a aprendizagem activa;
- a aprendizagem autónoma;
- o pensamento crítico;
- aprender a aprender;
- a aprendizagem ao longo da vida.

Sendo um modelo centrado na contribuição dos bibliotecários e das bibliotecas para o ensino de literacia da informação, trata-se um modelo que nos parece igualmente útil para implementação do projecto que concebemos. Por isso discuti-lo-emos na terceira secção deste capítulo – a Literacia de Informação como Prática.

Como não podia deixar de ser, para que, uma verdadeira filosofia da literacia de informação pode ser considerada, enquanto tal, afigurou-se necessário dotá-la de elementos e conteúdos estruturantes objectivos como padrões, indicadores e avaliação de rendimento, sob forma de padrões internacionais

Os padrões de literacia de informação a considerar para que os estudantes pudessem ser considerados como aprendentes eficazes incluíam três componentes básicos: acesso, avaliação e uso da informação. Estes objectivos nucleares, ainda que com pequenas alterações, são coincidentes com maioria dos padrões desenvolvidos pelas associações de bibliotecários: AASL⁶⁰, ACRL⁶¹ SCONUL⁶², ANZIIL⁶³ e a ALA⁶⁴, seguido pelo traba-

⁶⁰ - American Association of School Libraries

⁶¹ - American College and Research Libraries - Institute for Information Literacy

lho de outros países como o México e Espanha, os educadores individuais como em (Byerly/Brodie, 1999; Kuhlthau, as cited in Stripling, 1999)⁶⁵.

Os padrões propostos pela IFLA agrupam-se em três componentes básicos de literacia de informação, a saber:

A. **ACESSO**. O utilizador acede à informação de forma eficiente e eficaz

1. **Definição e articulação da necessidade de informação**

Define ou reconhece a necessidade de informação

Decide fazer o necessário para encontrar informação

Expressa e define a necessidade de informação

Inicia o processo de pesquisa

2. **Localização da informação**

Identifica e avalia potenciais fontes de informação

Desenvolve estratégias de pesquisa

Acede a fontes de informação seleccionada

Selecciona e recupera a informação localizada

B. **AVALIAÇÃO**. O utilizador avalia de modo competente e crítico a informação

1. **Avaliação da Informação**

Analisa, examina e extrai informação

Interpreta e generaliza a informação

⁶² - Society of Colledge, National University Libraries – Advisory Committee on Information Literacy.

⁶³ - Australia and New Zeland Institute for Information Literacy

⁶⁴ - American Library Association

⁶⁵ - LAU, Jesús (2006). IFLA GUIDELINES ON INFORMATION LITERACY FOR LIFELONG LEARNING.

Selecciona e sintetiza a informação

Avalia com precisão a relevância a informação recuperada

2. Organização da Informação

Organiza e categoriza informação

Agrupa e organiza a informação recuperada

Determina qual é a informação melhor e mais útil

C. USO. O utilizador usa a informação de forma rigorosa e criativa

1. Uso da Informação

Encontra novas formas de comunicar, apresentar e usar a informação

Aplica a informação recuperada

Apreende ou interioriza a informação como conhecimento pessoal

Apresenta o produto da informação

2. Comunicação e uso ético da informação

Compreende o uso ético da informação

Respeita o uso legal da informação

Comunica o produto da aprendizagem com reconhecimento da propriedade intelectual

Utiliza o estilo de padrões de reconhecimento relevantes.

As Competências da Informação (segundo a IFLA).



Fig. 7 Competências de Informação, LAU (2006)⁶⁶

⁶⁶ - in Op. Cit.

A aprendizagem e o desenvolvimento de competências em literacia de informação constituem processos complexos e estão sujeitos a avaliação rigorosa e objectiva por parte de entidades com competência reconhecida para a sua creditação.

Hoje, quando se fala em literacia de informação existe já um reconhecimento consensual dos pontos de vista teórico e prático. Tal reconhecimento assume que a literacia de informação é o domínio do conhecimento da informação e as competências necessárias para identificar correctamente a informação necessária para o desempenho de uma tarefa ou a solução de um problema, a pesquisa de informação com custo-benefício controlável, a organização e reorganização da informação, a interpretação e análise da informação recuperada, a capacidade de avaliar o rigor e fiabilidade da informação, incluindo o reconhecimento ético das fontes a partir das quais a informação foi obtida, apresentar e comunicar o produto obtido e analisar e interpretar o resultado para os outros, se necessário, e, finalmente, usar a informação numa perspectiva ética e legal para implementar acções e obter resultados. Não será dispiciendo repetir que estas competências de informação garantem ao sujeito versado em literacia de informação (information literate citizen) a capacidade e possibilidade de utilizar estas competências para pesquisar informação, resolver problemas, tomar decisões e assegurarem a certeza de que qualquer campo de informação está ao alcance do sujeito que dele se pode servir, e.g., a saúde, a consulta de legislação, a actualização dos seus conhecimentos e cultura, etc.

3.3 – A prática da literacia de informação: Análise e discussão de modelos centrados na intervenção de bibliotecários e bibliotecas: Elizabeth DUZDIAK (2003) e José J. LAU (2007).

Como dissemos os modelos de Jesus LAU/IFLA e de Elisabeth DUZDIAK são modelos centrados numa concepção de aquisição de competências de informação em que os bibliotecários e as bibliotecas tem um papel nuclear na formação dos utilizadores em literacia de informação. Já afirmámos que estes dois modelos são vantajosos na medida em que ensinam os utilizadores a trabalhar a informação, aprendendo literacia de informação com os bibliotecários a partir da própria biblioteca. A biblioteca é, por excelência, a casa da informação ao serviço dos utilizadores. Todos os recursos existentes na biblioteca: humanos, documentais, instrumentais, quando utilizados adequadamente, contribuem para reunir as condições óptimas para o ensino da literacia da informação.

Ainda, de acordo com LAU, in op. cit., cada biblioteca pequena ou grande, com mais ou menos recursos, pode ter um papel importante como parte institucional de um programa de literacia de informação devido às suas características próprias, a saber:

- Constituem repositórios de informação;
- Tratam-se de reservatórios de informação com formatos múltiplos;
- São centros com bibliotecários que são peritos de informação;
- Constituem locais de interacção interpares e equipas de aprendizagem;
- São espaços de socialização da aprendizagem;
- São locais com assistência de conselheiros de informação / especialistas de referência e consultores;
- São centros com acesso a computadores, processamento e comunicação de informação;

- Acesso à Internet, um mundo de informação⁶⁷;

Os programas de Literacia de Informação/Aprendizagem ao longo da vida e currícula revistos são apenas um produto potencial desta iniciativa. Igualmente importantes são:

Literacia de Informação/Aprendizagem ao longo da vida, apoiados em:

- Princípios
- Políticas
- Programas
- Projecto Piloto
- Modelos
- Seminários
- Tutoriais
- Sessões de activação de ideias (brainstorming)
- Técnicas, ferramentas e métodos⁶⁸

Na economia do nosso projecto – em anexo – a biblioteca aparece como a instituição auxiliar indispensável para a formação do professor-bibliotecário e para o seu estágio profissional, em contacto directo com o seu material de trabalho, - a informação.

3.3.1 No modelo de DUZDIAK – bem como no modelo de LAU, já apresentado – os bibliotecários e a biblioteca assumem papel fundamental. O facto de LAU e DUZDIAK apresentarem os bibliotecários e as bibliotecas como os núcleos dos seus modelos, e, conseqüentemente, nas suas definições de literacia de informação, assume para além da sua concordância conceptual a coerência e consistência da posição profissional de dois bibliotecários.

⁶⁷ - Ibid., p.14

⁶⁸ - Ibid.,

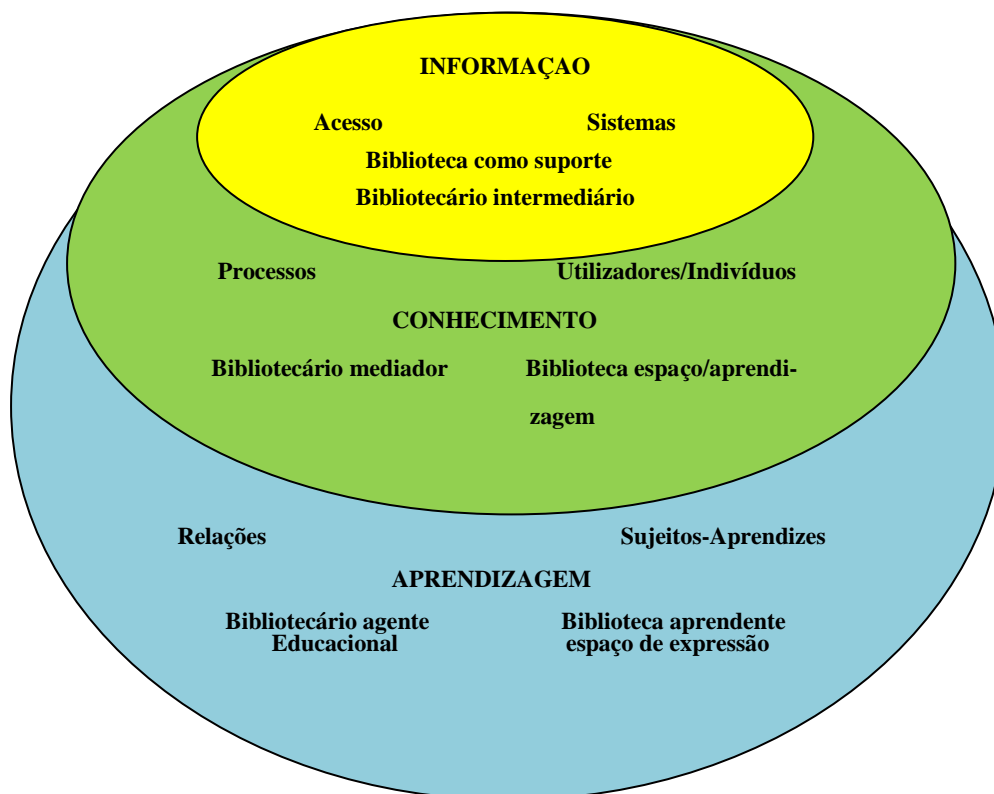


Fig. 8 Três concepções de *information literacy* (DUZDIAK,2009, p.9) ⁶⁹

A literacia de informação e a aprendizagem durante todo o ciclo vital têm, entre si, uma estratégia de relacionamento mútuo reforçada, que se torna crítica para o sucesso de cada indivíduo, organização, instituição e dos seus países na Sociedade da Informação globalizada.

Retomando LAU, “Trata-se de dois paradigmas da modernidade que devem actuar interligados entre si de forma simbiótica e sinérgica, se o objectivo é preparar as pessoas e instituições para sobreviverem e competirem com sucesso no século XXI e daí em diante” ⁷⁰.

⁶⁹ - DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática prática. *Ci. Inf.* [online]. 2003, vol.32, n.1, pp. 23-35. ISSN 0100-1965 DOI: 10.1590/S0100-19652003000100003, p.4

⁷⁰ - LAU, José Jesus - Guidelines on Information Literacy for Lifelong Learning. IFLA, 2006, p. 12. (Trad. do aut.).

A Literacia de Informação e Aprendizagem ao longo da vida são dois conceitos correlacionados na medida em que ambos são, amplamente, auto-motivados e auto-direccionados, i.e., não carecem de mediação exterior seja ela individual, institucional ou de um sistema exterior ao próprio indivíduo ou à instituição em si. Não obstante, o aconselhamento e a assistência de um amigo considerado, por exemplo, um mentor ou um supervisor podem ser úteis.

Trata-se de dois conceitos que aumentam as capacidades e competências do sujeito (self-empowerment) em literacia de informação. A sua acção conjugada destina-se a garantir as indispensáveis competências em informação a todos os sujeitos que querem enfrentar de forma eficaz e eficiente os desafios que são impostos pela Sociedade de Informação e do Conhecimento. Independentemente da pertença a qualquer grupo etário, condição social, à revelia do seu estatuto sócio económico, papel ou estatuto social, género, etnia, religião, a literacia de informação, enquanto ferramenta social propõe-se, efectivamente, contribuir para que os que querem enfrentar os desafios da informação nas sociedades actuais disponham de um instrumento eficaz (personal empowerment).

São dois conceitos auto-motivadores. Quanto mais capacitado em literacia de informação se tornar o sujeito e durante quanto mais tempo se expuser à aprendizagem de literacia da informação e persistir na sua prática de educação permanente e formação contínua, maior será o nível de desenvolvimento atingido, especialmente, se for praticado durante toda a vida.

Teoricamente, pode acontecer que um sujeito persista no objectivo de se tornar mais competente em literacia de informação, mas não de forma contínua e durante toda a vida. Contrariamente, um sujeito pode perseguir o objectivo de aprender ao longo da vi-

da mas sem se tornar letrado em informação, primeiramente. Cada uma das duas atitudes, por si só, não maximiza o potencial de sujeito para “aprender a aprender”.

Actuando interactivamente, literacia de informação e aprendizagem ao longo da vida, conduzem a uma melhoria substancial:

- Do conjunto de escolhas pessoais e aberturas de opções oferecidas ao sujeito em contexto pessoal, de família e matérias sociais.

- Da qualidade e utilidade de educação e aprendizagem que precede a entrada no mundo do trabalho e, mais tarde, nas situações de formação profissional e de desenvolvimento pessoal e social.

A importância e complexidade da literacia de informação como filosofia, pedagogia e estratégia de educação permanente e formação contínua tem sido estudada, investigada e teorizada por diferentes autores e tendências no seio da comunidade que investiga e aplica a literacia de informação como um instrumento de capacitação permanente do sujeito.

É irrecusável, bibliotecários e bibliotecas têm um papel importante como agentes de formação para a mudança, através do ensino de literacia de informação.

Entre as várias fontes de referência, essenciais, para estudo da literacia de informação, destacamos a documentação produzida para a UNESCO por alguns dos seus colaboradores, e.g., A. W. KHAN e HORTON Jr. A obra deste último é abundantemente citada neste trabalho⁷¹.

⁷¹ HORTON Jr., F. W. *Understanding Information Literacy: A Primer*. UNESCO: Paris, 2007.

3.3.2 Modelo de Literacia de Informação não-baseado na biblioteca.

3.3.2.1 O modelo de Chistine BRUCE⁷²

Este modelo desenvolvido por Christine BRUCE, (Associate Professor and Director of Teaching, Faculty of Information, QUT, Austrália), não trata um modelo de literacia de informação centrado na intervenção de bibliotecários e bibliotecas. Efectivamente, trata-se de um modelo de literacia de informação centrado no conceito de *informação* e nas relações que esta apresenta com os restantes componentes do modelo, individualizados em cada uma das sete faces. A sua origem é a Faculdade de Tecnologia de Informação, QUT, Austrália.

1ª Face: A Experiência de Tecnologia de Informação



Fig. 9, in Op. Cit. p.23.

O modelo apresenta as sete faces de literacia de informação, através de sete diagramas. Em cada um deles figuram três estruturas ovaladas e na parte central de cada diagrama está expressa a relação da informação com os outros dois componentes.

⁷² BRUCE, Christine, (2003). Seven Faces of Information Literacy - Towards inviting students into new experiences. Faculty of Information Technology, QUT, 2003.

Assim, na **primeira face**, a tecnologia de informação (oval verde) serve o escrutínio da informação, (oval amarelo), tendo em conta uso da informação (oval azul). O significado deste primeiro diagrama é explicado no modelo de literacia de informação de C. BRUCE a partir do papel da tecnologia de informação :

- O uso das TI para desenvolver a consciência da informação;
- As TI ajudam o utilizador a manter-se informado/comunicativo;
- As TI possibilitam sentir a informação como experiência social e, não apenas, individual;
- A experiência das TI depende da perícia dentro de um grupo.

A **segunda face** centra-se sobre as fontes de informação (diagrama vermelho) e as suas relações com tecnologia de informação (diagrama verde) e o uso da informação (diagrama azul).

2ª Face: Experiência das Fontes de Informação

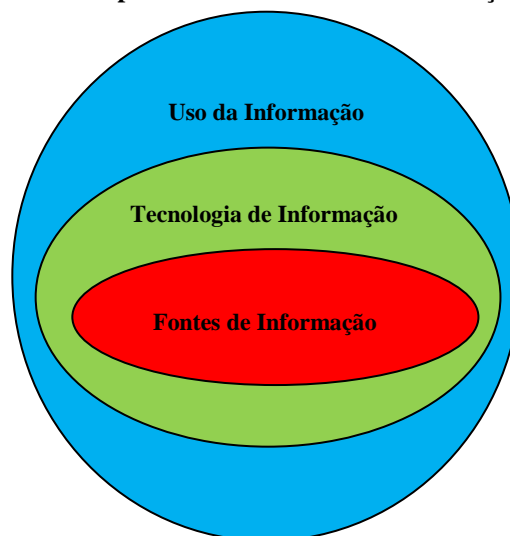


Fig.10, in Op. cit. p.24.

A **segunda face** da literacia da informação expõe as fontes da informação e as relações entre as tecnologias da informação e comunicação (TIC) e o uso da informação :

- Bibliográfica
- Humana
- Organizacional
- A importância da assistência de intermediários
- Valorização das competências pessoais

A **terceira face**, apresenta as relações entre a informação como processo, a *experiência do processo de informação* (oval azul) com a *tecnologia de Informação* (oval amarelo) e o *uso da Informação* (oval vermelho), desmontando os processos de informação como o fundamento operacional das TIC no uso da informação.

3ª Face: Experiência do Processo de Informação

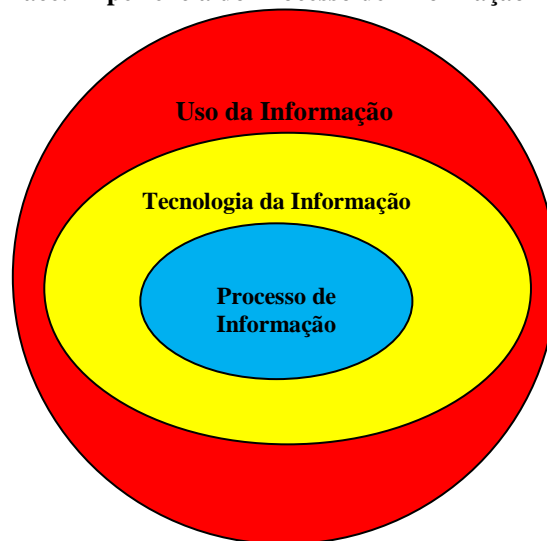


Fig. 11, in Op.cit. p.25

- Um processo ligado à resolução de problemas e tomadas de decisões;
- Exige demonstrações pessoais;
- “Arte criativa”.

A **quarta face** expõe a relação da experiência de controlo da informação (oval verde), e as suas relações com a tecnologia de informação (oval azul) e o uso da informação (oval siene).

4ª Face: Experiência de Controlo da Informação

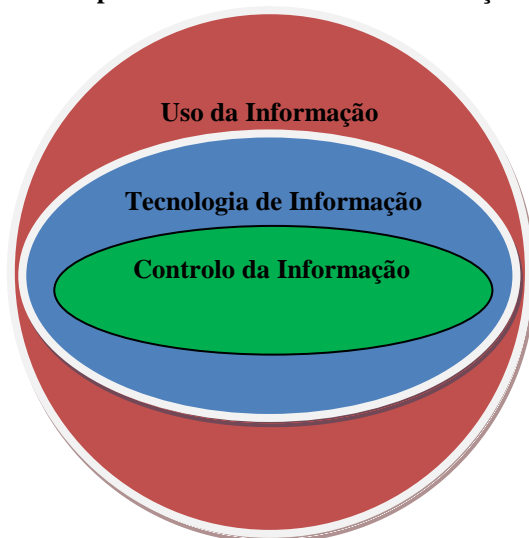


Fig. 12, inOp. cit. p.26

Expõe as características que identificam o controlo da informação:

- Reconhecimento da informação relevante;
- Gestão da informação;
- Estabelecimento de ligações entre informação, projectos e pessoas;
- Interconectividade entre informação e partes dos projectos.
- O uso das TIC como intermediário entre o controlo e o uso da informação.

A **quinta face** da literacia de informação expõe as relações entre o uso da informação (*análise crítica*), (oval verde) o conhecimento de base (oval amarelo) e a tecnologia da informação (oval azul).

5ª Face: A Experiência da Construção do Conhecimento

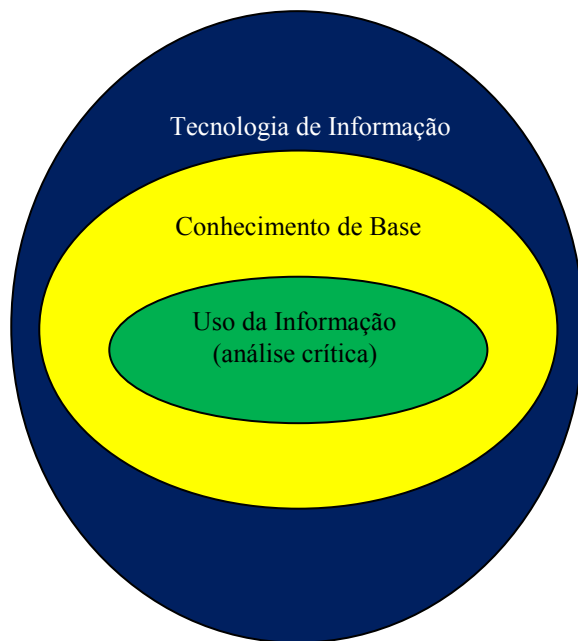


Fig. 13, in Op. cit. p.27

Expõe as relações entre o uso da informação (oval verde), a *experiência baseada no conhecimento de base* (oval amarela) e as TIC (oval azul):

- Enfatiza a aprendizagem;
- Desenvolve uma perspectiva pessoal com o conhecimento adquirido;
- Dependente do pensamento crítico.
- Usando as TIC.

A **sexta face** da literacia de informação expõe as relações entre a análise da intuição no uso da informação/intuição (verde claro), conhecimento de base (azul foncé) a tecnologia da informação (oval amarelo).

6ª Face: A Experiência da Extensão do Conhecimento

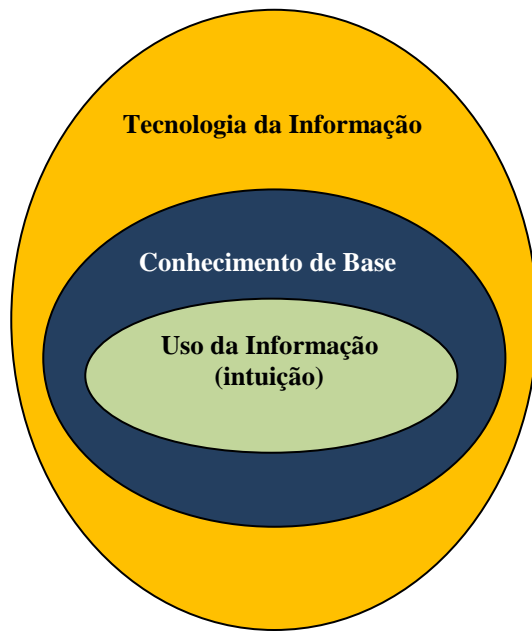


Fig. 14, inOp. cit. p. 28

Expõe as características da *extensão do conhecimento da experiência*:

- Conhecimento pessoal + experiência + insight/intuição/ criativos;
- Experiência do mistério (desconhecido);
- Desenvolve novos conhecimentos/perspectivas para novas tarefas/novas soluções.
- Apoiados pelas TIC.

A **sétima face** da literacia de informação expõe as relações entre o uso da informação (valores), (oval amarelo) o conhecimento de base (oval verde) e a tecnologia de informação (oval amarela).

7ª Face: A Experiência da Sabedoria (Wisdom)

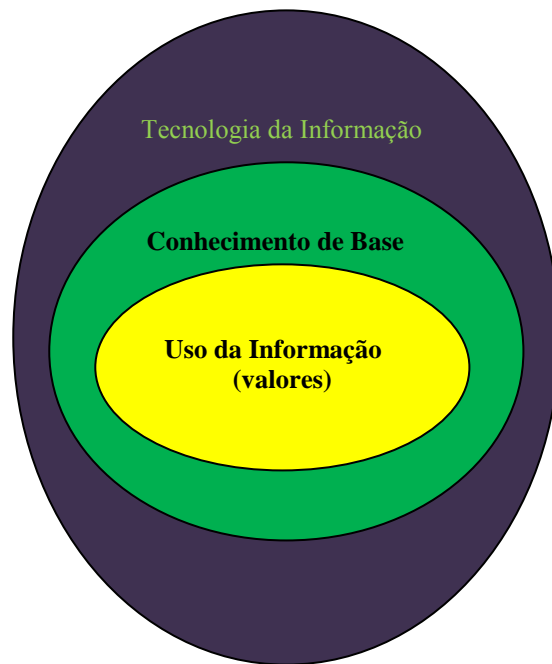


Fig. 15, in Op. cit. p. 29

A **sétima face** da Literacia de Informação expõe *o uso da informação (valores)* :

- A qualidade pessoal;
- Combinação de conhecimento com ética e valores;
- O uso da Informação para benefício dos outros.

A autora pretende demonstrar, com este modelo, que a literacia de informação é o conjunto das experiências daquilo que com ela se pode fazer. Trata-se de um instrumento de ensino para ajudar os aprendentes a mudarem/ampliarem o repertório das suas experiências. Marca uma nova etapa, na medida em que, não delimita o ensino superior como universo dos aprendentes abrangidos (veja-se o título do artigo da autora).

Aponta a necessidade de adaptar os modelos de literacia de informação às comunidades e ao contexto.

Conclui estabelecendo as seguintes considerações:

A aprendizagem da literacia de informação constitui um conjunto, um todo que contempla:

- A concepção de vários modelos.
- O uso eficaz e eficiente da informação.
- Discriminação de modos de pensar acerca do uso da informação que se aplica a novos problemas encontrados.
- Conceber a informação como subjectiva e com carácter transformador.
- Valorizar a literacia de informação como um direito e um bem partilhável, socialmente.
- Considerar sempre o uso da informação de um ponto de vista ético e legal.
- Convida todos os estudantes a aderirem à prática de novas experiências. (Towards inviting students into new experiences)

Finalmente, o modelo de literacia de informação de Christine BRUCE é definido como um modelo relacional, como um quadro ou mapa dos diferentes modos de aplicação para a literacia de informação e que reflecte a experiência de investigadores do ensino superior de várias disciplinas.

A autora do modelo postula a interacção com o mundo da informação tal como as pessoas o experimentam. Contribui para a nossa compreensão crítica da diferença entre experiências. Sugere finalidades de aprendizagem baseadas no conjunto de experiências e práticas com que todos nos confrontamos no quotidiano do ensino, da investigação, da profissão, do lazer, da saúde e da actividade cívica.

3.3.3.2 O Modelo de Literacia de Informação de EISENBERG.

Michael **EISENBERG** é Deão Emérito e Professor da Escola de Informação da Universidade de Washington. É um investigador experiente no domínio da literacia de informação, área a que se dedica desde os finais da década de setenta até ao presente. De parceria com Bob BERKOWITZ desenvolveu um paradigma de ensino da informação o Big6™ que é uma patente comercial registada. Segundo afirma na apresentação de diapositivos Adobe Presentation⁷³ por nós consultada: “desde os finais da década de setenta que se dedica, ininterruptamente, à literacia da informação e que, actualmente, lhe dedica mais tempo e atenção do que nunca, porque a vê como indispensável e mais importante do que nunca”⁷⁴.

Apresenta a literacia da informação como as competências próprias do século XXI. Começa por se referir à informação como um problema de todos, devido ao volume actual de informação disponível e à questão do seu acesso, utilização e conservação.

Identifica os problemas que refere quanto à informação e precisa: “O volume de informação disponível constitui uma sobrecarga, assim como o acesso e a destrição da qualidade dessa informação”⁷⁵. Daí a necessidade de ensino da literacia de informação.

A magnitude de tal problema reflecte-se de maneira diferente nos estudantes, nas escolas e na sociedade. Identifica o tipo de problemas da informação, face cada um dos interventores:

- É problema de todos o acesso à informação, o excesso de informação e a sua qualidade;

⁷³ - EISENBERG, Mike (2009). Information Literacy THE MOST BASIC OF BASICS! Adobe Presentation

⁷⁴ - Idem, diapositivo nº 1

⁷⁵ - Id., diapositivo nº 2.

- **Aquisição dos conhecimentos e competências essenciais em informação (problema dos estudantes);**
- **Providenciar oportunidades de ensino significativas (problema das escolas);**
- **Providenciar oportunidades de sucesso para os nossos jovens aos mais elevados níveis possíveis (problema da Sociedade).**

Esclarece que um conjunto de literacias, nomeadamente; literacia dos media, a literacia digital, a literacia tecnológica, a literacia de computador e a literacia visual são aspectos integrantes da literacia de informação, a que concede o estatuto de abrangência. Poder-se-ia dizer, inclusivamente, que o próprio Big6TM, que concebeu, de parceria com BERKOWITZ, é a sua própria concepção de literacia de informação.

Enfatiza o estatuto actual da literacia de informação precisando que: “a literacia de informação é um dos blocos fundamentais na aprendizagem de todos os tipos de conhecimento – falamos dos 4 R’s, **R**eading, **wR**iting, **aR**ithmetic and **R**earch – e, como tal, a literacia da informação devia ser considerada um dos fundamentos básicos da educação nas nossas sociedades”.⁷⁶

Depois de situar os problemas que a *informação* constitui na época actual e no futuro, pergunta qual a solução para o problema e identifica o ensino da literacia de informação a todos os níveis do sistema educativo como a solução alternativa para os problemas colocados pela informação na Idade da Informação.

Aproveita a apresentação que faz para comparar dois modelos de literacia de informação o seu (Big6TM) e o da ALA/ACRL que no essencial não diferem muito.

Há pequenas diferenças de estruturação entre ambos os modelos, mas pode concluir-se que ambos contêm o essencial da actual definição da literacia de informação.

⁷⁶ - Ibidem, diapositivo nº 3.

Comparação entre os paradigmas: Information Problem-Solving (The Big6 Skills) de EISENBERG/BERKOWITZ e ACRL Information Literacy Competency Standards⁷⁷.

Information Problem-Solving (The Big6 Skills)	ACRL Information Literacy Competency Standards
1. Definição da Tarefa 1.1 Define o problema 1.2 Identifica a informação necessária	1. Determina a natureza e extensão da informação necessária.
2 Estratégias de pesquisa de informação 2.1 Determina a extensão das fontes. 2.2 Prioriza as fontes	3 Avalia criticamente as fontes de informação.
3 Localização e Acesso 3.1 Localiza as fontes 3.2 Identifica a informação	2 Accede à informação necessária de forma eficaz e eficiente. 5 Accede e usa a informação de forma ética e legal.
4 Uso da Informação 4.1 Envolve-se (lê, vê, etc.) 4.2 Extrai informação	3 Avalia criticamente a informação. 5 Compreende muitos dos temas económicos, legais e sociais que o uso da informação implica.
5 Síntese 5.1 Organiza 5.2 Apresenta	3 Incorpora a informação seleccionada no seu conhecimento de base e respectivo sistema de valores. 4 Individualmente ou como membro de um grupo usa a informação com eficácia para concluir um objectivo específico.
6. Avaliação 6.1 Avalia o produto 6.2 Avalia o processo	

Fig. 16 comparação dos modelos BIG6 e ACRL

As conclusões importantes a retirar da apresentação de M. EISENBERG, apontam a universalidade da literacia de informação como paradigma de desenvolvimento de competências de Informação para o século XXI; a necessidade da sua inclusão no currículo dos diferentes níveis de educação formal.

⁷⁷ -Association College and Research Libraries

Estas conclusões são compatíveis com outros modelos, incluindo o Big6 do autor ou K-12 (modelo de ensino de competências de Informação curricular para os 12 primeiros anos de escolaridade.).

3.3.3.3 O modelo da SCONUL (Society of College, National and University Libraries – Advisory Committee on Information Literacy).

A criação do modelo de Literacia de Informação da SCONUL foi despoletada pela necessidade de desambiguação de dois termos que se confundiam quanto à discussão das capacidades/competências dos alunos do ensino superior: “information technology” skills and “information skills”⁷⁸.

Competências de informação (information skills) e tecnologia de informação (information technology), são ambos vistos como partes constituintes de um conceito mais abrangente, o conceito de literacia de Informação.

Para o desenvolvimento dos estudantes interessados em literacia da Informação, a SCONUL decidiu construir um modelo de ensino-aprendizagem baseado em sete conjuntos de competências de Informação, em 1999.

Como fará Christine BRUCE, em 2003⁷⁹, também a SCONUL procura endereçar o seu modelo de literacia de informação aos diferentes níveis de trabalho no ensino superior. Postula que o desenvolvimento da ideia de “literacia de informação” requer um trabalho de equipa e uma aproximação integrada de desenvolvimento curricular, e posta em prática numa plataforma de cooperação entre académicos, bibliotecários e colegas da equipa de desenvolvimento.

⁷⁸ - SCONUL (1999). BRIEFING PAPER Information skills in higher education, p.1.

⁷⁹ - In Seven Faces of Information Literacy

Em Dezembro de 1998, foi constituída uma equipa de trabalho para definir um posicionamento sobre as competências de Informação dos estudantes do ensino superior com a missão de estimular o debate sobre o lugar das competências de informação em actividades em torno das “competências-chave”, “formação graduada” e aprendizagem ao longo da vida.

Admitindo um certo atraso da Grã-Bretanha, no que tocava à Literacia de Informação, a SCONUL propunha-se, recuperar o atraso e guindar-se a uma posição mais próxima à dos países líderes neste domínio.

O desenvolvimento do modelo colocou as seguintes questões-chave:

- Qual é a importância das competências de Informação?
- Como podem ser definidas as competências de Informação?
- Qual a extensão e a oportunidade de tais actividades no ensino superior britânico no que tange às competências de informação?
- Existem princípios de boas práticas na área da Informação, no ensino superior britânico, e nos outros países?

A estrutura basilar do documento da SCONUL desenvolve-se em torno de considerações sobre as relações entre as *competências em tecnologia da Informação* e as *competências de manipulação da Informação*.

Na sequência dos debates sobre *competências em tecnologia da Informação* e as *competências de manipulação da Informação*, foi estabelecido o modelo de competências de Informação que a seguir se reproduz.

Modelo de competências de Informação (SCONUL, 1999)⁸⁰.

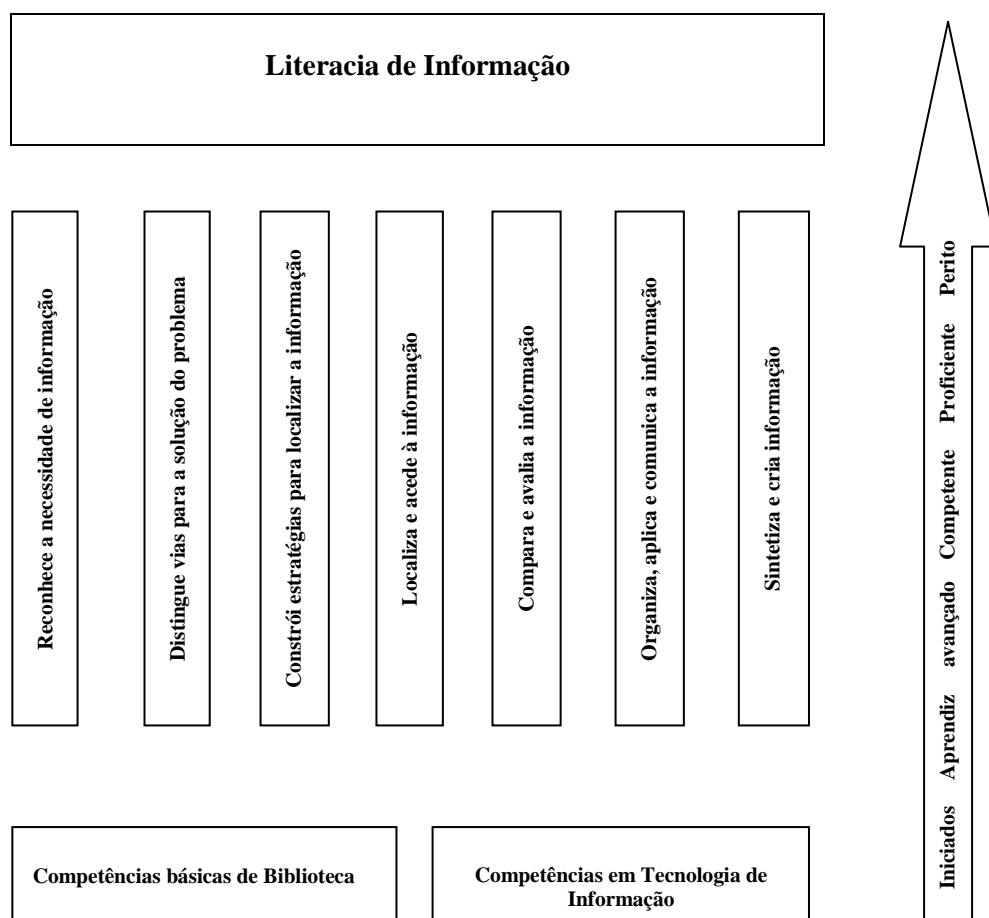


Fig. 17 Modelo de competências de informação da SCONUL.

Na base do modelo estão os dois blocos-gêmeos fundamentais na construção das competências bibliográficas de base e competências básica em TI. A primeira está mais relacionada com os programas usados na preparação de biliotecários universitários. A segunda, pode ser vista na Carta Europeia de Licença de Computador. Entre a base e o nível mais elevado, o de “literacia de Informação”, aparecem sete cabeçalhos com competências e atributos, a prática interactiva que conduz do nível “usuário competente” até ao de “perito” a nível de consciência crítica e reflexiva da Informação como um recurso intelectual. A progressão entre as posições de “iniciado” e “perito” são indicadas pela

⁸⁰ - BRIEFING PAPER Information skills in higher education. Prepared by the SCONUL Advisory Committee in Information Literacy. October 1999, p. 8

seta. No primeiro ano os pré-graduados estarão, maioritariamente, na base da seta, talvez, praticando as quatro primeiras competências, somente. Enquanto estudantes pós-graduados e de investigação, estabelecem como meta, atingir o nível de “perito”, e aspiram ao sétimo nível, a literacia de Informação.

A concluir, parece-nos importante sublinhar que o medelo da SCONUL aqui apresentado tem um elevado grau de analogia com outros modelos já apresentados e que não têm como base a instituição bibliotecária. Como modelo centrado na Informação apresenta um elevado grau de analogia como o modelo de Christine BRUCE. Seguramente, não sera coincidência o facto dos dois modelos, que acabámos de mencionar, estarem centrados na Informação e partirem, justamente, das competências da Informação para a construção dos respectivos modelos de literacia de Informação.

A existência de “sete competências de Informação”, em ambos os modelos, ainda que tratem de forma diferente o percurso entre a iniciação à Informação e o domínio da literacia de Informação, só vem confirmar o *dictum* de C. BRUCE quando afirma que a literacia de Informação é “um modelo relacional, como um quadro ou mapa dos diferentes modos de aplicação para a literacia de informação e que reflecte a experiência de investigadores do ensino superior e de académicos de várias disciplinas”. Conclui com uma afirmação que reflecte a flexibilidade reconhecida com os diferentes modelos de literacia de informação têm sido concebidos e implementados precisando “A literacia de informação corresponde ao conjunto de diferentes experiências em que esta pode ser levada à prática”⁸¹

⁸¹ - BRUCE, Christine, (2003). Seven Faces of Information Literacy - Towards inviting students into new experiences. Faculty of Information Technology, QUT, 2003, p. 20.

3.4 – SINOPSE SOBRE O ESTADO DA ARTE DA LITERACIA DA INFORMAÇÃO EM PORTUGAL.

Este sub-capítulo sobre esta matéria não foi previsto na estruturação inicial. Todavia, por sugestão pertinente da tutora e, cientes de, que valoriza a investigação, levamos a preparar um plano de trabalho cujo resultado incluímos.

- a) Duas frases-chaves a saber: Literacia de Informação e Bibliotecas + Literacia de Informação.
- b) Recuperamos um conjunto de informações que foi submetida a uma primeira análise quanto à natureza das fontes (authority), e a utilidade (timeliness) para este trabalho.
- c) Excluímos a informação redundante estabelecemos uma matriz do material recuperado.
- d) O conteúdo da matriz foi analisado em profundidade para determinar o material que nos podia ser útil a este mesmo trabalho.
- e) Eliminar material que pela sua datação temporal (obsolescência) não traria relevância a este trabalho. Não obstante, pela sua importância, retivemos um estudo sobre a Literacia de Informação e as bibliotecas, assinado pela UNIVERSIA e datado de 1980. Em seguida refinámos a matriz. A pesquisa foi feita com duas frases-chave: Literacia de Informação / Alfabetização Informacional com o motor de busca www.google.com, em 30 de julho de 2010. O material de análise produzido que consta de quatro páginas pode ser consultado em Anexos.

A leitura e análise da matriz – nos anexos- correspondente à nossa pesquisa e permitiu extrair alguns dados e ideias, que uma vez compilados possibilitam as nossas conclusões.

Como se pode ver, os eventos recolhidos cobrem um período temporal entre 1981 e 2010, sensivelmente, trinta anos. Seguramente, não é um panorama brilhante, aquele que a Literacia da Informação vive no nosso país. Sem o uso linear da linguagem estatística, exercido “a frio”, chegaríamos a uma taxa de ocorrência anual em eventos do domínio de Literacia de Informação estimado 1.76 eventos/ano. Certamente, que se compararmos tal situação com o que ocorre nos principais países que praticam sistematicamente a Literacia de Informação o resultado é no extremo pobre, para não dizer estatisticamente “insignificante”.

MATRIZ DE VISUALIZAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS

Monografias	Artigos	Blog	Comunicações	Programas	Guias	Formaç	Ap.Ptt	Estudos	Tutoriais
4	18	5	3	3	1	5	11	1	2
7,54%	33,9%	9,43%	5,66%	5,66%	1,88%	9,43%	20,75%	1,88%	3,77%

Quadro 2 Matriz de resultados finais

As várias matrizes permitem perceber que as actividades ligadas à literacia de informação não são numerosas. As que existem são dinamizadas por universidades, escolas, atarquiias e algumas entidades como a INCITE, a APBAD e alguns centros de formação. A sua distribuição não numerosa, nem é homogénea, tão pouco equilibrada no País. Não registámos nem um único documento legal, governamental ou ministerial que plasmasse a filosofia e a necessidade da pática da Literacia de Informação e, tão pouco, a necessidade de pensar e implementar a sua existência no currículo de ensino formal.

Sabemos da existência de uma algumas ocorrências como o Programa das Bibliotecas do Município de Oeiras no domínio da Literacia de Informação / Biblioteca 2.0. Nesta instituição frequentámos o módulo inicial, sem qualquer garantia de continuidade para sua conclusão. Também, “as escusa da falta de tempo” por parte da responsável, Dr^a Maria José Amândio, não permitiu um estudo mais aprofundado do processo de formação em literacia de informação, que se nos afigurou um programa de formação digno de reprodução em larga escala e de conhecimento e louvor público.

Talvez, o futuro possa proporcionar, voltar ao estudo e investigação deste tema cuja importância parece não merecer das autoridades educativas tutelares a atenção que deveria merecer para benefício do País real e do seus cidadãos. O discurso oficial no que tange às políticas, estratégias, programas e acções que deviam fazer aproximar Portugal dos Países que desenvolvem políticas efectivas de literacia de informação, é pomposo e está inflacionado de promessas, que mais não são do que “realidade virtual”. Campanhas de programas: E-Escola, E-Escolinha, “Magalhães”, que distribuem computadores sem implementar formação, constituem notícia nos Media, mas, seguramente, não melhoram a formação do cidadão no que tange ao desenvolvimento de Competências de Informação para o Século XXI, tão pouco garantem a emergência de cidadãos eficazmente preparados para integrarem as empresas produtoras de conteúdos.

3.5 LITERACIA DE INFORMAÇÃO: CONCLUSÕES.

Ao concluir este capítulo, é oportuno, socorrendo-nos de HORTON Jr.⁸² apresentar uma visão abrangente, dir-se-ia completa, sobre o ciclo vital da literacia de informação.

O ciclo de vida da literacia de informação na sua abrangência (HORTON, Jr.)

Estádio do ciclo de vida da literacia de Informação	Recursos humanos de apoio	Ferramentas, métodos, técnicas e perspectivas	Contextos e domínios em que surge a necessidade de informação	Objectivo final positivo funcional desejado	Objectivo final negativo (disfuncional) indesejado
A	B	C	D	E	F
1. Consciencializar o problema ou necessidade que requer informação para a sua resolução satisfatória	Colega amigo/familiar colaborador social professor perito mentor/tutor	Biblioteca internet computador media concatenação de ideias jogos	Casa escola escritório laboratório fábrica comunidade	Crescimento pessoal pensamento divergente auto-actualização capacitação aprender a aprender competir e lucrar	Ignorância vulnerabilidade isolamento desvantagem insensível sem reforma
2. Saber definir e identificar, com rigor, a informação necessária para satisfazer a necessidade ou resolver o problema	Professor Perito no assunto /matéria mentor/tutor provedor aconselhamento inter pares	Associações/Sociedades biblioteca centro de recursos da escola centro comunitário instituições públicas grupos	Aprazado frustrado por excesso de itens resultados preliminares demasiado gerais para utilização excesso de informação	Realização académica elevada competência de comunicação apurada elevada perspectiva de carreira	Desperdício de esforços, tempo e dinheiro pesquisa excessivamente longa ou curta pistas falsas ou erradas
3. Saber como determinar se existe ou não a informação necessária e se não existe, ir para o estágio 5	Bibliotecário perito no assunto / matéria outro profissional da informação professor/mentor	Catálogos impressos / em linha indexes motores de busca fontes governamentais	Amigo/colega que diz: ninguém sabe pesquisa em linha pesquisa de ferramenta de impressão	Processo de pesquisa em fluxo simplificado e acelerado mais produtivo menos caro	Reinventar a roda sobreposição duplicação desperdício não-produtivo
4. Saber como encontrar a informação necessária e se não existir, ir para estágio 6	Bibliotecário perito no assunto / matéria outro profissional da informação professor/mentor	Catálogos impressos / em linha indexes motores de busca fontes governamentais	Pesquisar produto/serviço noticioso /meteorologia/supermercados/abrigo/apoio médico	Processo de pesquisa em fluxo simplificado e acelerado mais produtivo menos caro	Desperdiçar demasiado tempo de pesquisa / e não tempo suficiente a agir e produzir
5. Saber como criar ou originar a informação indisponível (i.e.) criar novo conhecimento	Conhecimento conceptor de paginação Web editor/organizador analista mgt analista de sistemas	Faça você mesmo contrato exterior uso informal de grupos de pares pergunte aos amigos leitura de livro/artigo.	Produção edição pesquisa levantamento composição	Atascamento exasperação problemas de trás para a frente destruição	Solução de problemas bloqueadores e tomada de decisão em situação de incerteza
6. Saber compreender inteiramente a informação encontrada ou saber onde encontrar ajuda, se necessário, para compreendê-la	Colega professor/mentor supervisor conselheiro de orientação perito	Grupos de interesse público assistência pública assistência a minorias centros comunitários	Pesquisa completa leitura de documento análise de estatísticas factos e opiniões alicerçados	Solução de problemas e tomada de decisões eficientes aproveitamento de oportunidades	Oportunidades perdidas fazer erros e acções sem orientação composto de problemas

⁸² - HORTON Jr., F. W. Understanding Information Literacy: A Primer. Paris: UNESCO. 2007. Pp. 65/6

7.Saber organizar, analisar, interpretar e avaliar a informação, incluindo a fiabilidade da fonte	Analista de dados estatístico analista de mgt serviços de imagem especialista de áudiovisual auditor	Guias info. Mgt. ajudas faça você mesmo faça um curso use um consultor pergunte a 1 perito	Trabalho escolar para casa preparar relatório avaliar conclusões avaliar opiniões avaliar pesquisa	Aumentar produtividade melhorar eficiência e eficácia	Ser arriscado não-informado desinformado malinformado incapaz de autenticar informação
8.Saber comunicar e apresentar a informação, a outrem, em formato e meio próprio utilizáveis	Jornalista escritor marketing/publicid ilustrador comprador de informação linguista	Manuais de comunicação faça um curso alugue um consultor de comunicação teste com colega	Preparar relatório escrever discurso preparar apresentação preparar AV usar email usar word, processador de texto	Apto a influenciar outros convencer amigos negociar/comprador com sucesso mostrar, não dizer	Considerado ineficaz, teórico, e demasiado académico pobreza de liderança e gestão
9.Saber usar a informação para resolver problemas, tomar decisões ou satisfazer necessidades	Líderes gestores supervisores peritos consultores mentores/treinadores	Experiência teste piloto amostra simular/modelo role-play melhores práticas	Familiarizar investigar e estudar em profundidade preparar relatório informar os outros formar professores	Por proveito aplicar à vida/conhecimento ampliar escolhas decisões sábias pensamento crítico progressão na carreira	Recursos de informação “bom saber” e “bom ter mas inativo para todos os fins práticos
10.Saber preservar, armazenar, reutilizar, gravar e arquivar informação para uso futuro	Especialista de preservação arquivista especialista de gravações curador historiador	Padrões horários conselho de perito electrónico vs manual virtual vs físico	Utilização do espaço sistemas de arquivo conservação de registos auditos inspeções análise de Mgt	Preservação da herança auditoria da documentação ficheiros individuais responsabilidade fiduciária e de custódia	Continuar a reiventar a roda risco de formatação e/ou de obsolescência média ou destruição
11.Saber dispor da informação não necessária, e salvaguardar a informação que deve ser protegida.	Arquivista especialista de gravações privacidade, segurança especialista de propaganda eticista historiador	Cesto de papéis sistema de arquivo destruidor de documentos tecla de apagar	Sobrecarga de informação obsolescência desuso agendamento de eliminação de registos	Conservação de recursos de informação corrente aceleração de pesquisa e recuperação de informação separação activo / inactivo	Perda inadvertida de informação necessária risco de violação da confidencialidade / privacidade, segurança política de eticidade

Quadro nº 3. O modelo de literacia de informação (HORTON, Jr)

O quadro aqui apresentado corresponde, seguramente, aquilo que deve considerar-se como o conjunto desejável das conclusões necessárias e, até exaustivas, sobre literacia de informação como um processo fundamentado, implementável e passível de avaliação. Não obstante, é necessário juntar outro tipo de conclusões, sob a forma de um elenco, que reflecta em articulação com o autor do presente trabalho o que se impõe concluir sobre este tema, na presente fase do nosso conhecimento.

O esforço desenvolvido não reclama para este trabalho a pretensão de ter feito mais do que estudar e aprofundar o tema com seriedade, e a consciência de que só agora começamos a aflorar a problemática da literacia de informação.

Contudo, o estudo e a investigação empreendida em torno de autores e obras especializadas sobre literacia de informação permite-nos apresentar as seguintes conclusões que se articulam com o quadro exaustivo de HORTON Jr. referido nas duas páginas anteriores.

O amplo consenso vigente quanto à definição do conceito de Literacia de Informação permite as seguintes conclusões:

1. “... É o domínio da informação que permite às pessoas, em todos os empreendimentos da vida, *procurar, recuperar, avaliar, utilizar, conservar, e criar a informação necessária à realização de objectivos pessoais, sociais, profissionais e educacionais.*”⁸³.
2. Trata-se de um paradigma de ensino indispensável em qualquer currículo de qualquer nível de ensino, como afirmou Mike EISENBERG, depois de mais de trinta anos de investigação sobre literacia de informação “*A literacia de informação é uma das pedras fundamentais para a construção de aprendizagens de todos os tipos. A literacia de informação deveria ser considerada um dos fundamentos básicos da educação nas nossas sociedades*”^{84/85}

⁸³ UNESCO, Declaração de Alexandria, 2005.

⁸⁴ - “Information Literacy is one of fundamental building blocs of learning all kinds of knowledge. Information Literacy should be considered on of the fundamental Basic of education in our societies”.

3. *A literacia de informação é a chave para o desenvolvimento social, cultural e económico das nações e comunidades, instituições e indivíduos no século XXI.*

(Declaração final da Conferência de Praga, Setembro de 2003).⁸⁶

4. *A literacia de informação (não é)... apenas o ensino do conjunto de capacidades, mas antes, o processo que deve transformar para melhor a aprendizagem e a cultura das comunidades. (Patricia BREIVIK, 2002)⁸⁷.*

5. *A Literacia de Informação é adopção do comportamento de informação apropriado para identificar, através de qualquer canal ou meio, a informação adequada às necessidades de Informação, aprender a usar a informação de forma sábia e ética em sociedade. (JOHNSTON & WEBER, 2002)⁸⁸.*

Para encerrar as conclusões sobre a apresentação e discussão de modelos de literacia de informação acresce uma reflexão pessoal sobre o “estado da arte”. Recentemente a WEB 1.0 mostrou “fragilidade e fadiga” como universo de informação e conhecimento, (aceder e recuperar informação, simplesmente), a

⁸⁵ - Mike Eisenberg (2009). Information Literacy The Most Basic of Basics. Adober presentation.

⁸⁶ - “key to social, cultural and economic development of nations and communities, institutions and individuals in the 21 st century” and declared its acquisition as “part of the basic human right of lifelong learning”.⁸⁶

⁸⁷ - Patricia Breivik. 2000, Forword, Information Literacy Around the World, edited by Bruce, C and Candy P. Charles Sturt University.

⁸⁸ - JOHNSTON & WEBBER (2002) “Information literacy: The Social action agenda”. In Booker, D. (Ed.) Information Literacy : The Social Action Agenda : Proceedings of the 5th National Information Literacy Conference. Adelaide; University of South Australia Library. 68-80. ISBN 86803-929-2.

sua utilidade fragilizou-se perante a emergência das redes sociais, como por exemplo:

1º.	Facebook	-	1.191.373.339
2º.	MySpace	-	810.153.536
3º.	Twitter	-	54.218.731
4º.	Flixster	-	53.389.974
5º.	Linkedin	-	42.744.438
6º.	Tagged	-	39.630.927
7º.	Classmates	-	35.219.210 ⁸⁹
...			
11º.	Youtube		

Estas são oito das mais importantes redes sociais num “ranking” de onze. A emergência das redes sociais no âmbito do que se considera a nova geração da Internet a WEB 2.0, chamada “interactiva/colaborativa”. Esta foi desencadeada pelo aparecimento dos chamados *media sociais* e as *comunidades colaborativas* em linha (online), caracterizando-se pela *produção e partilha da informação* que cada actor social decide *produzir e partilhar*.

Ora, justamente, perante a possibilidade de *produção e partilha responsáveis*, com elevado grau de produtividade e usufruto, veio colocar-se a questão das competências necessárias à existência do cidadão enquanto sujeito activo das redes sociais na WEB 2.0. Tornou-se clara a necessidade e a premência de repen-

⁸⁹ - <http://lista10.org/tecnologia/as-10-maiores-redes-sociais-do-mundo/>, **acedido em 27/07/2010.**

sar o conceito de literacia de informação, à luz de uma nova dinâmica de interação partilhada.

Estas comunidades que são transitórias, colaborativas e de fluxo-livre trazem para o domínio da discussão das competências de informação duas novas categorias, a saber: a produção e a partilha. Fica assim, em primeiro plano, a interactividade livre entre os actores da redes sociais, e a inter-colaboração no que tange à permuta da sua produtividade. Consequentemente, a necessidade de pensar as competências necessárias ao seu exercício, o que implica a reformulação do conceito de literacia de informação.

Esta a emergir um conceito novo – o conceito de Metaliteracia.

Segundo a documentação consultada “Reframing Information Literacy as a Metaliteracy”, “... Metaliteracy is an overarching and self-referential Framework that integrates emerging technologies and unifies multiple literacy types. This redefinition of information literacy expands the scope of generally understood information concept and places a particular emphasis on production and sharing information in participatory digital environments”.⁹⁰

Efectivamente, o conceito de literacia de informação continua a ser considerado como “an overarching and self-referential Framework” no que tange à abrangência de teorias, modelos e métodos usados em literacia de informação.

⁹⁰ - Preprint: **Reframing Information Literacy as a Metaliteracy**. Authors: Thomas P. Mackey, Trudi E. Jacobson Accepted: January 24, 2010 ...
www.resourceshelf.com/.../preprint-reframing-information-literacy-as-a-metaliteracy/ - , acedido em 27/7/2010

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

“Se Você **não sabe** aonde quer ir, então qualquer **caminho** serve.
pouco **importa o caminho** que sigas... - replicou o gato.”

(Lewis Carroll -Alice no País das Maravilhas”.

(pt-br.facebook.com/...Carroll/106004439431746?sk... – Brasil)

4.1 - O contexto e considerações sobre a vertente metodológica.

O assunto a estudar, a literacia de informação, a necessidade e a sua aplicabilidade na formação de professores em Benguela, Angola, releva do *estudo e observação participante* na prática docente de formação de professores da Universidade Agostinho Neto - (Centro Universitário de Benguela, Instituto Superior de Ciências de Educação de Benguela e Pólo Universitário do Kwanza Sul, entre 1999 e 2007). Acreditamos que a actividade docente constitui um território privilegiado para análise e estudo da formação docente para um formador de formadores.

Requisitado para cooperar, na formação de professores, em Benguela e no Kwanza Sul, entre 1999 e 2007, a situação em que encontrámos o subsistema de formação de professores era idêntica à que se podia encontrar nos restantes sub-sistemas educativos do Sistema Educativo de Angola: falta de escolas, de professores, quadros formadores, material bibliográfico, pedagógico, didáctico, bibliotecas públicas e escolares, circuitos de distribuição do livro e material pedagógico e, sobretudo, de recursos financeiros. A situação interna de instabilidade político-militar assimilava a maior fatia do orçamento do país. Sobravam candidaturas ao ensino, vontade de estudar e muita procura de formação versus pouca capacidade real de oferta.

O conhecimento da realidade local e participação nela como formador, a observação empírica do desempenho discente no subsistema de formação de professores, a avaliação dos resultados escolares, tutoria de teses de licenciatura e arguição na sua defesa pública, sugeriram-nos a ideia de que algumas carências superáveis condicionavam negativamente o produto final da formação de professores. O processo de ensino docente podia ser estudado, e melhorado, isto é, poderia ser tornado mais eficaz e eficiente. A escassez de competências no domínio da Língua Portuguesa - níveis de gramática,

semântica e sintaxe – de informação, de formação em tecnologias da informação e comunicação, bem como, de recursos bibliográficos, bibliotecas e técnicos habilitados com formação em biblioteca, influenciavam, pela negativa, os resultados obtidos no subsistema de formação de professores.

A certeza de que esta situação é superável levou-nos a reflectir acerca da escassez de competências informacionais dispensadas pelo currículo de formação de professores. Tal reflexão levou-nos a interrogar-nos e a interrogar os alunos sobre os nossos conhecimentos nesta matéria.

A necessidade de conhecer aquilo que os professores benguelenses sabiam sobre literacia de informação impôs-se sob a forma de inquérito para recolha de dados e avaliação da realidade a conhecer.

Sendo um tema nunca antes tratado e não existindo ensino curricular ou estudos disponíveis sobre esta matéria, localmente, optou-se pela escolha do inquérito como instrumento de recolha de dados sobre o conhecimento da literacia de informação com a forma de um inquérito básico.

A possibilidade de acesso directo aos professores que foram nossos alunos e em exercício da docência e a outros, em final de formação, mas, já exercendo, determinou a escolha do instrumento e da modalidade de investigação.

Consideradas as questões que se pretendiam esclarecer:

- a) – Que sabem os sujeitos a inquirir sobre literacia de informação?
- b) – Existe uma política oficial de literacia de informação?
- c) – A quem cabe a implementação e supervisão da política de literacia de informação?

- d) – Existe alguma forma de ensino de literacia de informação: informal, formal, curricular, específica?
- e) – Haverá vantagem em implementar o ensino de literacia de informação?
- f) – Existem obstáculos à implementação do ensino de literacia de informação?
- g) Quem deverá ministrar o ensino de literacia de informação?
- h) – A que níveis deverá ser ministrado o seu ensino?
- i) – O que pensam os professores da necessidade do ensino de literacia de informação?

4.2 Escolha da Metodologia de Investigação

Tendo em consideração todos os elementos aqui expostos optou-se por conhecer melhor um tópico novo – a literacia de informação e o seu conhecimento por parte dos professores – e se possível com os resultados obtidos, formular questões de investigação mais precisas no paradigma de investigação qualitativa. A metodologia de estudo exploratório, dentro da chamada abordagem qualitativa, serve para preparar o campo e, em geral, antecede outros tipos de práticas metodológicas, a saber: descritiva, correlacional e explicativa⁹¹ (DANHKE, 1989). A abordagem exploratória realiza-se quando o objectivo consiste em examinar um tema pouco estudado⁹² ou novo. Embora seja criativa é pouco estruturada e a sua capacidade teórica dá sentido às observações, *a posteriori*. Com frequência não coloca hipóteses, - mas também não exclui o uso de hipóteses eurísticas - e os participantes são escolhidos pela sua relação com o tema de investigação.

⁹¹ DANHKE (1989), .Vide bibliografia

⁹² SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. Metodología de Pesquisa. São Paulo : McGraw-Hill, 2006. p. 100.

À sua prática tem associada dois tipos de problemas que não se podem descurar: a qualidade do material de base e o rigor na análise do material recolhido.

A escolha de aplicação desta metodologia de pesquisa foi determinada, em grande parte, pela ausência quase total de conhecimento de Literacia de Informação, no local de pesquisa, (Benguela, Angola, 1999-2008), embora estribada em análise documental.

Assim, um dos primeiros desideratos para aplicação da metodologia de estudo exploratório nesta pesquisa estava evidenciado, i.e., **tratava-se de um tema quase desconhecido e não estudado, *in loco***. As dúvidas que existiam a esse respeito levaram-nos a fazer adaptação do questionário da UNESCO sobre Literacia da Informação⁹³ à realidade local, mas, os condicionalismos do visto de estadia, não permitiram fazer um pré-teste. A *análise documental*, como suporte metodológico de investigação permitiu consultar e estudar guidelines, modelos de prática, listas de standards com competências, aptidões, objectivos e boas práticas.

Entre Agosto de 1999 e Julho de 2007, as actividades lectivas realizadas nos: Centro Universitário de Benguela e Institutos Superiores de Educação de Benguela e do Kwanza Sul, revelaram que a grande maioria dos nossos alunos (mais de 5000 durante o período referido) do subsistema de Formação de Professores apresentava resultados académicos reveladores de vários tipos de carência: bibliotecas, documentação bibliográfica, manuais de estudo, obras de referência, de computadores institucionais e pessoais, acesso à internet, ausência de formação de base ou generalista em tecnologias da informação e comunicação (TIC), e, sobretudo, ausência notória de competências em literacia de informação. Nós próprios, até Julho de 2007, tínhamos ouvido falar, vaga-

⁹³ HORTON Jr., F. W. Understanding Information Literacy: A Primer. Paris: UNESCO. 2007. Pp.75-79.

mente, de Literacia de Informação, embora, possuíssemos computador pessoal e acesso à Internet desde 1992.

Era necessário constituir uma amostra da população a inquirir, mas com critérios de representatividade e credibilidade. De um universo de 3000 professores em exercício conseguimos garantir o acesso a 301 docentes. Constrangimentos de natureza temporal e executiva, i.e., o visto-consular conseguido, permitia-nos uma estadia de um mês, prorrogável por igual período de tempo, sem possibilidade de renovação. Considerando que a nossa disponibilidade pessoal e académica era limitada, e o ano lectivo, em Angola, não coincidia com o nosso, e portanto, estava-se em vésperas de iniciar o ano lectivo em toda a Província de Benguela⁹⁴. Nestas circunstâncias, constituiu-se uma amostra não-estratificada, por conveniência. Estamos conscientes que uma amostra aleatória estratificada teria outro tipo de validade, mas pelas razões apontadas e inexistência de alternativa a impossibilidade de escolha acabou por determinar o caminho a seguir e um resultado com um valor aplicável à situação e amostra em apreciação e sem qualquer possibilidade de extrapolação dos resultados obtidos.

Foram realizados, paralelamente, dois seminários de divulgação sobre Literacia de Informação: Princípios de Teoria e Prática, para dirigentes da Direcção Provincial de Educação de Benguela e Directores Escolares, Inspectores e Professores do Instituto Médio Industrial de Benguela, num total de 300 participantes. O projecto Literacia de Informação foi apresentado ao Exmo. Governador da Província de Benguela, General Armando Cruz e aos Vice-Governadores J. Evangelista Basílio e Armindo Felizardo, bem como, ao Director Provincial de Educação, Dr. José Sessa Dias, a quem foram

⁹⁴ Escola do Magistério da Cambanda, Instituto Médio Industrial de Benguela, Escola 10 de Fevereiro, Curso de Educação Especial do Centro Universitário de Benguela e Puniv (Quiexe).

cedidas cópias do citado documento. O acolhimento entusiástico do Projecto por parte das autoridades locais constituiu forte incentivo para a continuação deste trabalho.

Assim, articulando as potencialidades da observação participante, da pesquisa e análise documental e da técnica do inquérito iniciou-se a prática de investigação plasmada neste trabalho.

4.3 Análise e discussão dos resultados

Introdução :

Para efectuar a análise estatística recorreu-se ao programa estatístico SPSS (Software Package for Social Science) versão 13.0. Primeiramente, efectuou-se uma análise descritiva dos dados e posteriormente recorreu-se ao teste de Qui-quadrado para verificar se existia dependência entre as várias questões em análise. Efectuou-se, igualmente, a análise de correlação de Spearman para verificar se existia correlação entre as variáveis. Para as decisões estatísticas considerou-se um nível de significância (p-value) de 5%.

Análise Descritiva:

Foram inquiridos 301 licenciados de diversas Instituições escolares sendo que 36,9% eram da EscX2.

Instituição

		Frequência	Percentagem
Casos	CUB	42	14,0
	ESCM	32	10,6
	EscX2	111	36,9
	IMIB	51	16,9
	ISCED	15	5,0
	Puniv	50	16,6
	Total	301	100,0

Tabela 1 Instituições

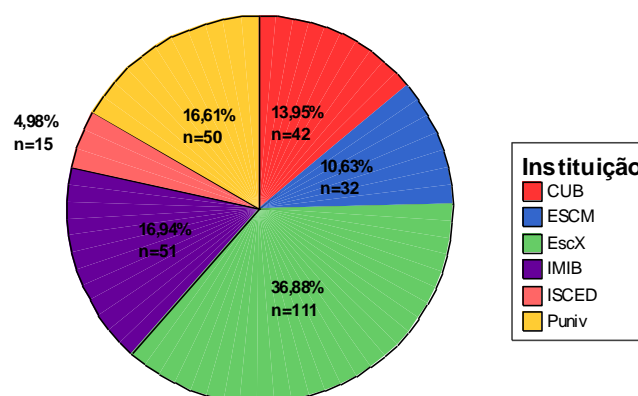


Gráfico 1 Instituições

Quanto à tipificação profissional, a maioria correspondendo a 94% dos inquiridos, eram Professores nas Instituições anteriormente mencionadas.

Tipificação

		Frequência	Porcentagem
Casos	Professor	283	94,0
	Bibliotecário/ Técnico de Biblioteca	2	,7
	Funcionário do Governo / Outra Profissão	4	1,3
	Profissional Independente / Livre	11	3,7
	Total	300	99,7
Ausência	De resposta	1	,3
Total		301	100,0

Tabela 2 Tipificação profissional

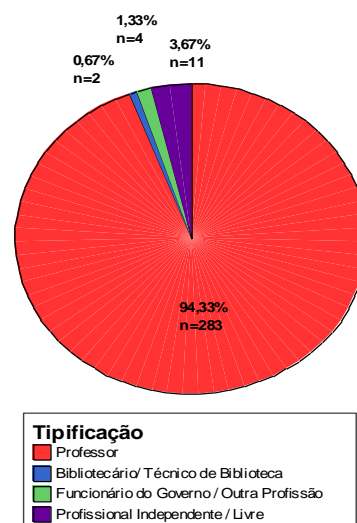


Gráfico 2 Tipificação profissional

Analisando a Organização Laboral constata-se que 93% dos inquiridos pertencem à escola, 5% ao ISCED e 2% a Bibliotecas Públicas.

Organização Laboral

		Frequência	Porcentagem
Casos	ISCED	15	5,0
	Escola	280	93,0
	Biblioteca Publica	6	2,0
	Total	301	100,0

Tabela 3 Organização laboral

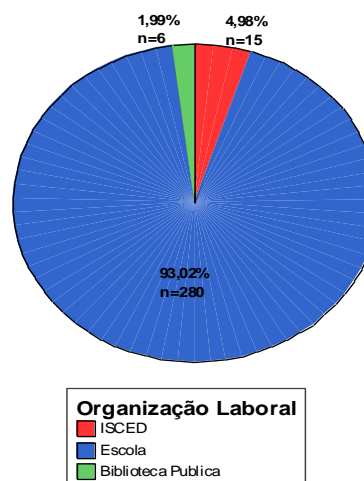


Gráfico 3 Org. laboral

Quanto à entidade patronal, 93% dos inquiridos pertencem ao Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e 5% no Ministério da Saúde.

Entidade Patronal

		Frequência	%Perc..
Válido	Ministério da Educação Cultura Ciência e Tecnologia	276	91,7
	Ministério da Comunicação Social	2	,7
	Ministério da Saúde	15	5,0
	Outra Entidade Tutelar	8	2,7
	Total	301	100,0

Tabela 4 Entidade patronal

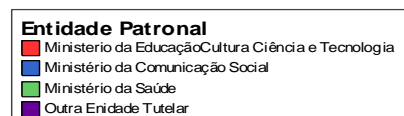
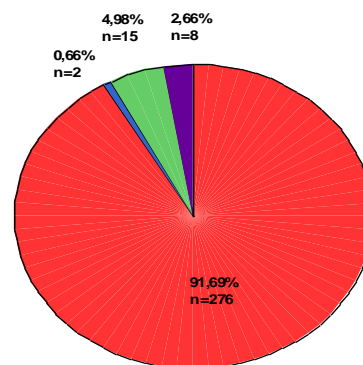


Gráfico 4 Entidade Patronal

Constata-se que 89,3% dos respondentes consideram que o termo Literacia da Informação não é amplamente usado ou compreendido. Houve 2 dos inquiridos que não responderam a esta questão.

1. Em Angola, o termo "Literacia da Informação" é amplamente usado e compreendido, e, geralmente, usado pela Universidade, bibliotecas, governo, comunicação social, público em geral?

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulativa
Casos	Não Absoluto	122	40,5	40,8	40,8
	Não mas com restrições	145	48,2	48,5	89,3
	Sim	32	10,6	10,7	100,0
	Total	299	99,3	100,0	
Ausência	Dde resposta	2	,7		
Total		301	100,0		

Tabela 5 Respostas à questão 1

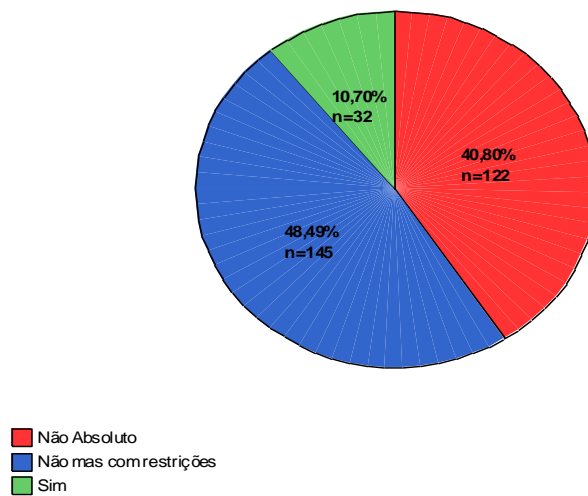


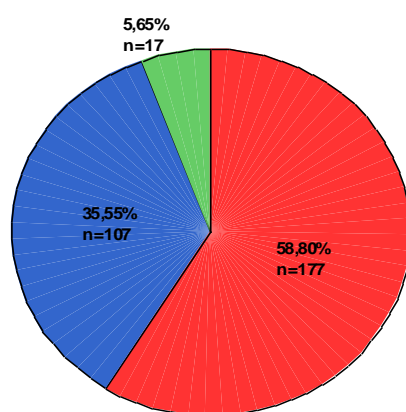
Gráfico 5 Respostas à questão 1

Cerca de 60% dos inquiridos não sabem se Angola tem uma política formal de Literacia de Informação e 35,5% consideram que não existe política formal de Literacia de Informação.

1. Angola tem uma política formal de Literacia de Informação?

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulativa
Casos	Não sei/ Não tenho a certeza	177	58,8	58,8	58,8
	Não	107	35,5	35,5	94,4
	Sim	17	5,6	5,6	100,0
	Total	301	100,0	100,0	

Tabela 6 Respostas à questão 2



2 - Angola tem uma política formal de Literacia de Informação ?

- Não sei/ Não tenho a certeza
- Não
- Sim

Gráfico 6 Respostas à questão 2

Dos 17 inquiridos que mencionaram que há uma política formal de Literacia de Informação em Angola apenas 3 mencionaram o nome da medida sendo que cada um mencionou de forma diferenciada.

2.1 Se sim dê, por favor, o nome da medida política, lei, regulamento ou outro instrumento legal no qual esteja promulgado.

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulativa
Casos	298	99,0	99,0	99,0
Constituiç	1	,3	,3	99,3
MCS	1	,3	,3	99,7
Netschool	1	,3	,3	100,0
Total	301	100,0	100,0	

Tabela 7 Respostas à questão 2.1

Tendo em consideração os respondentes que não sabem se existe uma política formal de Literacia de Informação em Angola, verifica-se que 83,2%, também não sabem se está em agendamento a adopção de uma política formal de Literacia de Informação.

2.1 Se “não”, está a ser considerada a adopção de uma política formal de Literacia de Informação?

		Frequência	Percentagem Válida	Percentagem Acumulativa
Casos	Não sei/ Não tenho a certeza	45	42,1	42,1
	Não	44	41,1	83,2
	Sim	18	16,8	100,0
	Total	107	100,0	

Tabela 8 Respostas à questão 2.2

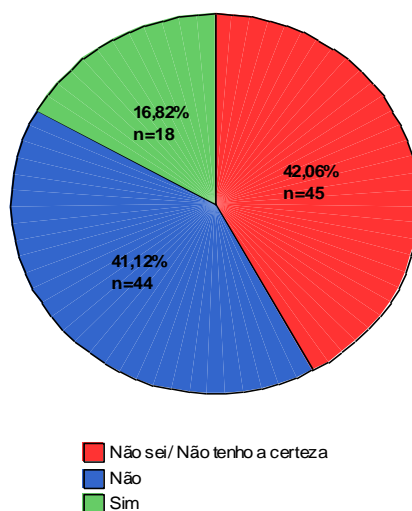


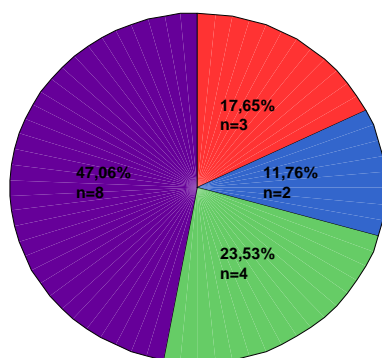
Gráfico 7 Respostas à questão 2.2

Tendo em consideração os respondentes que sabem que existe uma política formal de Literacia de Informação verifica-se que 3 não responderam a esta questão. Dos restantes 57,1% consideram que dentro de 6 meses será implementada uma política de Literacia de Informação.

2.2.1 Se sim, qual dos períodos de tempo, abaixo indicados, é apontado?

		Fre- quência	Percenta- gem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulativa
Válido	Talvez no futuro	2	11,8	14,3	14,3
	Entre 6 meses e dois anos	4	23,5	28,6	42,9
	Dentro de 6 meses	8	47,1	57,1	100,0
	Total	14	82,4	100,0	
Ausente		3	17,6		
Total		17	100,0		

Tabela 9 Resposta à questão 2.2.1



2.2.1 - Se sim qual dos periodos de tempo, abaixo indicados, é apontado ?

- Não respondeu
- Talvez no futuro
- Entre 6 meses e dois anos
- Dentro de 6 meses

Gráfico 8 – Resposta à questão 2.2.1

Relativamente a qual dos sectores primários (grupos ou profissões) está a política de Literacia de Informação primeiramente dirigida há uma variedade de respostas que se tentou sintetizar no quadro seguinte:

2.3 Para qual dos sectores primários (grupos ou profissões) está a política de Literacia de Informação, primeiramente, dirigida?

	Freq	%	Valid	Cumu %
Casos Sem Respostas	21	7,0	7,0	7,0
Ensino Básico	21	7,0	7,0	14,0
Ensino Secundário	11	3,7	3,7	17,6
Comunidades / Governos Locais	57	18,9	18,9	36,5
Ensino Básico e Comunidades	12	4,0	4,0	40,5
Bibliotecas/ Profissionais de Informação	45	15,0	15,0	55,5
Comunidades e Bibliotecas/ Profissionais de Informação	16	5,3	5,3	60,8
Populações Carenciadas/ Deficientes	27	9,0	9,0	69,8
Comunidades, Bibliotecas, Populações Carenciadas/ Deficientes	24	8,0	8,0	77,7
Ensino Básico, Comunidades, Bibliotecas, Populações	12	4,0	4,0	81,7
Todas as opções	10	3,3	3,3	85,0
Outras Respostas	45	15,0	15,0	100,0
Total	301	100,0	100,0	

Tabela 10 Respostas à questão 2.3

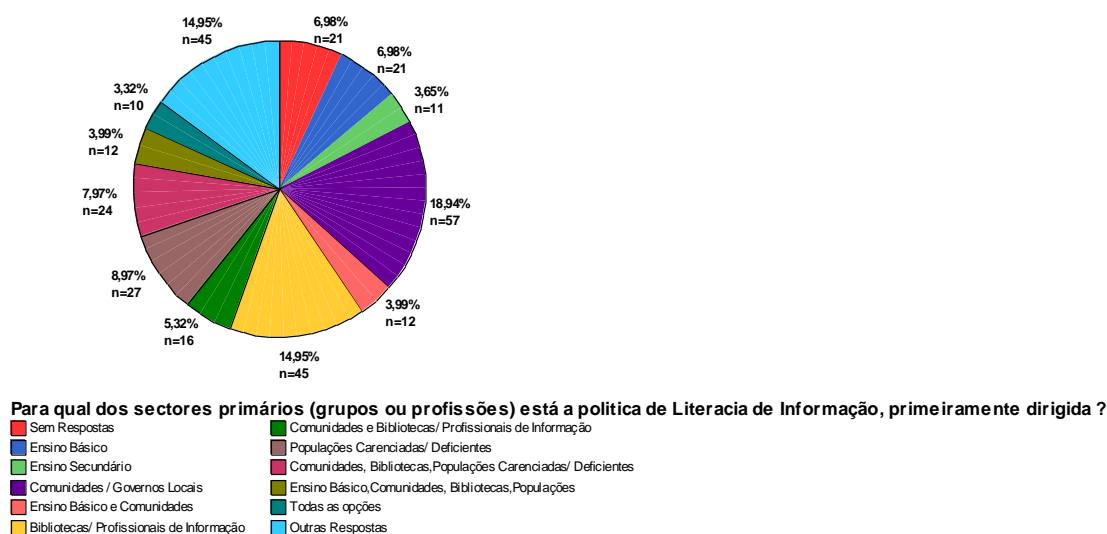


Gráfico 9 Respostas à questão 2.3

A resposta de maior frequência foi Comunidades/Governos Locais com 57 citações correspondendo a 18,9%, seguido de Bibliotecas/Profissionais de Informação com 45 citações correspondendo a 15%.

2 Qual o nome do Ministério ou agência governamental responsável pela tutela política/legal da Literacia de Informação?

		Frequência	Porcentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulativa
Valida	Ministério da Cultura	244	81,1	84,4	84,4
	Ministério da Educação	44	14,6	15,2	99,7
	Ministério da Ciência	1	,3	,3	100,0
	Total	289	96,0	100,0	
Falta	Sistema	12	4,0		
Total		301	100,0		

Tabela 11 Resposta à questão 3

Quando analisada a questão “Qual o nome do Ministério ou agência governamental responsável pela tutela política/legal da Literacia de Informação” o Ministério mais referido, 84,4%, é o da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

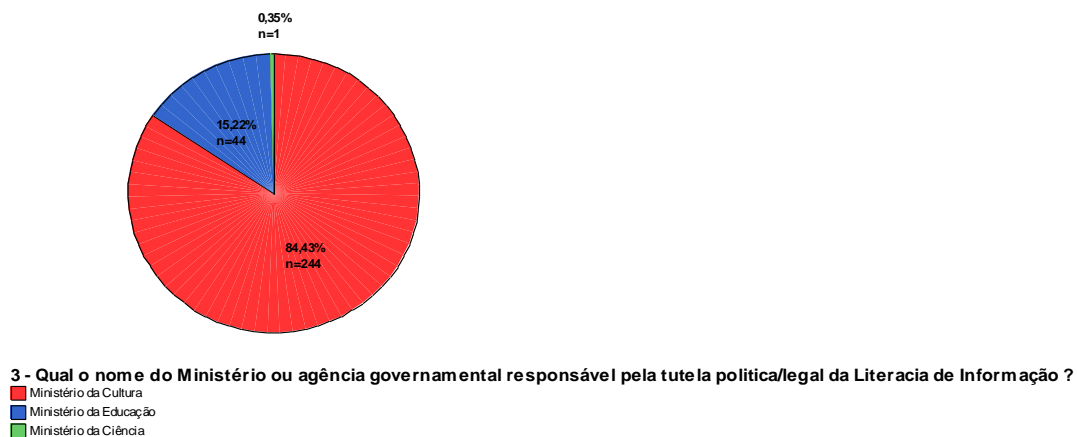


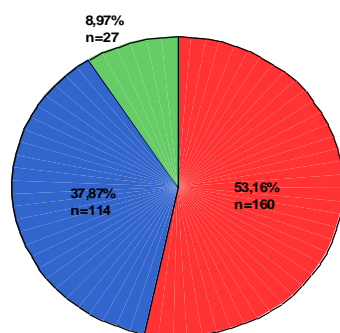
Gráfico 10 Respostas à questão 3

Questionados sobre se “a educação para a Literacia da Informação, em Angola, é ministrada nas Universidades”, 53,2% dos inquiridos desconhece tal situação, 37,9% considera que não é ministrada e 9% consideram que é ministrada nas Universidades.

4. A educação para a Literacia da Informação, em Angola, é ministrada nas Universidades?

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulativa
Válidas Não sei/ Não tenho a certeza	160	53,2	53,2	53,2
Não	114	37,9	37,9	91,0
Sim	27	9,0	9,0	100,0
Total	301	100,0	100,0	

Tabela 12 Respostas à questão 4.



4 - A educação para a Literacia da Informação, em Angola, é ministrada nas Universidades ?
 Não sei/ Não tenho a certeza
 Não
 Sim

Gráfico 11 Respostas à questão 4

Ao analisar os 27 inquiridos que responderam “sim” à questão anterior, verifica-se que 8 não respondem à questão, “Qual é o nome da faculdade/departamento/outra entidade académica que ministra o curso” e os restantes praticamente indicam cada um a sua Faculdade/Instituição, sendo excepção o ISCED com 5 respostas (ver quadro 4.1.a).

Como já ocorreu em resposta à questão anterior, na questão “Escreva o nome do curso ou cursos existentes” cerca de 60% dos inquiridos não respondem à questão e dos restantes apenas é referido mais do que uma vez os cursos ligados ao sector informático (ver quadro 4.1.b).

4.1.a - Se sim, qual é o nome da faculdade/departamento/outra entidade académica que ministra o curso ?

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulativa
Valida	8	29,6	29,6	29,6
CUB	2	7,4	7,4	37,0
DepLetMod	1	3,7	3,7	40,7
EngInfor	1	3,7	3,7	44,4
FacCien	1	3,7	3,7	48,1
Fac.Jorn	1	3,7	3,7	51,9
FacPub	1	3,7	3,7	55,6
FCT	1	3,7	3,7	59,3
FEngInform	1	3,7	3,7	63,0
ISCED	5	18,5	18,5	81,5
MCS	1	3,7	3,7	85,2
UAN	3	11,1	11,1	96,3
UnivLusia	1	3,7	3,7	100,0
Total	27	100,0	100,0	

Tabela 13 Resposas à questão 4.1.a

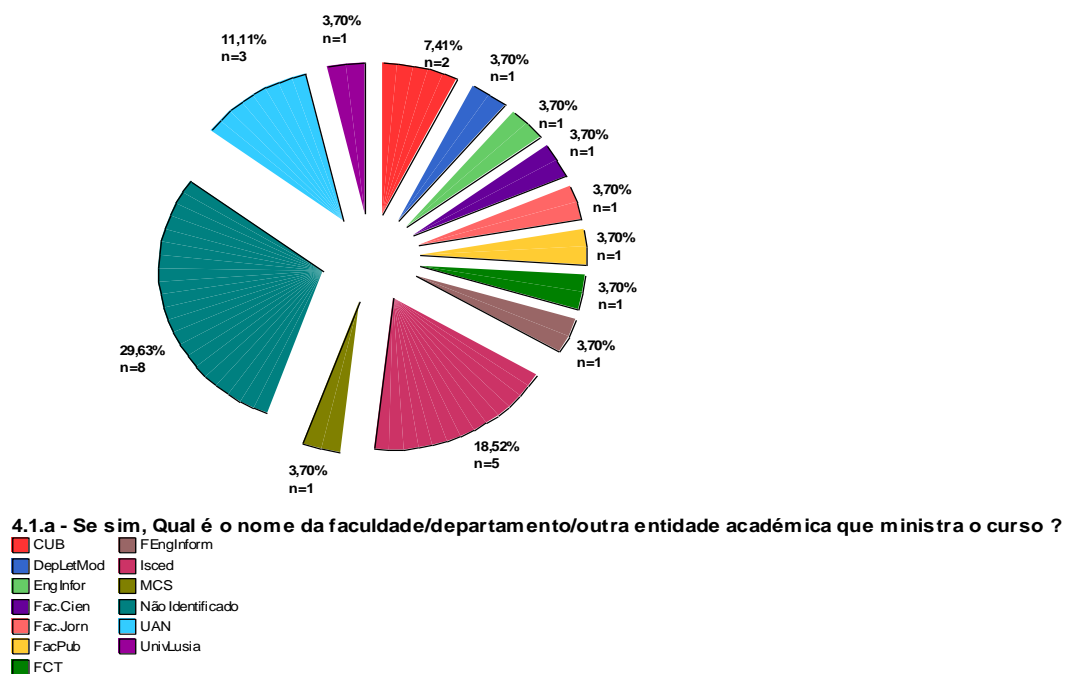
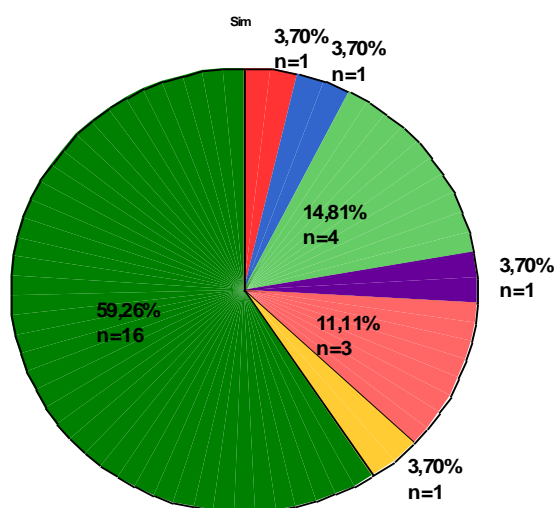


Gráfico 12 Respostas à questão 4.1.a

4.1.b - Escreva o nome do curso ou cursos existentes?

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulativa
Valida	16	59,3	59,3	59,3
CiênExac	1	3,7	3,7	63,0
CurFr+In	1	3,7	3,7	66,7
g				
Eng.Infor	4	14,8	14,8	81,5
GestEmp	1	3,7	3,7	85,2
Informat	3	11,1	11,1	96,3
LP+Lest	1	3,7	3,7	100,0
Total	27	100,0	100,0	

Tabela 14 Respostas à questão 4.1.b



4.1.b - Escreva o nome do curso ou cursos existentes ?

- CiênExac
- CurFr+Ing
- eng.Infor
- GestEmp
- informat
- LP+Lest
- Não Identificado

Gráfico 13 Respostas à questão 4.1.b

Verifica-se, igualmente, a ausência de resposta de nove inquiridos à questão “a que nível é ministrado o curso?” sendo maioritariamente (83,3%) das respostas a licenciatura.

4.1.c - A que nível é ministrado o curso?

		Frequência	% Válida	% Acumulativa
Valida	Licenciatura	15	83,3	83,3
	Mestrado	1	5,6	88,9
	Doutoramento	2	11,1	100,0
	Total	18	100,0	
Falta	Sistema	9		
Total		27		

Tabela 15 Respostas à questão 4.1.c

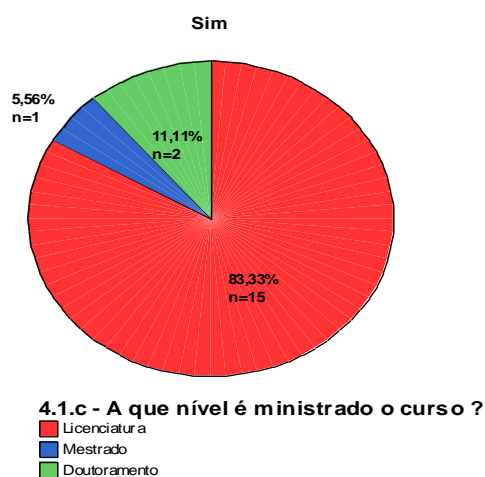


Gráfico 14 Respostas à questão 4.1.c

Quando questionados pelos motivos que justificam a não docência de Literacia de Informação nas Universidades, o motivo mais sugerido é o de “falta de interesse dos estudantes” seguido da “fala de interesse dos profissionais de informação”. Verifica-se,

igualmente, uma percentagem de 18% dos inquiridos que não escolheram qualquer res-
posta.

4.2 Motivo pelos quais não é ministrado nas Universidades a Literacia de Informa- ção

		Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Casos	Sem resposta	55	18,3	18,3
	Incompreensão do Conceito	18	6,0	24,3
	Falta de interesse das Universidades	11	3,7	27,9
	Falta de interesse dos estudantes	55	18,3	46,2
	Carência de Informação e Bibliotecas	13	4,3	50,5
	Falta de interesse Profissionais de Informação	27	9,0	59,5
	Falta de interesse de estudantes e ProfInfo	23	7,6	67,1
	Carência de info/Bibliot e falta de interesse dos profinfo	16	5,3	72,4
	Outras respostas	83	27,6	100,0
	Total	301	100,0	

Tabela 16 Respostas à questão 4.2

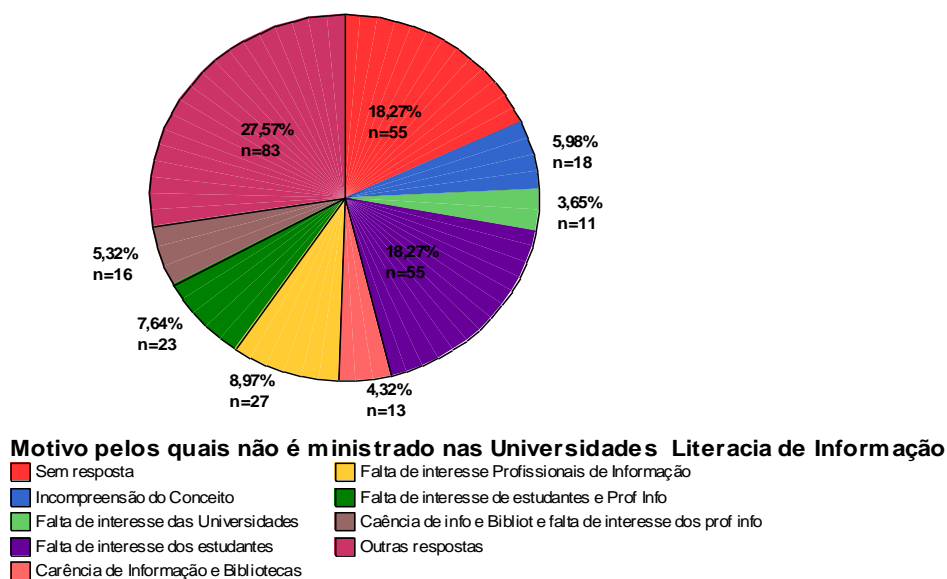


Gráfico 15 Respostas à questão 4.2

Relativamente à questão “Se nas Universidades de Angola não há oferta corrente de cursos de Literacia de Informação sabe se a sua existência já foi ou está a ser considerada”, há perto de 5% dos inquiridos que considera que “sim”.

4.3 - Se nas Universidades de Angola não há oferta corrente de cursos de Literacia de informação sabe se a sua existência já foi ou está a ser considerada?

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulativa
Casos	Não sei/Não tenho a certeza	214	71,1	72,1	72,1
	Não	69	22,9	23,2	95,3
	Sim	14	4,7	4,7	100,0
	Total	297	98,7	100,0	
Ausência	Resposta	4	1,3		
Total		301	100,0		

Tabela 17 Respostas à questão 4.3

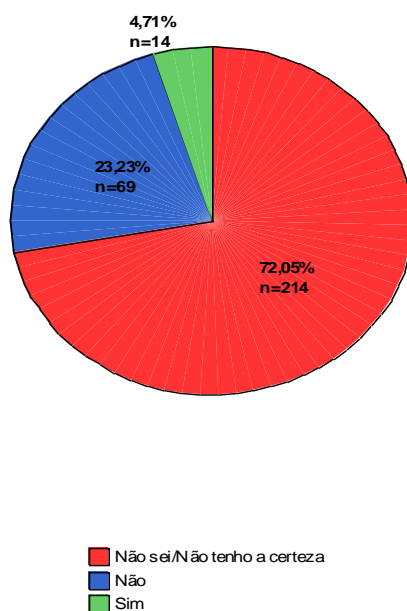


Gráfico 16 Respostas à questão 4.3

Quando se perguntou “Que bibliotecas (...) em Angola oferecem cursos de formação (...) em Literacia de Informação” 41,5% dos inquiridos não responderam e 3,7% consideraram não saber/não estarem certos. Referência para os 43,2% dos inquiridos que consideraram que nas Bibliotecas escolares são oferecidos cursos de formação em Literacia da informação.

5. Que bibliotecas (...) em Angola oferecem cursos de formação (...) em Literacia de Informação

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulativa
Valid	Não respondeu	125	41,5	41,5	41,5
	Não sei / Não estou certo	11	3,7	3,7	45,2
	Bibliotecas Escolares	130	43,2	43,2	88,4
	Bibliotecas Universitárias	8	2,7	2,7	91,0
	Bibliotecas Públicas	2	,7	,7	91,7
	Bibliotecas Especiais	4	1,3	1,3	93,0
	Biblioteca Nacional	12	4,0	4,0	97,0
	Combinação de duas bibliotecas	9	3,0	3,0	100,0
	Total	301	100,0	100,0	

Tabela 18 Respostas à questão 5

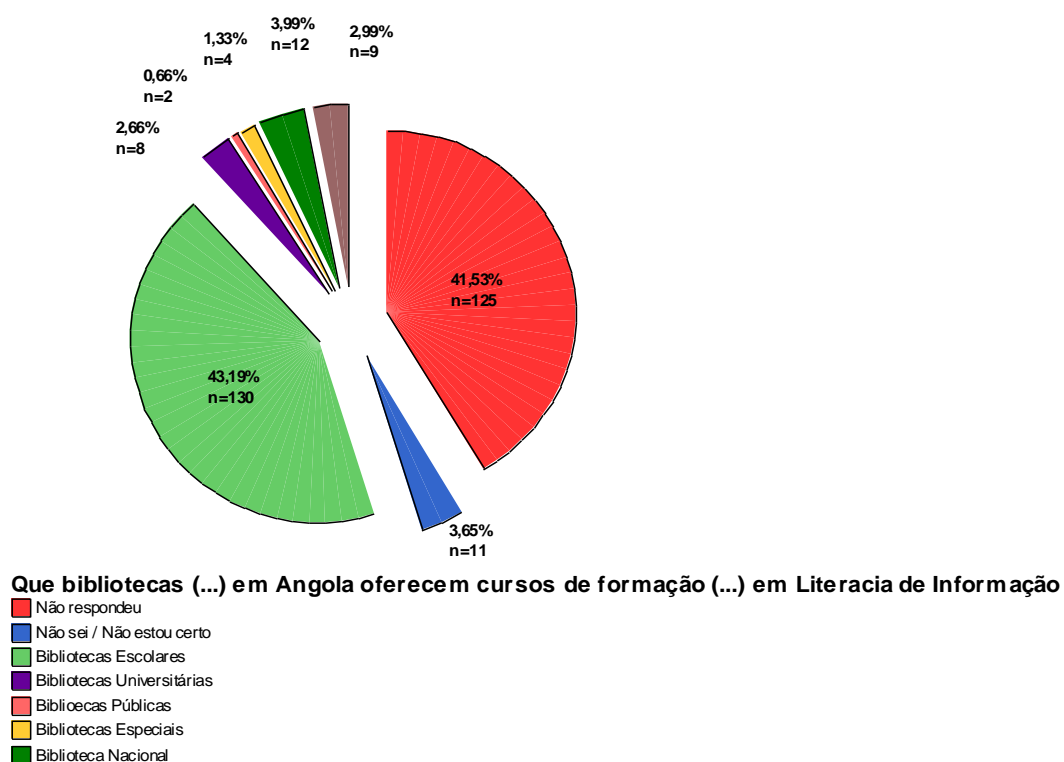


Gráfico 17 Respostas à questão 5

Verificou-se que na questão “Quais são os maiores obstáculos que vê à implementação da Literacia de Informação em Angola”, a resposta de maior frequência (41,2 %) foi “a falta de interesse (...) dos decisores políticos, profissionais e público em geral” seguido de “falta de fundos/suporte financeiro” (18,9%) .

6. Quais são os maiores obstáculos (...)

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulativa
Casos Não respondeu	15	5,0	5,0
Outros	2	,7	5,6
Falta de fundos/suporte financeiro	57	18,9	24,6
Competência para os media e treino bastam	23	7,6	32,2
Competência, treino e falta de fundos	13	4,3	36,5
Falta interesse (...) decisores políticos, prof e público	124	41,2	77,7
Falta de interesse dos actores e outros	1	,3	78,1
Falta de interesse dos actores e falta fundos	42	14,0	92,0
Falta de interesse dos actores e competência/treino	20	6,6	98,7
Falta interesse dos actores, comp/treino e falta fundos	4	1,3	100,0
Total	301	100,0	

Tabela 19 Respostas à questão 6

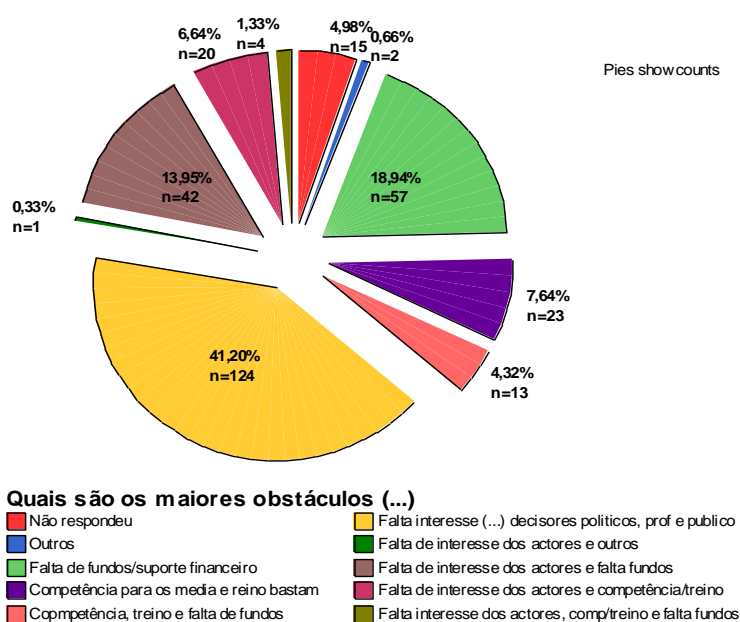


Gráfico 18 Respostas à questão 6

Na questão aberta colocada à consideração dos inquiridos para sugerirem quais os actores e tipos de iniciativa para a implementação de Literacia de Informação em Angola, fez-se uma compilação das respostas que se resume no seguinte quadro:

6. Que actores e tipos de iniciativas são necessários para implementar a Literacia de Informação em Angola?

		Frequência	Percentagem	Percent Válida	Percent Cumulativa
Valid	Não respondeu	162	53,8	53,8	53,8
	Dr Bastos	31	10,3	10,3	64,1
	MECCT	50	16,6	16,6	80,7
	Formação Especializada	31	10,3	10,3	91,0
	Biblioteca	5	1,7	1,7	92,7
	Investimento em Recursos Humanos e Materiais	1	,3	,3	93,0
	Iniciativa Privada / Financiadores	1	,3	,3	93,4
	Escolas	2	,7	,7	94,0
	Cooperação	1	,3	,3	94,4
	MECCT + Outros	17	5,6	5,6	100,0
	Total	301	100,0	100,0	

Tabela 20 Respostas à questão 6

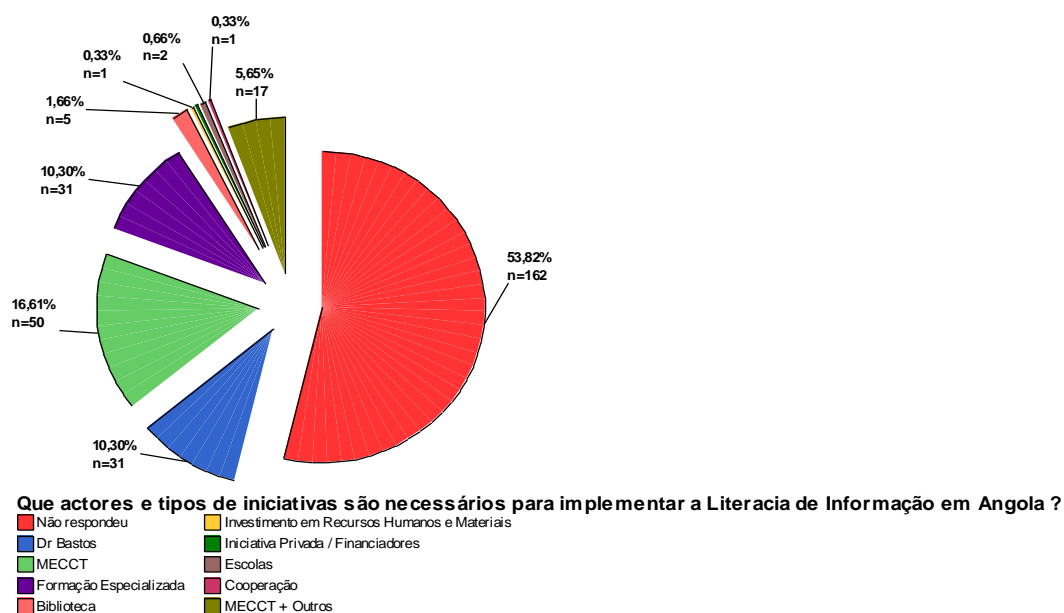


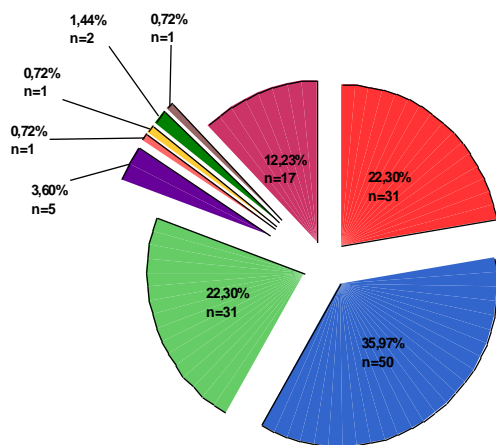
Gráfico 19 Respostas à questão 6

Verifica-se que cerca de 54% dos inquiridos não dão qualquer sugestão. Tendo em atenção as respostas a esta questão, 139 dos respondentes cerca 1/3 indicou o MECCT, 22,3% indicaram o Dr. Bastos. Idêntica percentagem foi indicada para “formação especializada”.

8. Que actores e tipos de iniciativas são necessários para implementar a Literacia de Informação em Angola?

	Frequência	Percent.	Percent Válida	Percent Acumulativa
Válida Dr Bastos	31	22,3	22,3	22,3
MECCT	50	36,0	36,0	58,3
Formação Especializada	31	22,3	22,3	80,6
Biblioteca	5	3,6	3,6	84,2
Investimento em Recursos Humanos e Materiais	1	,7	,7	84,9
Iniciativa Privada / Financiadores	1	,7	,7	85,6
Escolas	2	1,4	1,4	87,1
Cooperação	1	,7	,7	87,8
MECCT + Outros	17	12,2	12,2	100,0
Total	139	100,0	100,0	

Tabela 21 Respostas à questão 8



Que actores e tipos de iniciativas são necessários para implementar a Literacia de Informação em Angola ?

- Dr Bastos
- MECCT
- Formação Especializada
- Biblioteca
- Investimento em Recursos Humanos e Materiais
- Iniciativa Privada / Financiadores
- Escolas
- Cooperação
- MECCT + Outros

Gráfico 20 Respostas à questão 8

4.4 CONCLUSÕES.

Os resultados que esta investigação permite concluir serão apresentados em três categorias:

1. Resultados obtidos face a literatura consultada.
2. Limitações encontradas nesta pesquisa.
3. Elucidação prospectiva de algumas linhas de investigação a desenvolver no futuro.

1.1 A consulta bibliográfica, sobre a problemática da literacia de informação, proporcionou um acervo documental - documentação histórica, guidelines, padrões, normas e modelos - sobre a origem, o contexto, o desenvolvimento, a implementação teórico-prática e avaliação da literacia de informação. A documentação consultada abriu-nos o universo complexo, com mais de trinta anos de reflexão, investigação e desenvolvimento da matéria sobre que a pesquisa deveria debruçar-se.

1.2 A consulta de autores com trabalhos de investigação no domínio da implementação, ensino, experimentação e avaliação, nomeadamente, Forest Jr., J. Lau, Christine Bruce, Elisabeth Duazdiak, M. Eisenberg, et al., permitiu-nos conceber o projecto LITINFO4ALL.AO. Todavia, este ainda carece de desenvolvimento e ajustamento adequados à realidade que nos for apresentada no tempo/espço em que o projecto vier a ser implementado.

1.3 Finalmente, impôs-nos a necessidade de delimitar o nosso campo de trabalho; estabelecer um programa de formação para desenvolvimento de competências de informação junto de professores, técnicos auxiliares de biblioteca e utilizadores, em

geral. E, por fim, identificar o público-alvo para ministrar o Inquérito Básico Sobre Literacia de Informação.

2.1 As principais dificuldades e limitações encontradas na realização da pesquisa são, essencialmente, de ordem logística.

2.2 Trabalhar num país estrangeiro com um sistema de outorga de vistos de entrada pouco flexível, fez com que os 45 dias de trabalho, com deslocações constantes e sem transporte próprio, nos remetesse para a escolha de uma metodologia de investigação adequada e exequível face ao período de estadia concedido pelo visto.

2.3 A nossa vinculação à frequência presencial do último semestre do mestrado de Documentação e Informação na Faculdade de Letras de Lisboa e a necessidade incontornável de prestar provas de avaliação, constituiu um factor decisivo no *modus operandi* no trabalho de campo.

2.4 A metodologia escolhida, sob o efeito dos condicionalismos mencionados, permitiu apenas a produção de “uma teoria local” cujo valor explicativo se esgota no universo da investigação realizada.

3.1 A conclusão desta fase inacabada da nossa pesquisa encaminha-se para um processo de negociação com uma instituição de formação de professores no Sul de Angola e em contactos com a Comissão da UNESCO da Namíbia com o objectivo de estabelecer uma parceria de cooperação para implementar o projecto (LITINFO4ALL.AO)

3.2 Neste momento reformula-se o primeiro projecto concebido, à luz dos resultados obtidos e dos conhecimentos assimilados. Simultaneamente, elabora-se o programa de ensino básico para aquisição de competência de informação.

3.3 A primeira fase de implementação que aponta para Setembro de 2011, constará, essencialmente, de introdução teórico-prática às tecnologias de informação e instrução bibliográfica de base.

3.4 Ainda sem programa definido pensamos difundir informação relevante sobre conservação e preservação física dos acervos impressos, e sensibilizar para a necessidade de abordar a digitalização de bibliotecas.

O presente Projecto é um contributo para a mudança na sociedade angolana que visa mobilizar a população e as instituições através da articulação entre política científica e política educativa e formativa, promovendo, de forma sistemática, a cultura científica e tecnológica, especialmente entre os jovens.

Sendo concordante com o Programa do Governo e com os objectivos definidos por entidades supra nacionais, o Projecto contribui para a promoção do país, o crescimento, a competitividade e o desenvolvimento social das populações.

Visando ser parte integrante duma estratégia de desenvolvimento, crescimento e competitividade, apoiada no conhecimento, na tecnologia e na inovação, a presente iniciativa pretende qualificar e dar competências aos interessados, nos quais se destacam os jovens, professores, bibliotecários, entre outros, na área de literacia da informação.

Atribuindo competências às comunidades nas áreas das tecnologias, inovação e conhecimento, pretende-se a médio prazo contribuir de forma eficaz para a afirmação de Angola, nomeadamente:

- Na qualificação das suas populações para a sociedade do conhecimento, fomentando o elevar dos níveis educativos médios da população, criando um sistema abrangente e diversificado de aprendizagem ao longo da vida;
- Reforçar as competências científicas e tecnológicas nacionais, públicas e privadas, diminuindo o atraso científico e tecnológico do país e criar emprego mais qualificado (incluindo as actividades de investigação e desenvolvimento (I & D));
- Difundir novos processos, formas de organização, serviços e produtos, facilitando a adaptação do tecido produtivo aos desafios impostos pela globalização.

O produto da análise SWOT, e as relações de coerência interna e coerência externa do projecto, afiguram-se-nos adequados a título de conclusão.

Análise SWOT

Pontos Fortes / Potencialidades
<ul style="list-style-type: none"> - Reactivação do processo de alfabetização; - Forte investimento no ensino; - Elevada taxa de população jovem; - Taxa média de aproveitamento escolar nos últimos 5 anos, na província de Benguela, superior à das restantes províncias - 61,0%; - % de pessoas que aprenderam a falar a partir do português (67,1 % na província de Benguela: província com % mais elevada do país); - Taxa de alfabetização de mulheres similar à dos homens na província de Benguela: o papel da mulher na sociedade contemporânea; - Retorno das populações deslocadas.
Pontos Fracos / Debilidades
<ul style="list-style-type: none"> - Elevada taxa de analfabetismo; - Baixa qualificação profissional dos trabalhadores; - Elevada taxa de abandono escolar e de trabalho infantil.

Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> - Programa Geral do Governo; - Recuperação da economia; - Conjuntura política e económica internacional; - Apoios internacionais ao investimento; - “Declaração Milénio”; - A paz e o processo de reconciliação nacional em curso; - A introdução das TIC’s no território.
Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Crise económica mundial a traduzir menores apoios internacionais ao desenvolvimento; - Instabilidade política interna e/ou na região (nos países contíguos).

Coerência Interna: Projecto vs Programa Geral do Governo

Infoliteracia_AO - Objectivo Geral	Literacia de Informação: Parte Integrante da Educação
Objectivos Programa Geral do Governo	
1 – Consolidação da paz e da reconciliação nacional	•
2 – Edificação das Bases para a construção de uma economia nacional integrada e auto-sustentada	•
3 – Restabelecimento da administração central do Estado em todo o território nacional	••
4 – Desenvolvimento de recursos humanos	••
5 – Desenvolvimento harmonioso do território	••
6 - Consolidação do processo democrático	••

- – Relação Fraca/Nula
- – Relação Intermédia
- – Relação Forte

Coerência Externa: Projecto vs Áreas de Operação do PNUD

Infoliteracia_AO - Objectivo Geral Áreas de Operação do PNUD	Literacia de Informação: Parte Integrante da Educação
1 – Governação Democrática	●●
2 – Redução da Pobreza	●●
3 – Prevenção de Crises e Recuperação	●●
4 – Energia e Ambiente	●
5 – VIH / Sida	●

- – Relação Fraca/Nula
- – Relação Intermédia
- – Relação Forte

Obras de Referência

APOLINÁRIO, Fabio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004. ISBN 85-224-3905-2.

CACALY, S.; COADIC, Yves F. Le e tal. Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation. Éditions Nathan, Paris, 1997.

Instituto de Linguística Teórica e Computacional. Dicionário ILTEC de Termos Informáticos. Edições Cosmos: Lisboa, 1993. ISBN: 972-9170-96-7

MATOS, J.A. Dicionário de Informática e Novas Tecnologias. FCA-Editora de Informática. Lisboa: 2009. ISBN: 978-972-722-469-2

RECURSOS DE REFERÊNCIA ONLINE

[Acronymfinder.com](http://acronymfinder.com)

[ODLIS – Online Dictionary of Library and Information Science](http://odlis.com)

<http://en.wikipedia.org>

MONOGRAFIAS

ASS/AECT (1998). Information Power: Building Partnerships for Learning. ALA, ISBN 0-8389-3470-6.

ANTÓNIO, R. Desafios Profissionais da Gestão documental. Edição: Edições Colibri / Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2009. ISBN 978-972-772-941-8

BRETON, P. & PROULX S (1989). L'explosion de la communication; la naissance d'une nouvelle ideologie. Paris: La D'couverte, 1989.

BRUCE, Christine (2003). Seven Faces of Information Literacy. Towards inviting students into new experiences. Faculty of Information Technology, QUT. Riverina

BRUCE, Christine (2002). Information literacy as a catalyst for educational change: a background paper. White paper prepared for UNESCO, the US NCLIS and the National Forum for Information Literacy <<http://www.nclis.gov/libinter/>>

BRUCE, C. and CANDY, P. (2000). Information literacy Around the World. Charles Sturt Uni Press.

BRUCE, C. and CANDY, P. (2000). People, Politics and Potencial, in Information Literacy around the World.

BUCKINGHAM, D. (2003). *Media education: Literacy, learning and contemporary culture*. Cambridge: Polity Press.

BUSHA, Charles H.; HARTER, Stephen P. Research methods in librarianship: techniques and interpretation. New York: Academic Press, 1980.

CASE, D. (2002). Looking for Information: A Survey of Research on Information Seeking, Needs and Behavior. New York: Academic Press.

CLEGG, Frances. Estatística para todos: um manual para ciências sociais. Lisboa: Gradiva, 1995. ISBN 972-662-411-8.

COELHO, J. Dias (Coord) [et al.] – Sociedade da Informação – O Percorso Português. Lisboa : Edições Sílabo, 2007. ISBN 978-972-618-462-1

DANHKE, G. L. Investigación y comunicación. In **FERNÁNDEZ-COLLADO, C.;** **DANHKE, G.L.** (Comp.). La comunicación humana: Ciencia Social. México: McGraw-Hill, 1989, pp. 385-491.

FODDY, William – Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários. Oeiras: Celta, 1996. ISBN 972-8027-54-0.

HATSCHBACH, M. H. L. *Information literacy: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - IBICT, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

HILL, M. M; HILL, Andrew - Investigação Por Questionário. Edições Sílabo. Lisboa, 2002.

HORTON Jr., Forest W. (2007). Understanding Information Literacy: A Primer. Unesco.

JOHNSTON & WEBBER (2002) “Information literacy: The Social action agenda”. In Booker, D. (Ed.) Information Literacy : The Social Action Agenda : Proceedings of the 5th National Information Literacy Conference. Adelaide; University of South Australia Library. 68-80. ISBN 86803-929-2.

LAU, José J. (2006) . IFLA Guidelines on Information Literacy for Lifelong Learning. IFLA

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald. Investiga-
ção qualitativa: fundamentos e práticas. 2ª ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. ISBN 972-
771-737-3

LINE, Maurice B. Library surveys: an introduction to the use, planning procedure and
presentation of surveys. 2nd ed. London: Clive Bingley, 1982.

MACKEY, Thomas P. & JACOBSON, Trudi E. Preprint: **Reframing Information
Literacy as a Metaliteracy**. Accepted: January 24, 2010. Neste momento em fase de
pré-publicação, mas já em discussão na comunidade de investigadores de literacia de
informação.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria – Técnicas de pesquisa.
6ªed. São Paulo: Atlas, 2007. ISBN 978-85-224-4250-8

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da
investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas, 2007. ISBN
978-85-224-4796-1.

MARTYN, John; LANCASTER, F. Wilfrid – Investigative methods in library and
information science: an introduction. Arlington: Information Resources Press, 1981.

MENDINHOS, Isabel M. G. B. S. Literacia de Informação em Escolas do Conselho de
Sintra. Tese de Mestrado. Lisboa, 2009.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. Tratado de metodologia científica: projectos de pesquisas,
TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1999. ISBN 85-221-
0070-5.

PATTON, Michael Quinn. Qualitative evaluation methods. 10ª ed. London: Sage,
1989. ISBN 0-8039-1395-8

PENZIAS, Arno. Ideias e Informação. Gradiva – Publicações Lda: Lisboa, 1992.

POWELL, Ronald R. – Basic research methods for librarians. Norwood, NJ : Ablex
Publishing Corporation, 1985. ISBN 0-89391-154-2.

QUIVY, Raymond; CAPEMPENHOUDT, Luc Van – Manual de investigação em
ciências sociais. Lisboa: Gradiva, 1992. ISBN 972-662-275-1.

RADER, Hannelore (2002). Information literacy – an emerging global priority. White
paper prepared for UNESCO, the US NCLIS and the National Forum for Information
Literacy <<http://www.nclis.gov/libinter/>>

RALPH, Denis (1999). Information Literacy and Foundations for Lifelong Education.
Proceedings of the 4th National Information Literacy Conference, Adelaide, UNISA
Library.

SAMPIERI, R. H., COLLADO, C. F., LUCIO, P. B. Metodología de Pesquisa. São Paulo : McGraw-Hill, 2006. ISBN: 85-8680493-2

SIMPSON, I.S. – Basic statistics for librarians. 2nd ed. Basic statistics for librarians. 2nd ed. London: Clive Bingley, 1983. ISBN 0-85157-352-5.

SIMPSON, I.S. How to interpret statistical data: a guide for librarians and information scientists. London: Library Association, 1990. ISBN 0-85365-729-7.

Sistemas de Informação Organizacionais. Amaral, L. Magalhães, R. et al. (Eds.). Edições Sílabo. Lisboa, 2005.

STERN, Caroline (2002). Information literacy unplugged: teaching information literacy without technology. White paper prepared for UNESCO, the US NCLIS and the National Forum for Information Literacy, <<http://www.nclis.gov/libinter/>>

TAPSCOTT, D., WILLIAMS, A. D. Wikinomics – How Mass Collaboration Changed Everything. Atlantic Books Today. 2008. ISBN: 978-184-354-637-5

TAYLOR, Steven J.; BOGDAN, Robert – Introduction to qualitative research methods: the search for meanings. New York: John Wiley, 1984. ISBN 0-471-88947-4.

THOMAN, E., & JOLLS, T. (2005). Media literacy education: Lessons from the center for media literacy. In G. Schwartz & P. U. Brown (Eds.), *Media literacy: Transforming curriculum and teaching* (Vol. 104, 2005, pp. 180 -205). Malden,

THOMAS, E., & JOLLS, T. (2005). Media literacy education: Lesson from the center for media literacy. In G. **Schwartz & P.U. Brown** (Eds.), *Media literacy: Transforming curriculum and teaching* (Vol. 104, 2005, pp. 180-205). Malden. MA: National Society for the Study of Education.

TOMÉ, Irene. A Nova Sociedade Tecnológica. Editorial Notícias: lisboa, 2003.

TODD, R. (1995). Information Literacy. In D. BOOKER (Ed.) *The learning link : Information literacy in practice* (pp. 17-26). Adelaide : Auslib Press.

Towards Knowledge Societies. Unesco World Report. UNESO. Paris, 2005. ISBN 92-3-2004-K.

TURBAN, E., RAINER, Jr., POTTER, R. E. Introdução a Sistemas de Informação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ZURKOWSKI, P. G. (1974). *The Information Environment: Relationships and Priorities.* National Commission on Libraries and Information Service. Washigton.

ARTIGOS:

BREIVIK, P. S. Putting libraries back in the information society. *American Libraries*, v. 16, nº 1, 1985.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ci. Inf.* [online]. 2003, vol.32, n.1, pp. 23-35. ISSN 0100-1965 DOI: 10.1590/S0100-19652003000100003.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Os faróis da Sociedade da Informação: Uma análise crítica sobre a situação em competência de informação no Brasil. *Inf.& Soc. :Est.*, João Pessoa, v.18, nº 2, pp. 41-43, maio / ago. 2008

KUHLTHAU, C. C. (1995) «The process of learning from information». *School libraries worldwide*, v. 1, nº1, 1995, pp. 1-13.

ZURKOWSKI, P. (1974) - “The Information Services Environment: Relationship and Priorities”. Washington, D.C.

RECURSOS DOCUMENTAIS EM LINHA (ONLINE)

Alliance for a Media Literate America. (2005). Operational policy: Corporate funding. Retrieved October 1, 2006, from <http://www.amlainfo.org/home/about-aml/policies/operational-policy/operational-policy#8> acessado em 07-07-2010

Author: IFLA Publisher: The International Federation of Library Associations and Institutions The **IFLA Internet Manifesto**. www.ifla.org/.../the-ifla-internet-manifesto -. Acessado em 12/06/2009

ASSL/AECT (1988). Information Power: Guidelines for School. Library Media Programs. ALA [em linha]. Disponível em http://www.eric.ed.gov/ERICWebPortal/custom/portlets/recorDetails/detailmini.jsp?_nfpb=true&_EricExtSearch_SearchValue_O=ED315028&ERICExtSearch_SearchType_O=no&accno=ED315028. Acessado em 11/11/2009.

CARMOZZINO, Jeanine M. “An Undergraduate Science Information Literacy Tutorial in a WEB 2.0”. <http://www.jstl.org/org/08-fall/article3.html>. Acessado em 13/6/2009.

Presidential Committee on Information Literacy: Final Report

<http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/publications/whitepapers/presidential.cfm#>

ANEXOS

ANEXO I

PROJECTO DE LITERACIA DE INFORAÇÃO: LITINFO4ALL-AO

ÍNDICE

1. Sumário Executivo	129
2. O Território.....	132
3. Diagnóstico.....	135
3.1. Conceitos	135
3.2. Indicadores Sócio económicos	139
3.3. Diagnóstico ao Território – Análise SWOT - Dimensão Social: Ensino, Educação e Conhecimento	149
4. Justificação do Projecto	151
5. Objectivos do Projecto	153
5.1. Objectivo Imediato	153
5.2. Objectivos de Desenvolvimento.....	153
5.3. Infra-estruturas	153
6. Resultados Esperados	154
7. Recurso a Parceiros Institucionais Patrocinadores do Projecto.....	156
8. Coerência Interna - Projecto vs Programa Geral do Governo.....	157
9. Coerência Externa.....	159
9.1. Projecto vs Áreas de Operação do PNUD	159
9.2. Projecto vs Declaração “Millenium“	160
10. Proposta de Conteúdos de Formação.....	161
10.1. – Público-alvo da Formação	162
11. Fluxograma do Projecto.....	163
12. – Notas Finais	164

Introdução

Se memória ficar deste projecto, que seja fixada em palavras inspiradas pela Proclamação de Alexandria, UNESCO, 2005 "... O domínio da informação permite às pessoas, em todos os empreendimentos da vida, procurar, avaliar, utilizar e criar a informação necessária à realização de objectivos pessoais, sociais, profissionais e educacionais. "

Proclamação de Alexandria, UNESCO, 2005

Na Sociedade da Informação e do Conhecimento as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) desempenham um papel insubstituível para que aquelas produzam e distribuam a **Informação** necessária ao seu desenvolvimento. Ao promover a interacção entre actores sociais, conteúdos informacionais e plataformas tecnológicas de distribuição de informação, as TIC facilitam a formação de audiências informadas, interactivas e interventoras. Objectivamente, as TIC possuem potencialidades significativas que possibilitam às nações e às sociedades aprender, construindo sentimentos de comunidade e contribuindo para a partilha de valores e o incremento da expressão cultural e da coesão.

Na expectativa de que as TIC contribuam para a realização dos desideratos acima mencionados, numa perspectiva ética e profissionalizante, é mister esperar que os utilizadores tenham aptidão e competência para processar informação e servir-se dela de forma criativa e crítica. A existência em número crescente de cidadãos com aptidões e competências no domínio da **Infoliteracia** caracteriza as sociedades desenvolvidas.

O **Projecto Infoliteracia_AO** tem como objectivo fundamental **promover aptidões e competências em literacia da informação** entre profissionais de biblioteca, professores, estudantes universitários e do ensino secundário da Província de Benguela. O projecto desenvolverá uma estrutura de formação modular desde o nível introdutório ao nível de especialização, ministrada em seminários e ateliers (teoria e prática). O projecto foi concebido, a nível experimental, para a Província de Benguela. A escolha resulta de dois tipos de factores determinantes: **o conhecimento profundo da Província de Benguela**, onde o “boom escolar” dos últimos anos apresenta uma população-alvo com ele-

vados potenciais de apetência para a absorção de formação em *Literacia da Informação* e a **existência de parceiros credenciados**.

Os resultados serão partilhados com as autoridades provinciais: Governo Provincial, Direcção Provincial de Educação, Administração Municipal de Benguela, e Projecto Solidário.

Do sucesso esperado com a implementação do Projecto *Infoliteracia_AO* antevê-se a possibilidade da sua migração para outras comunidades.

2. O Território

Fig. 1 – Mapa de Africa

Angola fica situada na região ocidental da África Austral, a Sul do Equador, com o seu território compreendido entre os paralelos 4° 22' e 18° 02' latitudes Sul e os meridianos 11° 41' e 24° 05' longitudes e tem uma superfície de 1.246.700 Km².

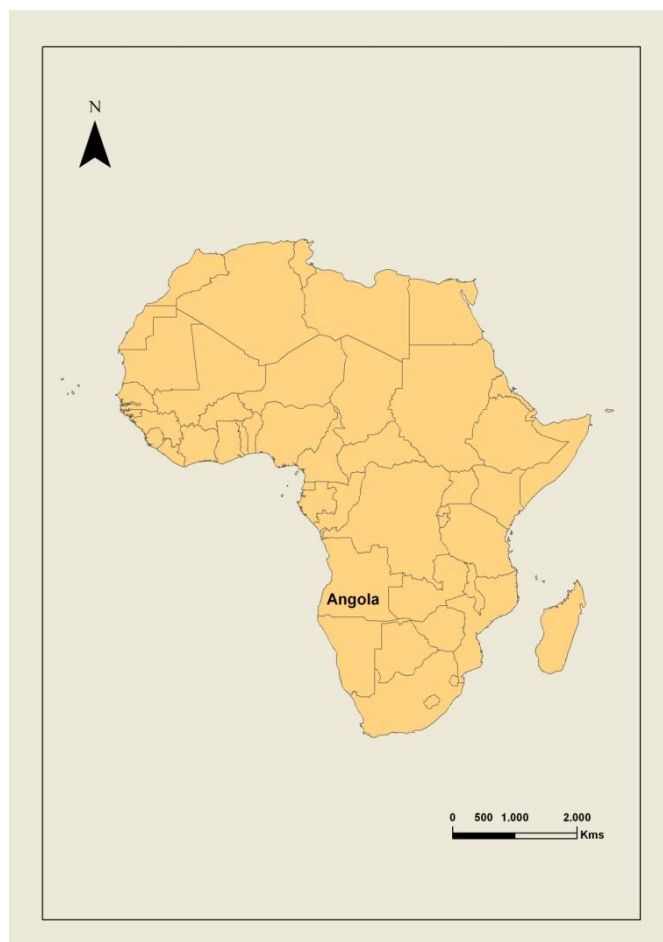
O país é constituído principalmente por um maciço de terras altas, limitado por uma estreita faixa de terra baixa, costeira (planície litoral), onde se localizam as Cidades de Luanda (Capital) e Benguela, entre outras.

Ao nível histórico Angola viveu 500 anos de colonização portuguesa (1482-1975) dos quais 14 foram de luta de Libertação

Nacional (1961-1975). Foi declarado País independente a 11 de Novembro de 1975.

No âmbito de organização político e administrativa, 1992 foi o ano da implantação da democracia pluripartidária e foi o ano em que se realizaram as primeiras eleições democráticas.

A Constituição angolana estabelece o sistema semi-presidencialista com os seguintes órgãos do Estado: Presidente da República, Assembleia Nacional, Governo com um mandato de 5 anos e os Tribunais.



Angola é um País materialmente rico em recursos minerais. Estima-se que o seu subsolo albergue 35 dos 45 minerais mais importantes do comércio mundial entre os quais se destacam o petróleo, gás natural, diamante, fosfatos, substâncias betuminosas, ferro, cobre, magnésio, ouro e rochas ornamentais. Por este facto, Angola é um país com um forte potencial para o crescimento económico e o consequente desenvolvimento económico-social.

A província de Benguela, com 9 municípios, é uma das 18 províncias do País. Com uma área de 31.788 Km² e 1.546,6 mil hab, localiza-se na região SW do território e confina: a Norte, com a província de Kwaza Sul; a Este, com a província de Huambo; a Sul, com as províncias de Huíla e Namibe e a Oeste, com o Oceano Atlântico. A Capital da Província é a Cidade de Benguela, localizada junto à costa.

Fig. 2 – Mapa de Angola, por Municípios.

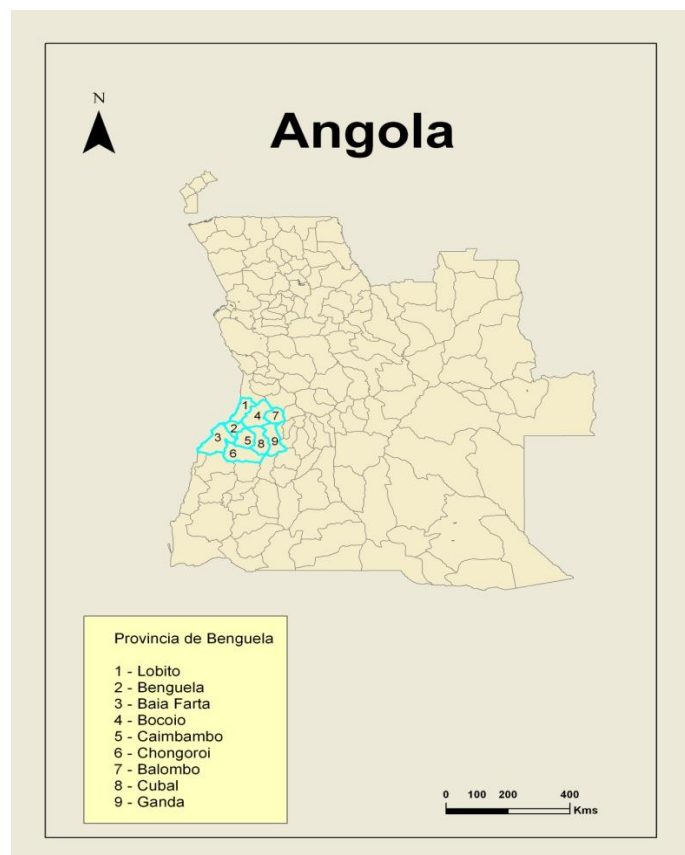


Fig. 3 – Mapa da Província de Benguela, por Municípios.

(Conjunto dos nove municípios que constituem a Província de Benguela)



3.1. Conceitos

O conceito de coesão social pressupõe a coesão (aproximação) de diversos indicadores sociais numa determinada região ou território e contribui, em conjunto com a coesão económica e outras dimensões, para a coesão territorial, ou seja, para a promoção de um desenvolvimento mais equilibrado reduzindo as disparidades existentes, evitando os desequilíbrios territoriais e conferindo mais coerência quer às políticas regionais, quer às políticas sectoriais que têm impacto territorial. Uma outra preocupação incluída no conceito em análise também se prende com o “melhoramento da integração territorial e a promoção da cooperação entre as regiões” (Comissão Europeia – Relatório sobre a Coesão Económica e Social, 2004). Por outras palavras, pretende-se com a coesão social atenuar e equilibrar as diferenças das condições sociais identificadas entre vários territórios com o objectivo final de promover o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida das populações.

A noção de desenvolvimento social inclui actualmente uma forte componente de bem-estar social e qualidade de vida, associado às condições de vida individuais e colectivas. Assim, passou a utilizar-se a designação de desenvolvimento humano no conceito de prosperidade e equidade social. Isto não significa, porém, a ausência de desenvolvimento económico. Essa é uma outra dimensão essencial para o desenvolvimento humano a par das dimensões ambiental e institucional. A difícil articulação e integração entre as di

versas ambiental e institucional. A difícil articulação e integração entre as diversas dimensões leva a que, muitas das vezes, a económica se imponha à social ou vice-versa, levando à fricção entre classes sociais. O paradigma do desenvolvimento evoca o anseio generalizado das populações quanto à equidade, igualdade e ao crescimento social e económico.

Embora existam barreiras ao desenvolvimento e à sua sustentabilidade, este desígnio global está, hoje, indissociável das agendas do dia e das políticas e instrumentos territoriais como é o caso das várias Directrizes Comunitárias e Planos Nacionais e Regionais que pretendem viabilizar políticas para o desenvolvimento e corrigir assimetrias existentes nos territórios.

As TIC's apresentam-se como uma ferramenta essencial e que deve ser encarada como universal para todas as populações. A sua implementação nos países ditos “em desenvolvimento” é urgente pois permite contrariar o fosso no acesso à informação entre esses países e os ditos “desenvolvidos”. Num mundo global é imperativo que todo e qualquer Estado trabalhe de igual para igual e usufrua das mesmas oportunidades na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

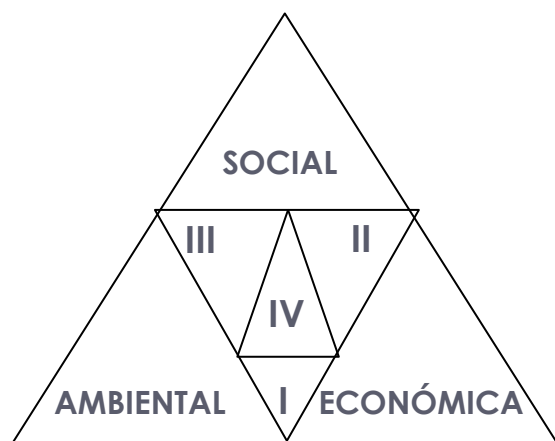
De forma a conhecer o contexto de territórios (regiões, países, etc.) procede-se à avaliação de indicadores. O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado em consequência da evolução da importância do desenvolvimento humano e permite avaliar os países com o objectivo de fomentar o desenvolvimento e o progresso e mitigar as assimetrias existentes entre territórios. A avaliação assenta na análise, por países, dos três elementos

essenciais da vida humana: a longevidade (vida longa/saúde), o saber (conhecimento) e o nível de vida médio das populações. Estes elementos são medidos por indicadores (esperança de vida, taxa de analfabetismo, taxa de escolarização e o PIB que representa o poder de compra).

O Relatório “O Nosso Futuro Comum” (Relatório Brundtland, 1987) assenta num novo conceito para o desenvolvimento - o conceito de Desenvolvimento Sustentável, apoiando-se, simultaneamente, na prosperidade económica, na protecção da natureza, na equidade social/ambiental e em novas formas de governância. Pretende-se ter a capacidade de satisfazer as actuais necessidades sem comprometer as necessidades das gerações vindouras. Desta forma o desenvolvimento sustentável constitui um desafio e uma oportunidade para as gerações actuais e futuras.

Assim, propondo responder às necessidades de forma sustentada, o desenvolvimento sustentável assenta em três pilares: o social, o económico e o ambiental. Este complexo conceito combina ainda com um quarto pilar que tem como objectivo articular e integrar as três dimensões apresentadas: o pilar institucional.

Modelo tripartido da sustentabilidade: economia/ambiente/sociedade



Legenda:

- I – Eficiência sustentável
- II – Eficiência distributiva
- III - Equidade ambiental
- IV – Desenvolvimento sustentável

As relações entre estas componentes não devem ser encaradas como fonte de conflito, mas sim como sinergias potenciadoras de soluções inovadoras que permitam criar iniciativas dinamizadoras do território e fomentadoras de uma maior coesão económica e social nos territórios.

A concretização de um desenvolvimento sustentado só é viável se tiver na sua génese um modelo integrador, participativo e transversal entre as várias dimensões. O modelo tem que estar assente numa concepção onde o social, o económico e o ambiente se conjuguem de forma a obter a coesão territorial; só na conjugação das partes é possível satisfazer as necessidades actuais sem comprometer as necessidades futuras. Conforme mencionado na Estratégia de Desenvolvimento Sustentável *“Uma sociedade mais justa, saudável e com coesão social deve basear-se num forte sentido de iniciativa e de responsabilidade das pessoas e organizações numa sociedade civil participativa, num Estado Social eficiente, justo e flexível funcionando com fortes parcerias com a sociedade civil. Este desafio exige, entre outros aspectos, que se tenha em devida atenção a igualdade de oportunidades, nomeadamente a igualdade de género e dos grupos sociais mais desfavorecidos, como instrumento de mobilidade social”*.

O projecto proposto partilha dos pressupostos sustentados pelo desenvolvimento sustentável uma vez que tem como objectivo, através de fortes parcerias com a sociedade civil, inculcar na comunidade o sentido da iniciativa e da responsabilidade para a criação de um Estado social, justo e flexível.

3.2. Indicadores Sócio económicos

Com uma população de aproximadamente 15 milhões de indivíduos, Angola apresenta uma forte assimetria na sua distribuição populacional com os municípios da Cidade de Luanda a concentrar aproximadamente 3 milhões de indivíduos.

Face à macrocefalia polar centrada em Luanda, torna-se imperiosa uma distribuição populacional e urbana mais equilibrada, atenta aos problemas ambientais e à sua preservação, visando o usufruto de uma vida com qualidade em todo o território e exponenciando o seu desenvolvimento.

No entanto, com o fim da guerra e com as políticas de desenvolvimento territorial já existentes tem-se assistido a um regresso das populações aos seus locais de origem, facto que tem proporcionado um ligeiro atenuar na assimetria da distribuição populacional. A província de Benguela apresenta-se, actualmente, como a 3^a província em população total. No entanto, das 18 províncias existentes no país apenas 3 detêm uma menor extensão de território. Este facto permite concluir que a província de Benguela detém, essencialmente junto às Cidades de Benguela e Lobito, uma maior densidade populacional, quando comparada a outras províncias ou à média nacional. De salientar que da população total apenas 57,3 % é urbana o que demonstra a permanência de uma população rural e uma forte taxa de população a dedicar-se ao sector primário.

Ao nível de estrutura etária é de destacar a forte percentagem de população jovem no país. Praticamente metade da população, 46,6% em 2004, tinha menos de 15 anos de

idade e apenas 2,4% da população detinha mais de 65 anos. Este indicador, se por um lado, prova o baixo desenvolvimento humano, por outro, apresenta-se como um potencial para o desenvolvimento de políticas e medidas que visem a mudança para o desenvolvimento social no país na medida em que apresenta uma forte taxa de população activa e de população em idade escolar apta e disponível para a aquisição de conhecimentos e competências.

De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela análise do Índice de Desenvolvimento Humano, que tem em conta vários dados (esperança de vida, alfabetização, educação, género, rendimento e desenvolvimento económico), Angola aparece no 160º lugar, ou seja, no grupo dos países com baixo desenvolvimento humano. No entanto, apresenta um PIB superior a outros países que se classificam numa posição de desenvolvimento humano superior. Este fenómeno demonstra que existe uma maior criação de riqueza no país, contudo, essa riqueza está concentrada o que justifica assim o menor índice de desenvolvimento humano. Por este motivo, torna-se essencial desenvolver o capital humano de forma a incrementar o seu desenvolvimento.

Tabela 1: Indicadores Gerais

Indicadores	Angola	Província de Benguela
População Total, 2000	14.602.002	1.614.883
População Total, 2004	16.471.058	1.821.588
Extensão Total do Território (km ²)	1.246.700	39.083
Densidade Populacional Hab./km ² , 2004	41.3	46.6
População urbana (%), 2005	53.3	-
População com menos de 15 anos de idade (% do total), 2005	46.4	-
População com mais de 65 anos de idade (% do total), 2005	2.4	-
Índice de Desenvolvimento Humano, 2008	162	-
PIB per capita (US\$), 2005	2.058	-

Fonte: Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Indicadores Relativos ao Ensino

A despesa pública na educação em Angola situava-se entre 2002 e 2005 nos 2,6% do PIB, valor proporcionalmente inferior ao aplicado pela maioria dos restantes países africanos de língua oficial portuguesa: 6,6%, em Cabo Verde; 5,2%, na Guiné-Bissau e 3,7%, em Moçambique (PNUD).

Na sequência da paz, dos apoios internacionais e do programa do governo, a partir de 2005, Angola tem visto um crescimento exponencial na área do ensino. Esta tem sido, desde então, uma arma de combate à pobreza no país.

De acordo com Gita Elsh (responsável pelo PNUD em Angola) a reabilitação e modernização das infra-estruturas físicas, económicas e sociais, as novas ou reabilitadas vias de comunicação, os milhares de escolas criadas ou reconstruídas, as unidades de saúde que nasceram por todo o país, os sistemas de distribuição de água e luz e as telecomunicações, são causas da «diminuição da pobreza em Angola».

De acordo com Narciso Santos, um especialista do país em educação, em 2005, entraram nas escolas em Angola seis milhões de crianças, número que mostra um grande crescimento no sector educativo, apesar das dificuldades existentes e que vem de alguma forma contribuir para que aumente a alfabetização e diminua a exploração de trabalho infantil: Registe-se que, em 2001, 29,9% das crianças, entre os 5 e os 14 anos de idade, encontrava-se a trabalhar.

De acordo com o mesmo especialista "em 2002 havia, apenas, um total de 1,2 milhões de jovens no sistema escolar e, agora, há cinco vezes mais", frisando que esse crescimento exige melhoria da qualidade o que só pode ser feito com formação de professores.

Face ao exposto, confirma-se que o sistema educativo em Angola tem, recentemente, marcado passos decisivos, quer por via do aumento da cobertura do sistema, quer da

oferta educativa, de modo a responder às exigências de uma população excepcionalmente jovem e de uma economia carente de recursos humanos qualificados.

Ainda assim, Angola está longe de alcançar as metas de Desenvolvimento do Milénio. Por isso, a literacia básica, a escolarização da população e a formação média e superior dos recursos humanos continuarão a ser decisivas para a própria independência nacional.

Observando os dados relativos à educação na província de Benguela, depara-se com um território que apresentava, em 2001, uma taxa de alfabetização baixa, menos 10,7% do que a média nacional. No entanto, a província detinha vários pontos fortes, nomeadamente: alta percentagem de indivíduos que aprenderam a falar a partir da língua portuguesa, baixa percentagem da população que nunca esteve numa escola e alta taxa de alfabetização do género feminino, 5,6% acima da média nacional.

Actualmente, a província de Benguela é um dos territórios de Angola onde mais se tem investido na área da Educação. Entre outros factores que justificam esse investimento na população e em recursos humanos, destacam-se a taxa de alfabetização e o potencial do território para o desenvolvimento da economia nacional.

Os indicadores apresentados espelham bem a realidade e a evolução que se está a assistir no país ao nível do ensino. Se, por um lado, se observa nos últimos anos uma evolução positiva, por outro, verifica-se que os indicadores são bastante baixos e, por essa razão, precisam de um maior empenhamento da sociedade na criação de medidas e acções que visem uma manutenção efectiva da evolução desses indicadores. Refira-se que, de acordo com o Relatório sobre a situação da população mundial 2008 feito pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2008), Angola é, junto dos países

africanos de língua oficial portuguesa, aquele que mantém os piores resultados em indicadores de educação. Enquanto em Angola, apenas 69 % dos homens e 59 % das mulheres detinham matrícula em ensino fundamental bruto (1), em Moçambique, na Guiné, na Guiné-Bissau e em Cabo Verde esses valores eram de 113%/97%, 96%/81%, 84%/56% e 108%/103%, respectivamente. Assim, é necessário promover a educação e o ensino de forma a aferir resultados e valores concordantes com um país que se pretende afirmar e que possa contar com os seus recursos humanos para a promoção do progresso e do crescimento económico e, ainda, poder oferecer junto da sua população qualidade de vida e desenvolvimento social.

(1) – As taxas de matrícula (valores brutos) indicam o número de alunos matriculados em um determinado nível no sistema de educação por 100 indivíduos na faixa etária apropriada. Os dados são relativos às estimativas anuais mais recentes disponíveis para o período 1999–2007.

Tabela 2 – Indicadores referentes ao ensino/educação

Indicadores	Angola	Província de Benguela
Despesa Pública na Educação (% do PIB), 2002-2005	2.6	
% de Pessoas que Aprenderam a Falar a partir do Português, 2000-2001	55.4	67.1
Taxa de Analfabetismo, 2005	32.6	-
Taxa de Alfabetização de Adultos, 2001 H-M	67.7	57.0
Taxa de Alfabetização de Adultos, 2005 H-M	67.4	-
Taxa de Alfabetização Adulta (% da população > 15 anos que sabe ler e escrever) 1996	37.7	-
Taxa de Alfabetização Adulta (% da população > 15 anos que sabe ler e escrever) 2001	66.8	61.2
Taxa de Alfabetização de Adultos, 2001 Mulheres	53.4	59.0
Taxa de Alfabetização de Adultos, 2001 Homens	82.1	55.0
Taxa de Alfabetização Jovem (% da população entre os 15 e 24 anos que sabe ler e escrever), 2005	72.2	-
Taxa Líquida de Escolarização no Ensino Primário, 1996	49.7	-
Taxa Líquida de Escolarização no Ensino Primário, 2001	62.5	-
% da População que nunca esteve numa escola, 1996	45.8	-
% da População que nunca esteve numa escola, 2001	29.2	14.1
Taxa de Abandono Escolar (Primeiros 6 anos de ensino), 2001	-	19.5
Taxa Média de Aproveitamento Escolar 2000-2005	-	61.0
% de Crianças 5-14 anos de idade, a trabalhar, 2001	29.9	-

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Indicadores Relativos às Novas Tecnologias

Angola apresenta um fraco desenvolvimento no acesso às novas tecnologias. No entanto, é de evidenciar que em 1990 as referidas tecnologias simplesmente não existiam no território e, actualmente, 11 indivíduos em cada 1000 habitantes utilizam a Internet.

Quando comparado com os outros países africanos de língua oficial portuguesa, verifica-se que Angola apresenta resultados pouco satisfatórios no que se refere a indicadores de novas tecnologias. Esta realidade reforça a necessidade de implementar estratégias de promoção do conhecimento, tecnologia e inovação nas quais o presente projecto se identifica.

Conhecendo o potencial que as novas tecnologias são para o ensino, formação, educação, cultura, conhecimento e desenvolvimento da sociedade, as TIC's são um pilar estrutural no qual é necessário apostar, pois representa a auto-estrada para o conhecimento, desenvolvimento e competitividade e sem os quais o país pode estagnar, ficando à mercê de outros que optam pelo seu desenvolvimento, pondo em causa a sua estrutura económica e o seu desenvolvimento.

Tabela 3 - Indicadores TIC's

Indicadores	Angola	Província de Benguela	Cabo Verde	Moçambique	Guine	Guiné-Bissau
Utilizadores de Internet (por 1000), 1990	0	-	0	0	0	0
Utilizadores de Internet (por 1000), 2005	11	-	49	7	5	20

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Recursos Económicos e Indicadores relativos ao Emprego

Analisando dados de 2006 do Banco Mundial, observa-se que a estrutura da economia angolana consiste numa economia que tem no seu sector da indústria uma representação de 69.7% do PIB, seguindo-se o sector terciário com 21,4% do PIB e, por último, o sector primário a representar apenas 8,9 % do PIB. No entanto, é de referir que apenas 4,3 % do PIB é representado pela indústria transformadora o que significa que a maior parte da riqueza gerada no sector secundário é oriunda de indústria não especializada. Embora o sector secundário seja aquele que mais contribui para o PIB, é no sector primário (agricultura e pescas) que se encontra 45,8% da população a trabalhar (2005, Associação Empresarial de Portugal).

No comércio destaca-se, a nível nacional, a exportação de petróleo (2º país com maior reserva comprovada da África Subsaariana), seguindo-se a dos diamantes e dos produtos transformados.

Relativamente aos recursos económicos, a Província de Benguela apresenta uma grande diversidade de recursos o que se traduz num potencial recurso gerador de emprego. Por esse motivo é essencial a promoção de medidas e acções que permitam dar competências de aprendizagem aos recursos humanos existentes na província e nas quais o projecto faz parte integrante dessa vontade.

Tabela 4 – Recursos Económicos

Recursos Económicos	Província de Benguela
Indústria	Metalomecânica, Química, Materiais de construção, Têxtil, Confecções, Couro e calçado, Alimentar, Bebidas e Tabaco, Madeira e mobiliário.
Agricultura	Abacateiro, Algodão, Amendoim, Frutas tropicais, Batata, Batata doce, Cana de açúcar, Feijão, Citrinos, Girassol, Milho, Produtos hortícolas, Tabaco, Eucalipto, Pinheiro.
Pecuária	Bovinicultura, Ovinos, Caprinos.
Minérios	Cobre, Chumbo e Zinco, Volfrâmio, Estanho, Fluorite, Gesso, Enxofre, Diatomite, Cálcario-Dolomite.

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

A província de Benguela apresenta um potencial na criação de emprego. Detendo vastos recursos económicos e uma população jovem com indicadores de ensino que demonstram apetência para um crescente dinamismo empresarial, como é visível pelo número de pedidos de ofertas de emprego, a valorização e aposta nos seus recursos humanos permitirão alcançar a criação de emprego e dar uma maior satisfação às ofertas de emprego existentes num futuro que se pretende próximo.

Tabela 5 - Indicadores de Emprego

Indicadores	Angola	Província Benguela	
	Total	Total	% do total nacional
Pedidos de Oferta de Emprego, 2005	9018	1280	14.2 (2º província)
Ofertas Satisfeitas, 2005	8089	764	9.4 (4ª província)

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

3.3. Diagnóstico ao Território – Análise SWOT - Dimensão Social: Ensino, Educação e Conhecimento

A aceleração do desenvolvimento económico e a implementação de políticas sociais são factores determinantes que têm vindo a melhorar as condições de vida da população angolana nos últimos anos. No entanto, existem ainda fragilidades que condicionam um desenvolvimento sustentado no país, em geral, e na província, em particular. É imperioso colmatar as fragilidades e as eventuais ameaças de forma estratégica aproveitando de forma eficiente e eficaz as potencialidades e as imensas oportunidades existentes.

Face à importância da educação, formação profissional e conhecimento no desenvolvimento de um território é objectivo do governo e da comunidade internacional a aposta nas pessoas como forma de catapultar o desenvolvimento económico e social no país.

Tabela 6 – Análise SWOT

Pontos Fortes / Potencialidades
<ul style="list-style-type: none">- Reactivação do processo de alfabetização;- Forte investimento no ensino;- Elevada taxa de população jovem;- Taxa média de aproveitamento escolar nos últimos 5 anos, na província de Benguela, superior à das restantes províncias - 61,0%;- % de pessoas que aprenderam a falar a partir do português (67,1 % na província de Benguela: província com % mais elevada do país);- Taxa de alfabetização de mulheres similar à dos homens na província de Benguela: o papel da mulher na sociedade contemporânea;- Retorno das populações deslocadas.
Pontos Fracos / Debilidades
<ul style="list-style-type: none">- Elevada taxa de analfabetismo;- Baixa qualificação profissional dos trabalhadores;- Elevada taxa de abandono escolar e de trabalho infantil.
Oportunidades
<ul style="list-style-type: none">- Programa Geral do Governo;- Recuperação da economia;- Conjuntura política e económica internacional;- Apoios internacionais ao investimento;- “Declaração Milénio”;- A paz e o processo de reconciliação nacional em curso;- A introdução das TIC’s no território.
Ameaças
<ul style="list-style-type: none">- Crise económica mundial a traduzir menores apoios internacionais ao desenvolvimento;- Instabilidade política interna e/ou na região (nos países contíguos).

Desde a independência de Angola, (1975), ocorreu um “boom escolar” que teve como primeiras consequências: o aumento explosivo do número de alunos nas escolas, um incremento rápido do número de profissionais de ensino e o aumento crescente da procura de educação. A população angolana é jovem, maioritariamente. A procura de escolas, livros, computadores, acesso à Internet e de ensino na área das TIC, potencia a possibilidade de soluções inovadoras para situações que carecem de atenção e de investimento.

A procura de recursos para o desenvolvimento, o aprofundamento da educação formal e informal, mostram que esta é uma área de formação e de investimento prometedora, sustentada em estudos científicos realizados nas últimas três décadas.

A ausência de oferta diversificada de obras literárias, manuais escolares, postos de leitura e de acesso à Internet apoiados por profissionais especializados no domínio das TIC, em qualidade e quantidade, é ainda uma realidade que este projecto procura alterar. A execução de trabalhos escolares, académicos, a produção de literatura, o aumento da qualidade do lazer, encontra na Internet formas de solução, cujo domínio eficaz implica aprendizagem, orientação especializada e acompanhamento sistemático, para ser gratificante e rentável.

A aposta na promoção de *Literacia da Informação* é um passo seguro para o sucesso. É neste sentido, que é útil e urgente intervir para promover aptidões e competências no domínio da *Literacia de Informação*.

Recordando a Proclamação de Alexandria de 2005 “*habilitar as pessoas nos caminhos da vida para procurar, avaliar, usar e criar informação, efectivamente, para realizarem os seus objectivos pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais*”, este projecto destina-se a contribuir eficazmente para superar tais necessidades.

Em muitas sociedades, as necessidades educativas normais e especiais já são apoiadas, amplamente, pelas TIC. A formação de recursos humanos neste domínio afigura-se um empreendimento indispensável, em que a qualidade da formação é determinante para o sucesso do projecto. Daí, a presente proposta incidir, justamente, na área de *Literacia de Informação*.

O presente Projecto pretende formar quadros na área de Literacia da Informação para funcionarem como futuros formadores e dinamizadores (professores, bibliotecários, técnicos de biblioteca). Após a qualificação, estabelecer um sistema de relações interactivas entre a comunicação e a educação. O foco do projecto será a aquisição de aptidões e competências de Literacia de Informação para aprofundar a capacidade de apropriação educacional (teoria/prática), através de trabalho interactivo, novas formas de produção de informação e conteúdos e novas formas de avaliação.

Este projecto foi estruturado com vista a potencializar e aproveitar as capacidades das comunidades locais para desenvolver as suas competências no sentido de melhor acedem à informação bibliográfica e conteúdos disponíveis na Internet com vista o desenvolvimento cultural e científico dos estudantes do ensino secundário e do apoio à investigação de nível universitário.

5.1. Objectivo Imediato

- Tornar a Literacia de Informação parte integrante da educação formal, informal, da formação contínua e educação permanente.

5.2. Objectivos de Desenvolvimento

- Aprofundar a Literacia de Informação, promover aptidões, atitudes e competências visando a sua integração no sistema de educação formal;
- Tornar a Literacia de Informação e a necessidade do seu desenvolvimento uma prática quotidiana;
- Instituir a Literacia de Informação como uma prática sistemática de formação contínua e educação permanente de acordo com as exigências da Idade da Informação.

5.3. Infra-estruturas

Os objectivos referidos podem ser conseguidos através de um conjunto de infra-estruturas humanas e tecnológicas que servem de suporte à estratégia de implementação a prosseguir:

- **Formação dos técnicos de bibliotecas e utilizadores finais no domínio de**
 - a) Tecnologias de Comunicação e Informação
 - b) Tratamento de fontes bibliográficas
 - c) Estruturação de conteúdos para a WEB
 - d) Uso da informação em tarefas de aprendizagem, estudos secundários e investigação universitária;
- Disponibilização de uma plataforma tecnológica destinada ao alojamento de bases de dados bibliográficas e conteúdos;
- Disseminação do uso das tecnologias para facilitar o acesso à Internet e a pesquisa em Bases de Dados.

6. Resultados Esperados

Com este projecto prevê-se obter um conjunto de resultados com impacto social, tanto na literacia das populações como na oportunidade de emprego:

- Disponibilidade de recursos de informação essenciais para o ensino e investigação;
- Formação de, pelo menos, 30 técnicos de bibliotecas com competências no uso de tecnologias de Informação e Comunicação;

- Mobilização de uma comunidade de utilizadores apta a usar fontes de informação locais e remotas;
- Aumento da capacidade de autonomia de estudo e pesquisa;
- Mudança de aptidões, atitudes e competências com a introdução de Literacia da informação no ensino secundário e universitário;
- Criação de postos de trabalho em Bibliotecas e Centros de Documentação da Administração Municipal de Benguela, Direcção Provincial de Educação e Estabelecimentos de Ensino;
- Impacto no emprego: População com maiores competências;
- Introdução do ensino de Literacia de Informação;
- Aumento do nível de Literacia da Informação;
- Avaliação dos conhecimentos de Literacia de Informação adquiridos;
- Aumento da procura e da oferta de Literacia da Informação;
- Impacto no domínio do ambiente: população mais consciencializada e informada;
- Impacto sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres: maior acesso por parte das mulheres à informação e ao conhecimento.

O financiamento necessário poderá ser obtido através de entidades que compreendam a importância do projecto e o impacto social do mesmo.

A sua colaboração poderá consistir em:

- Financiamento das acções de formação a realizar em Benguela e Lobito por técnicos portugueses especialistas em Biblioteconomia e Tecnologias de Informação;
- Financiamento / fornecimento de equipamento destinado à infra-estrutura tecnológica;
- Apoio no fornecimento de computadores portáteis (Magalhães?) para distribuição pelos Estabelecimentos de Ensino;
- Cedência de livros e documentação destinados a dotar as bibliotecas com material de leitura presencial.

No âmbito dos grandes objectivos fundamentais definidos pelo governo angolano, o Programa Geral do Governo para o biénio 2007/2008 tem como domínios prioritários de intervenção a consolidação da estabilidade macroeconómica, reorganização das redes de distribuição no domínio dos serviços infra-estruturas, lançamento de indústrias de apoio à reconstrução nacional, expansão de cadeias de produção, manutenção e exploração eficiente das infra-estruturas e implementação de uma política social adequada à melhoria das condições de vida da população em geral.

De forma concordante com o Programa Geral do Governo, o Projecto Infoliteracia_AO tem como objectivos contribuir para a melhoria das condições de vida da população em geral e apoiar médio prazo para o crescimento económico do país. De forma a comprovar coerência entre o projecto Infoliteracia_AO e os desígnios da população angolana e do programa do governo angolano procede-se à correspondência entre objectivos do Programa do Governo e os do Projecto Infoliteracia_AO.

Tabela 7 – Coerência Interna: Projecto vs Programa Geral do Governo

Infoliteracia_AO - Objectivo Geral Objectivos Programa Geral do Governo	Literacia de Informação: Parte Integrante da Educa- ção
1 – Consolidação da paz e da reconciliação nacional	●
2 – Edificação das Bases para a construção de uma economia nacional integrada e auto-sustentada	●
3 – Restabelecimento da administração central do Estado em todo o território nacional	●●
4 – Desenvolvimento de recursos humanos	●●
5 – Desenvolvimento harmonioso do território	●●
6 - Consolidação do processo democrático	●●

- – Relação Fraca/Nula
- – Relação Intermédia
- – Relação Forte

9.1. Projecto vs Áreas de Operação do PNUD

Na Angola pós-guerra o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) colabora com o governo angolano, Agências irmãs das Nações Unidas, Organizações da Sociedade Civil e outros grupos de interesse na promoção do desenvolvimento centrado nas pessoas e na construção de parcerias para combater a pobreza através das cinco áreas de operação do PNUD. Na tabela abaixo são apresentadas as referidas áreas e é provada a coerência com o objectivo do Projecto Infoliteracia_AO.

Tabela 8 – Coerência Externa: Projecto vs Áreas de Operação do PNUD

Geral Infoliteracia_AO - Objectivo Áreas de Operação do PNUD	Literacia de Informação: Parte Integrante da Educação
1 – Governação Democrática	●●
2 – Redução da Pobreza	●●
3 – Prevenção de Crises e Recuperação	●●
4 – Energia e Ambiente	●
5 – VIH / Sida	●

- – Relação Fraca/Nula
- – Relação Intermédia
- – Relação Forte

9.2. Projecto vs Declaração “Millenium”

“Acabar com a pobreza até ao ano de 2015”. Esta foi a promessa feita, em declaração, pelos líderes de 189 países no encontro das Nações Unidas, em 2000.

Na referida declaração – “Declaração do Milénio” – traçaram-se os 8 objectivos essenciais para poder alcançar o compromisso proposto. De forma a confirmar a concordância dos referidos objectivos com o Projecto abaixo, apresenta-se a coerência entre o objectivo do Projecto e os da Declaração Milénio.

Tabela 9 – Coerência Externa: Projecto vs Declaração Milénio

Geral Infoliteracia_AO - Objectivo Objectivos da Declaração Milénio	Literacia de Informação: Parte Integrante da Educação
1 – Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome	●●
2 – Alcançar a Educação Primária Universal	●●
3 – Promover a Igualdade de Oportunidade do Género e Capacitar as Mulheres	●●
4 – Reduzir a Mortalidade Infantil	●
5 – Melhorar a Saúde Materna	●
6 – Combater o HIV/SIDA, a Malária e outras doenças	●
7 – Assegurar a Sustentabilidade Ambiental	●●
8 – Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento	●●

○ – Relação Fraca/Nula

● – Relação Intermédia

●● – Relação Forte

Tabela 10 – Proposta de Conteúdos de Formação

Conteúdo		Acção
Autarquias e Bibliotecas Autárquicas – Pensar local, agir global.	A Biblioteca autárquica como instrumento de informação, formação, socialização e lazer	1
Seminário: Da caverna ao Livro, a evolução do suporte escrito.	Visão evolutiva dos suportes escritos na institucionalização biblioteconómica	2
A Informação como Projecto Prometaico – as potencialidades do software de livre acesso.	O software de livre acesso e os países em desenvolvimento	3
Informação: do conceito ao uso.	Explicitação do conceito e precisão do seu uso	4
A pesquisa de informação em investigação.	Mostrar esquemas de pesquisa de informação em Bases de Dados Informativas	5
A Internet, expectativas e realidade... o que se pode esperar?	O Pesquisador e Internet: satisfação e insatisfação	6
Biblioteca (s) Pública (s) do passado ao futuro.	A Biblioteca Municipal – ponte entre o Local e a Aldeia Global (M. McLhan)	7
As TIC e a sua aplicação em Biblioteca.	Das potencialidades à mais-valia	8
Os fundos bibliográficos e as colecções das Bibliotecas.	A constituição, formas de aquisição e gestão do ciclo de vida das colecções	9
O tratamento documental da informação.	Catálogo, indexação e armazenamento	10

10.1. – Público-alvo da Formação

Tabela 11 – Público-alvo da Formação

Público-alvo	Acção
Dirigentes Autárquicos, técnicos de biblioteca e centros de documentação	1, 2 e 8
Estudantes pré e universitários	3, 5 e 6
Interessados, em geral	2 e 4

11. Fluxograma do Projecto

Tarefa	Set011	Out011	Nov011	Dez011	Jan012	Fev012	Mar012	Abr012	Mai012	Jun012	Jul012	Ago012	Set012
Desenho e elaboração do plano de acção													
Constituição da equipa de gestão													
Contacto com parceiros													
Apresentação Pública em Benguela													
Criação de equipa local													
Estruturação de acções a realizar													
Desenho / estruturação de conteúdos													
Instalação de infra-estruturas													
Preparação de material de apoio													
Formação de técnicos de bibliotecas													

O presente Projecto é um contributo para a mudança na sociedade angolana que visa mobilizar a população e as instituições através da articulação entre política científica e política educativa e formativa, promovendo, de forma sistemática, a cultura científica e tecnológica, especialmente entre os jovens.

Sendo concordante com o Programa do Governo e com os objectivos definidos por entidades supra nacionais, o Projecto contribui para a promoção do país, o crescimento, a competitividade e o desenvolvimento social das populações.

Visando ser parte integrante duma estratégia de desenvolvimento, crescimento e competitividade, apoiada no conhecimento, na tecnologia e na inovação, a presente iniciativa pretende qualificar e dar competências aos interessados, nos quais se destacam os jovens, professores, bibliotecários, entre outros, na área de literacia da informação.

Atribuindo competências às comunidades nas áreas das tecnologias, inovação e conhecimento, pretende-se a médio prazo contribuir de forma eficaz para a afirmação de Angola, nomeadamente:

- Na qualificação das suas populações para a sociedade do conhecimento, fomentando o elevar dos níveis educativos médios da população, criando um sistema abrangente e diversificado de aprendizagem ao longo da vida;
- Reforçar as competências científicas e tecnológicas nacionais, públicas e privadas, diminuindo o atraso científico e tecnológico do país e criar emprego mais qualificado (incluindo as actividades de investigação e desenvolvimento (I & D));
- Difundir novos processos, formas de organização, serviços e produtos, facilitando a adaptação do tecido produtivo aos desafios impostos pela globalização.

ANEXO II

***EXEMPLAR DO INQUÉRITO BÁSICO SOBRE LITERACIA DE
INFORMAÇÃO***

Inquérito Básico Sobre Literacia de Informação

Por favor, responda colocando um xis [X] no quadrado adequado. Obrigado!

A. Tipificação do Inquirido: Codificação das questões:

- | | | |
|--------------------------|-------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> | 1 Professor | 1 |
| <input type="checkbox"/> | 2 Bibliotecário / | 2 |
| <input type="checkbox"/> | 3 Técnico de biblioteca | 3 |
| <input type="checkbox"/> | 4 Outro: _____ | |

B. Organização/Instituição (Laboral)

- 1 CUB / 2 ISCED / 3 Biblioteca do ISCED (1), (2), (3)
-

- 4 Escola / 5 Biblioteca pública (4), (5)
-

- Outro _____ (6)

C. Entidade Tutelar

- | | | |
|--------------------------|---|-----|
| <input type="checkbox"/> | 1 Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia | (1) |
| <input type="checkbox"/> | 2 Ministério da Comunicação Social | (2) |
| <input type="checkbox"/> | 3 Ministério da Saúde | (3) |
| <input type="checkbox"/> | 4 Outro: _____ | (4) |

1. Em Angola, o termo “Literacia da Informação” é amplamente usado e compreendido, e, geralmente, usado pela universidade, bibliotecas, governo, comunicação social, público em geral?

(2) **Sim**, o termo literacia de informação usado no nosso país é amplamente usado pela universidade, bibliotecas, governo, comunicação social pública.

(1) **Não**, não é amplamente utilizado, mas é entendido como um conceito.

(0) **Não**, o conceito não é amplamente entendido nem utilizado.

2. Angola tem uma política formal de Literacia de Informação? Escolha uma resposta:

(2) **Sim** (1) **Não** (0) **Não sei / não tenho a certeza**

- 2.1 Se “**sim**” dê, por favor, o nome da medida política, lei, regulamento ou outro instrumento legal no qual esteja promulgado.
-
-
-

2.2 Se “**não**”, está ser considerada a adopção de uma política formal de Literacia de Informação? Escolha uma resposta:

(2) **Sim** (1) **Não** (0) **Não sei / não tenho a certeza**

2.2.1 Se “**sim**” qual dos períodos de tempo, abaixo indicados, é apontado? Escolha um.

(1) Dentro de 6 meses (2) Entre 6 meses e dois anos (3) Talvez no futuro

2.3 Para qual dos sectores primários (grupos ou profissões) está a política de Literacia de Informação, primeiramente, dirigida?

(1) Ensino Básico (4) Nível Empresarial
 (2) Ensino Secundário (5) Comunidades/Governos locais
 (3) Ensino Universitário (6) Bibliotecas/Profissionais da Informação

3 Qual o nome do ministério ou agência governamental responsável pela tutela política/legal da Literacia de Informação?

(1) Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia,
 (2) Ministério da Comunicação Social (3) Outro: _____

4 A educação para a Literacia da Informação, em Angola, é ministrada nas Universidades?

(2) **Sim** (1) **Não** (0) **Não sei / não tenho a certeza**

4.1 Se “**sim**,”

a. Qual é o nome da faculdade/departamento/outra entidade académica que ministra o curso? _____

—

b. Escreva o nome do curso ou cursos existentes

—

Se possível, junte p.f. uma descrição sintética do curso ou currículo; inclua o nome e a informação de contacto do último formador.

c. A que nível é ministrado o curso? Assinale as situações aplicáveis.

(1) Bacharelato (2) Licenciatura (3) Mestrado

4.2 Se “**não,**” porque pensa que isso acontece? Assinale as situações aplicáveis.

- (1) Incompreensão do conceito (4) Carência de informação e de bibliotecas
- (2) Falta interesse das universidades (5) Falta de interesse dos bibliotecários/ profissionais de informação
- (3) Falta de interesse dos estudantes (6) Falta de fundos/suporte financeiro

4.3 Se nas Universidades de Angola não há oferta corrente de cursos de Literacia de Informação sabe se a sua existência já foi ou está a ser considerada?

- Sim** (2) (1) **Não** (0) **Não sei / não tenho a certeza**

5 Que bibliotecas e associações de bibliotecas em Angola oferecem cursos de formação e treino/ateliers/seminários em Literacia de Informação? Assinale as instituições listadas que oferecem este tipo de formação.

- (1) Biblioteca Nacional (4) Bibliotecas Universitárias
- (2) Bibliotecas Especiais (5) Bibliotecas Escolares
- 3 Bibliotecas Públicas (6) Não sei/Não estou certo

6 Quais são os maiores obstáculos que vê à implementação da Literacia de Informação em Angola?

- (1) Falta de interesse em, e/ou conhecimento do conceito a sua importância e relevância nas sociedades e economias de hoje entre os decisores políticos, profissionais e público em geral
- (2) Assumindo que Literacia de Informação é o mesmo que literacia informática e/competência para os media e que as Tecnologia da Informação e Comunicação e o treino bastam
- (3) Falta de fundos/de suporte financeiro
- (4) Outros: _____

7 Na sua opinião que actores e tipos de iniciativas são necessários para implementar a Literacia de Informação em Angola?

8 Comentários e Sugestões

Muito obrigado pelo preenchimento deste inquérito. Se tem algum comentário ou sugestão adicional que deseje fazer sobre o estado da Literacia da Informação no seu País, use o espaço disponível abaixo.

ANEXO III

LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS

Lista de Acrónimos e Siglas

AASL	American Association of School Libraies
AECT	Association for Educational Communication and Technology
ALA	American Library Association
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
COMLA	Commomnwealth Libray Association
CUB	Centro Universitário de Benguela
EBLIDA	Bureau européen des associations de professionnelles de l'information et la documentation
ECIA	European Council of Information Associations
ENIL	Réseau européen pour la culture de l'information
ESCX2	Escola 10 de Fevereiro
ESCMAG	Escola do Magistério de Benguela
EUSIDIC	Association européenne des services d'information
IAIL	Alliance internationale pour la formation à la maîtrise de l'information
IFIP	International Federation for Information Processing
IFLA	International Federation Librarians Associations
IL-LL	Information Literacy-Lifelong Learning
IMIB	Instituto Médio Industrial de Benguela
INCITE	Associação Portuguesa para a Gestão de Informação
ISCED	Instituto Superior de Ciências de Educação de Benguela
NCLIS	U.S. National Commission for Libraries and Information Service
NORDINFOLIT	Forum nordique pour la maîtrise de l'information
OCDE	Organisation de coopération et de développement économiques

ONG	Orgasation non gouvernementale
ONU	Organisation des Nations Unies
OPAC	Catalogue d'accès public en ligne
PEPT	Programme Education pour tous de l'UNESCO
PIPT	Programme information pour tous de l'UNESCO
PMA	Pays les moins avancés
PNUD	Programme dès Nations Unies pour le développement
PUNIV	Pré-Universitário
SCONUL	Society of College, National and University Libraries - Advisory Committee on Information Literacy
SMSI	Sommet mondial sur la société de l'information
TIC	Technologies de l'information et de la communication
UNESCO	Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture
UNICEF	Fond des Nations Unies pour L'enfance
USAID	United States Agency for International Development
VoIP	Voice over Internet Protocol
WWW	World Wide Web

ANEXO IV

***LISTA DE ENTIDADES QUE NOS ÚLTIMOS 15 ANOS
ADVOGARAM A LITERACIA DE INFORMAÇÃO***

Information Literacy National, Regional and International organizations and associations:

ACRL American College and Research Libraries - Institute for Information Literacy

ALA American Library Association - Library Instruction Round Table

ALIA Australian Library and Information Association - Information Literacy Forum

ANZIIL Australian and New Zealand Institute for Information Literacy

CILIP Chartered Institute of Library and Information Professionals - Information Literacy Group

EnIL European network for Information Literacy

FORMIST Formation à l'information scientifique et technique, France

IAIL International Alliance for Information Literacy

IASL International Association of School Librarianship - Information Literacy Special Interest Group

IFLA International Federation of Library Associations - Information Literacy Section

ILILE Institute for Library & Information Literacy Education

NFIL National Forum on Information Literacy, USA

NORDINFOLIT Nordic Forum for Information Literacy

SCONUL Society of College, National and University Libraries - Advisory Committee on Information Literacy

UNESCO IFAP Information for All Programme

ANEXO V

MATRIZ DE PESQUISA

MATRIZ DE PESQUISA (Literacia de Informação / Alfabetização Informacional)

Nº Re-gisto	Mono Gra-fia	Arti-gos	Blog	Com.cões	Programa	Tutorial	Formção	Apresent Ppt/Adob/ Acobat/ Reader	Estudos	Guias	Facebook
1		X									
2		X									
3								X			
4		X									
5										X	
6										X	
7				X							
8	X										
9					X						
10		X									
11											
12		X									
13						X					
14								X			
15											
16		X									
17	X										
18							X				
19		X									

20								X			
21							X				
22								X			
23		X									
24				X							
25					X						
26			X								
27			X								
28						X					
29		X									
30			X								
31									X		
32			X								
33											X
34								X			
35								X			
36								X			
37								X			
38								X			
39								X			
40		X									
41								X			
42				X							

43		X									
44		X									
45		X									
46					X						
47							X				
48						X					
49			X								
50							X				
51		X									
52		X									
53							X				
54		X									
55		X									
56		X									
57	X										
TOT	4	18	5	3	3	3	5	11	1	2	1